**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA AMBIENTAL –
PROCAM**

ANDRÉIA BROERING

**RESERVA PARTICULAR DE PATRIMÔNIO NATURAL (RPPN),
PAISAGEM E INTEGRAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO DA
COMUNIDADE DO ENTORNO DA RPPN PASSARIM.**

SÃO PAULO
2011

ANDRÉIA BROERING

**RESERVA PARTICULAR DE PATRIMÔNIO NATURAL (RPPN),
PAISAGEM E INTEGRAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO DA
COMUNIDADE DO ENTORNO DA RPPN PASSARIM.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Ciência Ambiental da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título de mestre em Ciência Ambiental

Orientador: Professor Dr. Euler Sandeville
Jr.

SÃO PAULO
2011

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

Broering, Andréia

Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), Paisagem e integração social: um estudo de caso da comunidade o entorno da RPPN Passarim. Andréia Broering; orientador Euler Sandeville Jr. – São Paulo, 2011.

143 f.: il.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo

Proteção ambiental 2. Paisagem 3. Reserva Particular do Patrimônio Natural 4. Reservas naturais I. Título.

Nome: Broering, Andréia

Título: Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), paisagem e integração social: um estudo de caso da comunidade do entorno da RPPN Passarim.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciência Ambiental.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

À minha filha Maya, quem me mostrou a importância das coisas simples da vida. Brincar, observar, admirar, vivenciar cada momento de forma plena e integral.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. Antônio Carlos Robert de Moraes, o Tonico, que foi meu primeiro contato nesta instituição quem me apresentou a Geografia da USP e o PROCAM, desde a indicação física dos lugares até sua forma de funcionamento e me encorajou a participar desta instituição por algum tempo.

Aos professores do PROCAM, que tive oportunidade do aprendizado, e ao meu orientador Dr. Euler Sandeville Junior.

À professora Sueli Angelo Furlan, pelas suas objetivas e preciosas orientações nesse projeto.

Aos colegas do PROCAM e Núcleo de Estudos em Paisagem, pela convivência e trocas de experiências nesse período.

Aos amigos e proprietários da RPPN Passarim, Luciane e Christopher pela compreensão, acolhida e vontade em contribuir para esta pesquisa e para o avanço da conservação ambiental.

Aos moradores da Tigela, que me receberam com respeito, carinho e atenção. Pela abertura de suas casas e vidas, e me fizeram crescer enquanto ser humano e também academicamente pela contribuição nesta pesquisa.

A Solange de Aragão, pela atenta revisão deste texto.

A minha família, especialmente minha mãe, Edite e irmã, Gisele que mesmo distantes me deram a força e confiança que necessitava.

Ao Denis, por ter dividido com uma intensidade semelhante a minha este percurso do mestrado.

“Hoje (...) estudiosos de diversos campos estão frente a uma tarefa comum: colocar nossa maneira de conhecer em harmonia mais estreita com nossa maneira de ser no mundo”.

Buttimer, 1985.

BROERING, A. (2011). Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), paisagem e integração social: um estudo de caso da comunidade o entorno da RPPN Passarim. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental. Universidade de São Paulo. São Paulo.

Resumo

Esta dissertação abordou a relação de vizinhança entre a comunidade e a Reserva Particular de Patrimônio Natural Passarim - localizada no município de Paulo Lopes, centro-leste do estado de Santa Catarina. Teve por objetivo descrever e analisar criticamente as experiências dos moradores com a paisagem, atendo-se às relações afetivas e de pertencimento ao lugar dos moradores mais antigos, e ao modo como estes se comportaram a partir da chegada do “novo uso do solo” dado pela RPPN. Partimos da premissa que a RPPN deve estender sua atuação de conservação e desenvolvimento social às comunidades do entorno. Para isto foi adotado como caminho teórico-metodológico a abordagem cultural da paisagem, toponímia e lugar, e procedimentos de coleta de dados empíricos baseados na comunicação oral, aprofundando as análises nas narrativas e práticas dos moradores mais antigos do lugar. O trabalho indica que houve mudança nas práticas produtivas, dos moradores com idades de 45 a 55 anos, que encontra respaldo nos sentimentos afetivos e de pertencimento com o lugar. Estas mudanças de atitudes indicam, em certa medida, uma mudança na forma como percebem a conservação ambiental, através das Unidades de Conservação. Já, no caso dos moradores com idades acima de 70 anos, houve manutenção das práticas e percepções com relação a conservação ambiental, que percebe a terra como fonte de matérias-primas disponíveis às necessidades de subsistência da família, reafirmando os discursos de negação da conservação ambiental, que tem origem no Parque Estadual Serra do Tabuleiro. A pesquisa apresenta também as influências das dinâmicas externas no processo de transformação do lugar, e quais são as percepções e valores, que os moradores atribuem ao elemento conservação. Revela que são nas experiências da comunidade com o lugar, onde se desenham novas possibilidades de relacionamento com o outro, que se abrem brechas para o desenvolvimento sócio ambiental com bases inclusivas e transformadoras da realidade degradante das formas tradicionais de explorar, e da forma atual de conservar a paisagem.

Palavras-chave: RPPNs e entorno. Conservação ambiental. Paisagem. Lugar.

BROERING, A. (2011) Private Nature Preserve (RPPN), landscape and social integration: a case study the surrounding community of the RPPN Passarim. Master's dissertation. Post Graduate Program in Environmental Science. University of São Paulo, São Paulo.

Abstract

This dissertation studied the relationship between the local community and RPPN Passarim – located in the municipality of Paulo Lopes, East Central of Santa Catarina State. The objective of this thesis is to describe and critically analyze the experience of the rural community with the landscape, especially the relations and the behavior of the older inhabitants concerning the changes in land use by RPPN Passarim. I started with the premise that the RPPN Passarim must extend its conservation actions in social development among the local communities. For this, I adopted a theoretical procedure to approach empirical data collection based on oral communication, deepening the analysis of these narratives and practices of the local residents. Pointing out that there were changes in the productive activities of the residents between the ages of 45 and 55, the thesis reflects the feelings of belonging to this place. These changes in attitudes indicate, in a certain way, a change in the way they view environmental conservation because of the laws of Conservation Units. In the case of the residents over 70 years of age, they have maintained their attitudes and perceptions related to environmental conservation - that the land as a source of prime materials available and necessary for the subsistence of the family. These testimonies reaffirm the denial of the conservation of the environment that has its origin in the creation of the Serra do Tabuleiro State Park. To understand and value the experiences of the residents of Tigela neighborhood was a goal achieved. To point out the influences of the external dynamics on the process of transformation of the place, in which the perceptions and values that the residents attribute to the conservation was my proposal of research. This study reveals the relationship between community and the environment, where the residents learn new possibilities to relate to one another and to the place. This increases the possibility of landscape preservation because the residents have changed the way they view the place that once was only for exploitation purposes.

Keywords: RPPNs and surroundings. Environmental Conservation. Landscape. Place.

Lista de Figuras

Figura 1: Mapa de Localização da Microbacia Hidrográfica do Rio da Penha. Localidade da Tigela, município de Paulo Lopes, Santa Catarina. Fonte: Mapoteca digital da EPAGRI, 2004 – Escala 1:50 000	18
Figura 2: Mapa Político de Paulo Lopes. Fonte: Fonte: Núcleo Transdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento – UFSC. Disponível em: http://nmd.ufsc.br/producao/relatorios-de-pesquisa/ Acesso em 15 de novembro de 2009.	46
Figura 3: Vista da Tigela. Foto: Luciane Simonds. s/d. Fonte: Arquivos da RPPN Passarim.....	49
Figura 4: Mapa Hidrográfico de Paulo Lopes. Fonte: Núcleo Transdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento – UFSC. Disponível em: http://nmd.ufsc.br/producao/relatorios-de-pesquisa/ Acesso em 15 de novembro de 2009.	51
Figura 5: Mapa de Uso do solo da área de estudo. Elaborado a partir das observações de campo da autora.	54
Figura 6: Quadro Síntese da Trajetória do Desenvolvimento da Zona Costeira de Santa Catarina. Fonte: Vieira e Cerdan, 2009.....	57
Figura 7: Sítio Beija Flor – Propriedade de Adelino e Albertina. Produção de hortaliças orgânicas. Foto: Andréia Broering, 2010	59
Figura 8: Sítio Beija Flor, vista da mata ciliar no vale do rio. Foto: Andréia Broering, 2010.	59
Figura 9: Propriedade de Benício de Souza. Placa de divulgação dos produtos manejados por ele. Foto: Andréia Broering, 2010.	60
Figura 10: Cascata Encantada. Propriedade Adonizete. Foto: Andréia Broering, 2010.	60
Figura 11: Cascata Encantada. Foto: Andréia Broering, 2010.	61
Figura 12: Cascata Encantada. Foto: Andréia Broering, 2010.	61
Figura 13: Entrada da Cascata Encantada. Foto: Andréia Broering, 2010	62
Figura 14: Propriedade de Dorotéia. Foto: Andréia Broering, 2010	62
Figura 15: Propriedade de Dorotéia. Foto: Andréia Broering, 2010.....	63
Figura 16: Vinicius, Benicio e Tereza. Foto: Andréia Broering, 2011.	63
Figura 17: Netas de Dorotéia. Foto: Andréia Broering, 2010	64
Figura 18: Atividade do Projeto Trilhas Ecológicas na RPPN Passarim com crianças. Foto: Carlos Eduardo Soares, 2010.....	64
Figura 19: Propriedade de Laudir. Sítio de finais de semana. Foto: Andréia Broering, 2009.	65
Figura 20: Pastagem à beira da estrada geral da Tigela. Foto: Andréia Broering, 2009.	65
Figura 21: Assoreamento do rio da Penha a beira estrada geral da Tigela.	66
Figura 22: Pastagem e barreira ao fundo. Margens da estrada Geral da Tigela. Foto: Andréia Broering, 2009. ..	66
Figura 23: Morros da RPPN Passarim e ao fundo Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Foto: Luciane Simonds. s/d. Fonte: Arquivos da RPPN Passarim.	67
Figura 24: Vista da entrada principal da Reserva. Foto: Luciane Simonds s/d. Fonte: Arquivos da RPPN Passarim	73
Figura 25: Vista do jardim com neblina. Foto: Luciane Simonds s/d. Fonte: Arquivos da RPPN Passarim.....	73
Figura 26: Jardim da Reserva. Foto: Luciane Simonds s/d. Fonte: Arquivos da RPPN Passarim	74
Figura 27 Morros da RPPN Passarim Foto: Luciane Simonds s/data. Fonte: Arquivos da RPPN Passarim.....	74
Figura 28: Vista da RPPN Passarim para o Parque Serra do Tabuleiro. Foto: Luciane Simonds s/d. Fonte: Arquivos da RPPN Passarim.....	75
Figura 29: Interior da RPPN Passarim. Ao fundo residência dos proprietários. Foto: Andréia Broering, 2008.	75
Figura 30: Residência dos proprietários Foto: Andréia Broering, 2009	76
Figura 31: Rio Beija Flor. Foto: Luciane Simonds s/d. Fonte: Arquivos da RPPN Passarim.	76

Figura 32: Rio Tanagara. Foto: Luciane Simonds s/d. Fonte: Arquivos da RPPN Passarim.	77
Figura 33: Vista da RPPN Passarim. Foto: Rizzaro s/d. Fonte: Arquivos da RPPN Passarim.	77
Figura 34: Redário. Foto: Luciane Simonds s/d. Fonte: Arquivos da RPPN Passarim	78
Figura 35 Luciane e Christopher Simonds, proprietários da RPPN Passarim. Foto: Andréia Broering, 2006.	78
Figura 36: Atividade educativa no Centro de Visitantes, “Refugio da Lua Azul”. Foto: s/informação. Fonte: Vieira, 2007.....	79
Figura 37: Centro de visitantes, Refúgio da Lua Azul. Foto: Luciane Simonds, s/d. Fonte: Arquivos da RPPN Passarim.	79
Figura 38: Centro de Visitantes. Foto: Luciane Simonds, s/d. Fonte: Arquivos da RPPN Passarim.	80
Figura 39: Avifauna da RPPN Passarim. Foto: Luciane Simonds, s/d. Fonte: Arquivos da RPPN Passarim.	80
Figura 40: Tabela com característica principal dos moradores/interlocutores da pesquisa.	82
Figura 41: Mapa de localização das propriedades visitadas, situadas as margens da estrada geral da Tigela. Fonte: Elaborado a partir das observações de campo da autora.....	83

Sumário

Introdução.....	13
CAPÍTULO 1. Considerações Teórico-metodológicas.....	22
1.1 Procedimentos metodológicos.....	30
1.2 As RPPNs contextualizadas	35
CAPÍTULO 2. A área de estudo contextualizada	42
2.1 O município de Paulo Lopes	43
2.2 A Tigela.....	49
2.3 A RPPN Passarim	67
CAPÍTULO 3. Quem são os moradores desse lugar	81
3.1 Discursos e contextos	90
CAPÍTULO 4. Considerações Finais	105
Referências Bibliográficas	113
<i>Apêndice A – Protocolo de campo</i>	<i>122</i>
<i>Apêndice B – Transcrições entrevistas.....</i>	<i>124</i>
Anexo A – Gráfico da evolução das RPPNs no Brasil e tabela da distribuição das RPPNs por Bioma.	143

Introdução

As Reservas Particulares de Patrimônio Natural – RPPNs¹ são uma das doze categorias de Unidades de Conservação integrantes do SNUC², mas são as únicas de caráter totalmente privado, sendo criadas por iniciativa e vontade dos proprietários das respectivas áreas, sem desapropriação de terras, as quais destinam parte ou a totalidade de suas terras para a conservação da biodiversidade de forma perpétua. A titularidade da terra permanece com o proprietário, pessoa física (proprietário rural) ou jurídica (organizações não-governamentais ou empresas), de modo irrevogável, ou seja, mesmo vendida ou herdada, a área de RPPN não poderá sofrer qualquer alteração de seus objetivos: a conservação da biodiversidade. São permitidos usos como pesquisas científicas e visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais. No entanto, o desenvolvimento ou não dessas atividades dependerá da vontade do proprietário.

A criação de RPPNs cresce a ritmo acelerado. Atualmente, há 1.096 Unidades, cobrindo aproximadamente 691 mil hectares³ do país (ver gráfico da evolução das RPPNs no Brasil e tabela da distribuição por bioma, anexo A). Esses números crescem a cada dia, entretanto, não há um levantamento apurado que inclua as RPPNs reconhecidas em âmbito nacional, estadual e municipal. Esse é o esforço iniciado pela Confederação Nacional de Reservas Particulares que criou um portal de cadastro de todas as RPPN do país com apoio das Associações Estaduais de proprietários de RPPN e de proprietários individuais. Além de dados sobre a quantidade e a área em hectares conservada, há informações sobre as atividades desenvolvidas no interior das RPPNs. Este levantamento tem por objetivo sistematizar para fortalecer ações

¹ É uma unidade de conservação criada em área privada, gravada em caráter de perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica. A criação de uma RPPN é um ato voluntário do proprietário, que decide constituir sua propriedade, ou parte dela, em uma RPPN, sem que isto ocasione perda do direito de propriedade. Fonte <http://www.icmbio.gov.br/menu/rppn-reserva-particular-do-patrimonio-natural>

² Sistema Nacional de Unidades de Conservação – lei 9.985 de 2000.

³ Segundo dados da Confederação Nacional de Reservas Particulares. Chamamos atenção que este número não é oficial, pois são cadastradas as RPPNs ligadas a uma das 16 associações de estaduais e ou através dos proprietários individuais. Disponível em: <<http://www.reservasparticulares.org.br/>> Acesso em: julho de 2011. O que destaca é que neste cadastro há RPPNs reconhecidas no âmbito federal, estadual e municipal. No site do ICMBio, órgão federal de reconhecimento de RPPNs existem 576 RPPNs cobrindo uma área de 473 hectares. Fonte: <http://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico/> Acesso em: julho de 2011.

de apoio às RPPNs, por meio da parceria de 16 Associações Estaduais existentes no país⁴. O esforço em sistematizar dados ainda dispersos já prevê a carência de estudos e diagnósticos atualizados e orientados para o redirecionamento das políticas públicas para o setor, principalmente no que se refere às áreas do entorno das Reservas Privadas - tema este pouco explorado no rol de pesquisas técnicas e acadêmicas, isoladas e focadas em levantamentos da flora e da fauna no interior das Unidades⁵. Sem estes elementos mantém-se o cenário atual de conservação biológica em fragmentos isolados, diminuindo seu alto potencial de conservação e desenvolvimento social, das comunidades vizinhas a estas áreas, a médio e longo prazo, ponto de partida desta pesquisa.

A preservação de belezas cênicas, do ambiente histórico cultural, a proteção dos recursos hídricos, de espécies ameaçadas, a manutenção de equilíbrio climático, dentre vários outros serviços ambientais que atualmente estão sendo economicamente valorizados, são os principais elementos de proteção e foco das RPPNs. Todavia, a conservação dos recursos naturais *in loco* tem se mostrado insuficiente no que se refere às questões de transformação da relação homem *versus* natureza, no contexto da paisagem em que estão inseridas. Nossa proposta é fomentar o debate do papel das RPPNs no contexto da paisagem e das comunidades em que se inserem, a fim de que sejam potencializadas ações transformadoras de atitudes em prol da conservação biológica e social. Nesse sentido, esta pesquisa pretende contribuir para a compreensão da relação de convivência, entre a comunidade e a RPPN, a partir de um estudo de caso no estado de Santa Catarina, para elucidar as tensões existentes e os possíveis horizontes de ampliação da escala de conservação por meio de práticas mais harmoniosas a seus objetivos.

De uma forma geral às vantagens e interesses na criação das RPPNs, variam conforme a dimensão iluminada (para a conservação, para o Estado, para as comunidades vizinhas, para o proprietário) e de acordo com a característica predominante do proprietário (empresas, organizações não-governamentais, indivíduos, famílias ou associações). O apoio ao sistema público de conservação, o estabelecimento de corredores ecológicos, os interesses comerciais diretos (principalmente a exploração do ecoturismo) e indiretos (venda da imagem), a garantia

⁴ Disponível em: < http://www.reservasparticulares.org.br/porque_registrar/ > Acesso em: junho de 2011.

⁵ Conforme levantamento feito no Relatório Final do “Program for the Support of RPPNs in the Atlantic Forest” Disponível em: <http://www.corredores.org.br/?pagelid=texto&path=%2Fcontent%2FCorredores%2FCentral%2FCEPF%2FPrograma+de+Incentivo+%E0s+RPPNs> Acesso em: abril de 2010.

contra a desapropriação por improdutividade, a isenção de impostos sobre a área criada, a facilidade de acesso de recursos financeiros são algumas das oportunidades e possibilidade relacionadas à criação da RPPN.

Autores como Melo (2004) afirmam que a diversidade e a versatilidade da categoria conferem às RPPNs características peculiares (potenciais e limitantes), que geram reflexos em seu perfil e gestão. Todavia, na bibliografia disponível é quase nula a menção às comunidades do entorno - o que, a partir das premissas postas acima, é fator preocupante do futuro desta importante categoria de Unidade de Conservação.

Ausência de levantamento com rigor metodológico não nos permite apontar números e dados mais específicos quanto aos reais interesses na criação⁶ de RPPNs, mas alerta para a necessidade de aprofundamento de instrumentos e políticas públicas que assegurem caminhos responsáveis nessa criação, assumindo cada vez mais o compromisso com a paisagem em que se inserem.

As alterações do “estado da arte” desta categoria no país, que se expressam de forma altamente instável, podem ser percebidas por exemplo, pelos dados de titularidade das RPPNs. Em 1999, 72%⁷ dos proprietários eram pessoas físicas; hoje, mais de 70%⁸ são propriedade de pessoas jurídicas - dados que se alteraram em função de novos instrumentos de fomento, como as oportunidades de parcerias e captação de recursos financeiros por editais, às quais somente a figura jurídica tem acesso. Essa inversão da característica do proprietário (pessoa física ou jurídica) é apenas um exemplo da grande alternância que a categoria RPPN representa enquanto um projeto de longo prazo. Atribuímos este fato ao arcabouço legal e operacional⁹ das RPPNs ser ainda recente, e à falta de uma política pública de longo prazo. Atualmente, essa política ainda se encontra restrita a programas de divulgação e de incentivo à criação - muito devedora da visão ideológica preservacionista, presente até

⁶ Existem pesquisas dispersas e com diferentes métodos, focadas em estudos de caso. Pesquisas que levantam os dados e o perfil dos proprietários permitem fazer alguns apontamentos sobre os reais interesses na criação das Reservas, mas como isso se revela com a realidade social das comunidades do entorno é um campo pouco estudado.

⁷ Fonte: IBAMA. Dados obtidos para o Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia em 2004. Universidade Federal de Santa Catarina. Andréia Broering. Não publicado.

⁸ Cadastro Nacional de RPPN. Não sendo possível fazer distinção entre empresas e ONGs. Disponível em: <http://www.reservasparticulares.org.br> Acesso em: fevereiro de 2011.

⁹ O marco legal data de 1990, com o decreto federal 98.914; porém, os números apresentam grande aumento em 2002, quando as RPPNs ganham *status* de UC com a regulamentação da lei do SNUC 9.985.

certo ponto na origem do modelo de conservação ambiental pautado nas UCs, pouco se pesquisando sobre a relação dessas com as paisagens do entorno.

O manejo das RPPNs é orientado e acompanhado pelo órgão ambiental responsável pelo seu reconhecimento. Entretanto, o arcabouço legal das RPPNs¹⁰ não atua de forma incisiva nas questões do entorno, deixando a cargo da vontade do proprietário a atuação ou não nessas áreas, segundo o Roteiro Metodológico para elaboração de Plano de Manejo de RPPNs¹¹. Subjuga-se assim um instrumento que ao nosso entender é de extrema importância nas questões sociais que as RPPNs podem assumir frente a outras categorias de UC, num horizonte de longo prazo, por estarem isentas de uma questão central de conflito, que é a situação fundiária resolvida.

Nossa preocupação concentra-se nas mudanças provocadas pela chegada da RPPN em comunidades rurais, uma vez que esta provoca tensões nas relações de vizinhança, de percepção e valores sobre o meio físico. Com a criação de uma RPPN, a comunidade local¹² passa a conviver com um aspecto de uso do solo que apresenta valores e significados diferentes dos tradicionalmente atribuídos – o que exige adaptação e conhecimento aos quais a comunidade não está preparada, causando conflitos de percepção do elemento conservação ambiental entre os novos vizinhos e os moradores, como apontam os resultados dessa pesquisa.

Esta pesquisa foi desenvolvida, por meio de um estudo de caso, na comunidade da Tigela onde se insere a RPPN Passarim no município de Paulo Lopes, localizado na porção centro-leste do estado de Santa Catarina, (ver figura 1, mapa de localização da área de estudo). Vale destacar que somente foi possível a definição da RPPN Passarim como estudo de caso, diante do escopo escolhido, em função da relação de abertura dos proprietários com as questões do

¹⁰ Decreto que cria a categoria RPPN, 98.914/1990; Decreto 1.922/1996; Art 21 SNUC/2000; Decreto 5.746/2006.

¹¹ “O planejamento de uma RPPN pode ser participativo (...). Porém, isso ocorrerá somente com a vontade de seu proprietário. A participação aberta pode ocorrer por meio de um ou mais eventos públicos para conhecimento e fornecimento de informações pelos interessados. Entretanto, isso constitui instrumento opcional. Caso o proprietário opte por esse modelo participativo de planejamento, as orientações para tais procedimentos encontram-se no item sobre escopos opcionais” FERREIRA, 2004. Roteiro Metodológico – IBAMA.

¹² Segundo Oliveira e Almeida (2008) “(...) os agricultores familiares (em geral) estabelecem uma lógica própria de exploração baseada sobre uma percepção da natureza que vincula disponibilidade de recursos (terra, floresta, água, clima, por exemplo, enquanto elementos importantes para a viabilização da atividade produtiva) e a garantia da reprodução social da família através da garantia do seu consumo”. Grifo nosso.

entorno e da vizinhança - elemento este fundamental para uma visão integradora do ambiente, em que as áreas do entorno são tão importantes quanto à própria Unidade a ser conservada.

Figura 1: Mapa de Localização da Microbacia Hidrográfica do Rio da Penha. Localidade da Tigela, município de Paulo Lopes, Santa Catarina. Fonte: Mapoteca digital da EPAGRI, 2004 – Escala 1:50 000

O interesse pelo tema nasceu de minha experiência profissional e acadêmica, em 2003 e 2004 com a área da RPPN Passarim¹³, As oportunidades de visitar periodicamente à região levantaram questionamentos quanto às comunidades vizinhas, e quais influências que a RPPN exerce e sobre o modo como a comunidade a percebe.

Entendemos que as políticas públicas para as RPPNs¹⁴ devem caminhar no sentido de buscar transformações de práticas e atitudes em relação à paisagem de forma ampliada, fomentando e criando espaços de diálogo com a comunidade vizinha, a fim de ampliar seu potencial de conservação e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades rurais, em particular.

Enfatizando que as RPPNs, assim como outras UCs, para atingir seus objetivos de conservação biológica, devem ter uma atuação estendida a paisagem. Visto que a degradação ambiental das áreas do entorno deve ser contida uma vez que comprometem as estruturas e fluxos gênicos que contribui para a conservação biológica da RPPN ao médio e longo prazo¹⁵. Sendo aqui proposto que esta atuação se de por meio da abertura para o diálogo e do fomento de ações de conservação ambiental que estimulem alternativas de atuação na paisagem.

Mas qual o papel da RPPN no contexto social da comunidade em que se insere? Como estender sua atuação para além da conservação dos recursos *in loco*? Como fica a relação de vizinhança com a chegada da RPPN? Quais os impactos na cultura local, nos saberes e fazeres da comunidade na paisagem? Como a comunidade percebe o “novo vizinho”? Qual a transformação de uso do solo que ela fomenta? Estas são algumas das questões que buscaremos responder a partir do aprofundamento de um estudo de caso: a comunidade da Tigela, vizinha a RPPN Passarim¹⁶. Considerando a abordagem cultural da paisagem, entendemos esta como espaços de fazeres e de saberes culturalmente construídos pela

¹³ Através da participação, como estagiária, da equipe de elaboração de Diagnostico de Fauna e Flora da RPPN e do desenvolvimento de Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia em 2004. Universidade Federal de Santa Catarina. Andréia Broering. Não publicado

¹⁴ Morsello e Mantovani (1997) fazem uma crítica à forma de criação de RPPNs no Brasil, a qual considera as propriedades individualmente, resultando em uma distribuição espacial dispersa, tanto em número quanto em área, sem produzir os melhores resultados para a conservação.

¹⁵ Nos termos da Convenção sobre Diversidade Biológica, conservação *in situ* é definida como sendo a conservação dos ecossistemas e dos habitats naturais e a manutenção e a reconstituição de populações viáveis de espécies nos seus ambientes naturais e, no caso de espécies domesticadas e cultivadas, nos ambientes onde desenvolveram seus caracteres distintos. Disponível em: <http://homolog-w.mma.gov.br/> acesso em, julho de 2011.

¹⁶ Contribuindo para seu estudo como cultura e subjetividade, lançamos o olhar sobre os lugares dessa paisagem.

sociedade, ou seja, como experiência partilhada e produção social do espaço (SANDEVILLE, 2004).

A partir do acima exposto nossa hipótese é que a comunidade, do estudo de caso, percebe a RPPN como “um novo uso do solo” ao qual não está preparada, apontando este como limitante de suas práticas tradicionais de uso do solo (uso direto dos recursos naturais). E ainda, a ideia de que a criação da RPPN causou impactos (tensões) na comunidade.

Tem-se como objetivo geral contribuir, teoricamente, para a inclusão das comunidades de entorno das RPPNs no debate desta categoria de Unidade de Conservação, a fim de que as mesmas não se tornem espaços de conservação isolados e desconectados da paisagem em que se inserem, sendo pensadas a partir da interação do seu potencial biológico e social nas áreas de entorno. E como objetivo específico, a compreensão das relações de convivência e adaptação da comunidade com o “novo” vizinho, a RPPN, destacando-se as oportunidades e limites de ações de conservação ambiental e desenvolvimento social da comunidade do entorno da RPPN Passarim.

Vale destacar que nossa intenção não é criar mais uma obrigação legal ou um ônus ao proprietário de RPPN, que já demonstra uma grande contribuição pelo ato de destinar parte ou totalidade de sua propriedade a conservação da biodiversidade, mas sim de estimular a abertura para o diálogo com as comunidades do entorno, por razões diretamente relacionadas aos objetivos de criação da RPPN. Entendendo que esta abertura pode ser transformadora das experiências que se dão em ambos os contextos, da RPPN e da área vizinha.

A abordagem teórica está estruturada em referenciais de paisagem (SANDEVILLE, 2003; 2004; 2005) lugar e toponímia (TUAN, 1983; 1980). Os procedimentos metodológicos foram traçados a partir de elementos de pesquisas qualitativas. No campo, foram realizadas 27 entrevistas semi-estruturadas, conversas informais, observação direta e convivência e permanência com os proprietários da RPPN. No total interagi com 33 moradores/protagonistas¹⁷ ao longo desta pesquisa. As entrevistas objetivaram entender como a comunidade percebe a paisagem local, quais suas práticas (atividade produtiva), quais os valores e o modo como ela percebe e se relaciona com a conservação por meio de espaços destinados exclusivamente para esse fim.

¹⁷ Como prática do Núcleo de Estudos da Paisagem – NEP/FAU/USP denominamos protagonistas da pesquisa os moradores que vivenciam a paisagem estudada. De forma que compreendemo-los como agentes sociais da produção da paisagem.

A compreensão de tais aspectos visa a gerar elementos e diretrizes para o debate qualificado da construção de alternativas e políticas públicas de envolvimento comunitário das áreas de entorno de Unidades de Conservação de caráter privado. Abordamos as RPPNs a partir de um olhar da paisagem em que se inserem, estendendo a elas uma função de atuação comunitária para além da conservação biológica *in loco*.

É importante observar que os objetivos iniciais desta pesquisa foram reorientados na medida em que se desenvolveu o campo empírico. Especialmente no sentido propositivo do objetivo inicial, a saber, de “contribuir para a gestão da paisagem de entorno”, que com o aprofundamento da pesquisa cedeu espaço para a compreensão desta paisagem em transição, para posteriores ações nela. Entretanto, o desenho da pesquisa foi caminhando para a compreensão da relação de vizinhança com o “novo vizinho” e das tensões existente no lugar. Essas mudanças se deram, além dos motivos teóricos já acima citados, por questões relativas ao tempo da pesquisa e à distância da área de estudo.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos divididos da seguinte forma: Introdução que apresenta as premissas da pesquisa no que se refere ao interesse pelas RPPNs e áreas de entorno. Capítulo 1, que aborda as opções teórico-metodológicas, como a abordagem de paisagem e conceitos de lugar e topofilia, além da apresentação do objeto de estudo RPPN de forma contextualizada no cenário nacional. Capítulo 2, que traz a apresentação da paisagem de estudo de forma contextualizada para os interesses da pesquisa, sendo o município de Paulo Lopes, a RPPN Passarim e a localidade da Tigela. Capítulo 3, apresentação dos interlocutores da pesquisa e nossas interpretações sobre a paisagem, trata dos moradores e seus afetos com o lugar e suas percepções das influências da conservação ambiental no contexto da paisagem em transformação. E por último o capítulo 4, que traz nossas interpretações, sobre a comunidade vizinha à RPPN Passarim, a partir do conhecimento gerado pela pesquisa.

CAPÍTULO 1. Considerações Teórico-metodológicas

“(...) nós estamos interessados naquela parte da paisagem que nos diz respeito como seres humanos porque nós somos parte dela, vivemos com ela, somos limitados por ela e a modificamos.” (SAUER, 1998)

Nosso referencial teórico-metodológico tem como pressuposto uma abordagem cultural e humana a partir da categoria de estudo da paisagem, em que se busca entender sua relação intrínseca com a comunidade que nela atua, em seus modos de fazer e de saber, e como construção social e reinventada no cotidiano dessas comunidades, a partir do conjunto de relações estabelecidas em seus espaços de vida e da herança deixada por seus antepassados, fortalecendo assim a compreensão dos lugares da paisagem¹⁸, objeto de estudo de caso.

Nesta pesquisa, pretende-se demonstrar a relação de convivência entre determinada comunidade e o “novo uso do solo”- que visa à conservação por meio da criação de uma RPPN. Assim buscou-se entender as percepções e experiências que os moradores locais têm do lugar e suas perspectivas futuras. Nesse sentido é que o referencial teórico-metodológico, a partir do que encontramos no campo empírico, se ampliou para uma discussão de “lugar”, abrindo caminho para a análise do espaço como um mosaico de lugares significativos, cada qual permeado pela vontade, valor e memória humana (BUTTIMER, 1985), e possibilitando a compreensão do espaço geográfico como “espaço de vivência”¹⁹, experiências e afetos. Yi-Fu-Tuan²⁰ (1980; 1983) passa a ser então nossa base teórica com o conceito de topofilia (o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico) e as experiências humanas com o lugar.

¹⁸ Esta abordagem é trabalhada no Núcleo de Estudos da Paisagem (NEP). NEP é um grupo de pesquisadores de graduação e de pós-graduação, existente desde 2003, sendo um dos dois núcleos de pesquisa estruturantes do Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU/USP (LabCidade).

¹⁹ Como espaço-vivido adotamos a abordagem de Buttmer (In Christopholetti, 1985), que envolve o estar consciente de seu caráter físico (tempo-espaço) e de sua natureza social (intersubjetividade). Segundo esta abordagem, o conjunto dinâmico, no qual o experimentador vive e busca um significado no horizonte do vivido ao longo do qual as coisas e as pessoas são percebidas e valorizadas.

²⁰ Yi-Fu-Tuan é um geógrafo chinês, mas apesar de ter nascido no oriente, sua carreira acadêmica se desenvolveu no ocidente - Novo México, nos EUA e no Canadá. Tornou-se um autor de destaque na Geografia

O caminho metodológico percorrido partiu de campos conceituais multifacetados e polissêmicos, como o entendimento de paisagem, lugar e toponímia, resultando em um exercício de interpretação da paisagem a partir do olhar crítico da realidade em transformação, que ampliou nossa compreensão das relações de convivência dos moradores com o “novo aspecto da paisagem” - a conservação por meio da criação da RPPN, e das tensões que se colocam para a comunidade com essa inserção.

A inclusão do conceito de “lugar” se deu de forma orgânica na pesquisa, especialmente a partir dos trabalhos de campo, tornando-se necessário para a compreensão da paisagem estudada. Considerando-se lugar tanto como produto de uma dinâmica que é única e resultante de características históricas e culturais intrínsecas a seu processo de formação, quanto como uma expressão de aspectos externos a eles. Ou ainda como espaço de vivência, onde estão inseridas necessidades existenciais e biológicas, interações entre objetos e pessoas, e experiências – sendo estas últimas responsáveis pela formação da visão de mundo de cada indivíduo ou grupo, que se expressa por meio de suas atitudes e valores no meio em que vive. Essas experiências refletem a forma como as transformações desse ambiente podem ser conduzidas. Nesse sentido, a subjetividade e a afetividade são elementos fortemente considerados nesse modo de pesquisar.

Essa maneira de pensar o espaço, sob um enfoque cultural, em que natureza, sociedade e cultura são entendidas como fenômenos complexos surge no início da década de 1970, com a denominação de Geografia Humanística (CHRISTOPOLETTI, 1985; MORAES, 2002).

Assim, conforme Holzer (1997), a Geografia Humanística entende o espaço como o resultado de paisagens marcadas, construídas e constituídas de vontades, valores e memórias, as quais são baseadas em experiências de mundo, referências sociais e redes de interação, resultando esse conhecimento no entendimento geográfico do mundo e no autoconhecimento humano em relação aos seus sentimentos sobre o seu meio ambiente. Holzer ressalta ainda que o espaço e, sobretudo, o espaço-vivido, não se apresentam necessariamente como um todo homogêneo ou como uma confusão constituída a partir de várias atividades individuais, mas sim possuindo maior ou menor grau de ordem e compreensibilidade a partir do seu observador.

Humanística, principalmente a partir da publicação de “Toponímia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente”, em 1974. A Geografia Humanística é definida por bases teóricas nas quais são ressaltadas e valorizadas as experiências, os sentimentos, a intuição, a intersubjetividade e o entendimento das pessoas em relação ao meio ambiente que habitam, buscando compreender e valorizar esses aspectos, considerando seus sentimentos e idéias a respeito do espaço e do lugar (CHRISTOPOLETTI, 1985).

A visão do lugar na pesquisa

“Lugar é um mundo de significado organizado”(TUAN, 1983).

O lugar é aquele espaço ao qual o indivíduo se encontra ambientado, que faz parte do seu mundo, dos seus sentimentos e afeições, é o “centro de significância ou foco de ação emocional do homem” (CHRISTOPOLETTI, 1985). Abarca significado; não pode ser compreendido apenas como espaço produzido, ao longo de determinado tempo, pela natureza e pelo homem, devendo ser visto como construção única, singular, carregada de simbolismo e que agrega ideias e sentidos produzidos por aqueles que o habitam. Se constituído como paisagem, é campo da materialização das experiências vividas que ligam o homem ao mundo e às pessoas, e que despertam os sentimentos de identidade e de pertencimento no indivíduo. É, portanto, fruto da construção de um elo afetivo entre a o indivíduo e o ambiente em que vive, (TUAN, 1980).

Esse elo afetivo, que define a relação com o lugar, é permeado pelas experiências íntimas e por necessidades de atribuição de valor, relacionadas às necessidades básicas, biológicas e psicológicas, e a necessidade de pertencimento a um espaço. O lugar é carregado de sensações emotivas, principalmente porque nele nos sentimos seguros e protegidos (MELLO, 1990); ele tanto nos transmite boas lembranças quanto a sensação de lar (TUAN, 1983).

Tuan (1983) afirma que quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar, trazendo dimensões da vivência histórica, afetiva e cultural para a compreensão de lugar enquanto espaço de vivência.

O Lugar – de experiência e afeto

O sentimento existe em relação a alguma coisa, revela a maneira pela qual o “eu” é afetado.” (TUAN, 1983). A experiência implica a capacidade de aprender a partir da própria vivência, atuando sobre um dado e criando a partir dele.

Segundo o conceito de toponímia (TUAN, 1980), as pessoas desenvolvem relações de atração e afeto ou de repulsa pelos lugares. Sentimentos que estão relacionados à memória e à imaginação do indivíduo. Segundo Tuan, a qualidade de um lugar está intrinsecamente ligada a um sentimento complexo, atemporal, de difícil explicação em toda sua plenitude. O lugar significativo ou lugar psicológico, diferentemente do espaço geográfico, adquire definição pela experiência acumulada, e significados simbólicos - de memória e histórias vivenciadas. A orientação e a identificação do homem com o ambiente e sua conotação simbólica conferem caráter ao lugar – o qual não se restringe a um simples abrigo por atuar na base existencial.

A experiência humana com o espaço é responsável pelas estruturas mentais de padrões de identificação do homem com o meio ambiente. Segundo Tuan (1983), “experienciar é aprender, compreender e significa atuar sobre o espaço e poder criar a partir dele”. Portanto, é necessário que o processo cognitivo se desenvolva por meio da percepção e da apreensão do espaço para que o indivíduo possa conhecê-lo e ter a consciência da possibilidade de sua atuação sobre ele.

A relação entre a experiência e o conhecimento de um espaço se constitui, para Rapoport, no *locus* de ação das pessoas, “visto que o que não se conhece não pode ser objeto de oportunidades para atuar” (RAPOPORT, 1978, *apud* LEITE, 1998). Assim, podemos imaginar que uma diferente cognição do ambiente resultará numa diferente atuação e experiência no espaço.

O afeto que se tem por um lugar está, portanto, atrelado à experiência que se pode ter nesse espaço. Tuan (1980) considera que as pessoas podem desenvolver afetividade pelos espaços somente quando estes se transformam em lugares, permitindo uma real experiência espacial.

Para o autor, a experiência é um termo que abrange as diferentes maneiras por meio das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade, passando pelos sentidos, pela simbolização e pelo colorido das emoções. Ela permite a interpretação do lugar. Na relação “espaço e lugar”, um não se define sem o outro. Na experiência, o significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar - o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor e atribuímos significados.

A percepção que inclui as capacidades sensório-motoras do homem (visão, audição, olfato, paladar, tato) são partes integrantes do processo cognitivo e incluem também a linguagem verbal e não-verbal, inserida em um contexto biológico, psicológico e cultural mais amplo. Tais capacidades não podem existir sem a interação com o meio a ser experienciado e, por outro lado o meio inexistente se não houver a presença do indivíduo para o experienciar.

A fim de explicar sua interpretação de toponímia, Tuan (1980) define uma pessoa como um organismo biológico, um ser social e um indivíduo único, cuja percepção, atitude e valor refletem os três níveis para registrar uma grande variedade de estímulos ambientais, podendo ser captados por meio de todos os sentidos humanos (visão, tato, audição e olfato), variando em intensidade conforme cada indivíduo e sua cultura.

Ver não envolve profundamente as nossas emoções. “Podemos ver, através da janela de um ônibus com ar condicionado, que a favela é feia e indesejável, mas o quão ela é indesejável atinge-nos com pungente força somente quando abrimos a janela e recebemos uma lufada dos esgotos pestilentos. Uma pessoa que simplesmente vê é um espectador, um observador, alguém que não está envolvido com a cena. O mundo percebido através dos olhos é mais abstrato do que o conhecido por nós através dos outros sentidos (TUAN, 1980).

Tuan (1980) atribui à percepção tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, ou seja, é a porta de entrada para a experiência, a maneira pela qual a pessoa concebe e constrói a realidade, atribuindo-lhe valores positivos ou negativos.

Dessa forma é que, de acordo com esses aspectos do laço afetivo, isto é, da experiência positiva, um espaço indiferenciado ou de ameaça pode adquirir contornos de segurança e estabilidade na medida em que o conhecemos melhor e, por diversas razões, o tomamos como “nosso”, dotando-o de um valor especial, que chamamos de lugar. Daremos ênfase nesta pesquisa ao valor positivo da experiência, entretanto, a visão negativa será elemento constituinte da relação com o novo e suas diferentes formas de apropriação .

Tuan, quando explana acerca da toponímia, deixa claro que esse sentimento de afeto para com o meio ambiente varia profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o prazer ao sentir o ar, a água, a terra. Mas permanente e mais difíceis de expressar são os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o lócus de reminiscências e o meio de se ganhar a vida (TUAN, 1980).

Na sociedade moderna, o contato físico com o meio ambiente natural é cada vez mais indireto e limitado a ocasiões especiais, ocorrendo em espaços destinados exclusivamente a contemplação e observação. Tuan explana que fora a decrescente população rural, o envolvimento do homem tecnológico com a natureza é mais recreacional do que vocacional, deixando um hiato entre a necessidade de um envolvimento suave e inconsciente com o mundo natural e o envolvimento orientado do contato com a natureza através dos espaços destinados exclusivamente para esse fim por exemplo. Nesse último caso a relação que se estabelece com os lugares, nos leva a questionamentos como: não seria a relação da sociedade com as UCs um resgate da forma de contemplação da paisagem como espetáculo estético de observação, reforçando a distancia do sujeito e natureza? Qual o papel destes lugares (UCs) nas transformações da relação homem *versus* natureza? Estas são algumas das questões que permeiam nossas interpretações futuras, as quais certamente não terão resposta, mas orientam nossas buscas.

A partir desses referenciais é que buscaremos nos aproximar da compreensão do que representa o lugar no contexto do “novo uso”- a conservação ambiental, em especial a privada, destacando esse novo uso como influenciador do sentimento em relação ao lugar, que pode ganhar outros significados a partir da (des) integração dos lugares e das paisagens no contexto da forte influência da política ambiental. Um processo talvez historicamente inevitável, mas cada vez mais intenso especialmente a partir de 2000, com o fortalecimento da criação de UCs como principal instrumento da política nacional de meio ambiente, afetando em especial os “lugares” do meio rural.

Assim é que passamos a ver a paisagem em transformação na comunidade estudada, considerando os sentimentos com o lugar e os significados atribuído a conservação ambiental pelos moradores, considerando a abordagem de paisagem de Sandeville:

Pensar e experienciar a paisagem é vivenciar e pensar o mundo, a cultura, os valores. É reconhecer que existimos em sínteses contraditórias e complexas de trabalhos que nos precederam e continuam operando para além do nosso, como em nós também operam forças contraditórias e complexas. Processos que são tanto de reconstrução quanto são de desconstrução, de identificação quanto são de alteridade, estruturas e acasos, que são por isso mesmo possibilidades. Paisagens são, nesse sentido, heranças, sempre inconclusas e em operação (SANDEVILLE, 2005).

As convergências conceituais da abordagem de “lugar” proposta por Tuan e de “paisagem” proposta por Sandeville, permitiram trabalhar com ambos os conceitos no sentido de valorizar a escala local da paisagem de estudo.

Assim adotamos a paisagem como categoria de estudo quando nossa interpretação sobre a comunidade estudada se em um recorte temporal específico e de uma busca delimitada, considerando tanto o lugar das experiências passadas de uso direto dos recursos naturais como o lugar presente, onde limites e proibições (em função das políticas ambientais) exigem novas posturas. O lugar agrega as experiências e aspirações das pessoas. O lugar não é só um fato a ser explicado na ampla estrutura do espaço, ele é a realidade a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhe dão significado (TUAN, 1979 *apud* HOLZER, 1999).

A abordagem de paisagem adotada está diretamente associada aos saberes e fazeres de um grupo social ou comunidade, que lhe atribuem um jeito próprio de viver, que os caracterizam no espaço, no tempo e no lugar. É a partir dessa compreensão que lançamos o olhar sobre as comunidades como agentes de construção dos lugares. Paisagem é uma visão de mundo, no sentido em que, como parte de nossa cultura, de nossa herança e de nossa prática, ou seja, nossas experiências nos conduz a um pensar próprio, tendo no sujeito seu principal agente transformador. Cosgrove (1998), ao exemplificar o significado da paisagem humana, define a paisagem da cultura dominante e as paisagens alternativas. Em relação a primeira, afirma que a cultura dominante procura produzir paisagens de acordo com sua imagem de mundo e quer ter essa imagem aceita como realidade de todos; já as paisagens alternativas são produzidas por grupos não-dominantes, tendo portanto menos visibilidade. Nessa perspectiva que as paisagens são produzidas e produtos de nossas experiências com os lugares.

O ver a paisagem depende totalmente da visão de mundo do indivíduo. Porém a paisagem é também um conjunto de novos usos, fazeres, saberes e símbolos culturais. Nesse sentido, a sociedade revaloriza as paisagens construindo um novo modelo perceptivo com relação ao meio e lhes atribui novos valores - sendo este o enfoque dado à análise do material empírico, a partir de uma aproximação maior dos novos “usos da paisagem” como Unidades de

Conservação neste caso, uma RPPN. Que nos levam a questionamento como: Há uma redefinição e mudança cultural na forma de ver e sentir os lugares a partir do convívio com a “cultura” da conservação ambiental? Essa busca nos interessa por fornecer elementos para uma melhor compreensão de onde estão ancoradas as oportunidades e os limites do convívio com o novo.

O estudo da paisagem como forma de ver, interpretar e sentir o espaço parte necessariamente de diversos campos disciplinares, tornando-a campo teórico interdisciplinar, em sua compreensão, e transdisciplinar, em sua operacionalização, por excelência. Entretanto, o enfoque adotado é o que diz respeito às tensões que passam a existir a partir da conservação privada no lugar, considerando-se, além dos aspectos de sua materialidade, os aspectos da percepção de quem ali vive, e trazendo para o debate a composição das relações e suas transformações na construção do lugar. Dessa forma, esta pesquisa tem por finalidade dar um pequeno passo em direção à consideração desses fatores nas relações presentes e constituintes da paisagem de entorno de reserva privada, apresentando alguns aspectos topofílicos das relações entre moradores e o meio no recorte selecionado do estudo de caso. Nesse sentido partimos de algumas questões que são: Quais os sentimentos e experiências atribuídos aos lugares na Tigela? Como os moradores passam a se comportar a partir da instituição da RPPN? Quais as tensões que surgem com essa “ameaça” ao lugar deles? Elas, as tensões²¹, podem ser geradoras de novas formas experiências com relação ao lugar?.

Partindo dessas premissas teóricas, que consideram a subjetividade como elemento importante na interpretação da paisagem e do lugar, como pesquisadora e sujeito ativo tive de me ater a cuidados na investigação do conhecimento empírico. Operacionalizar com consciência o levantamento de dados no campo²² e as análises em consonância com o quadro de referenciais teóricos foi o maior desafio desta pesquisa.

²¹ Segundo Buttimer (1985), tensões podem ser compostas por forças estabilizadoras e inovadoras, recorrentes do “mundo vivido diário”. Muitas dessas forças não poderiam ser conscientemente apreendidas até que uma tensão revelasse alguma desarmonia entre indivíduo e o mundo ou o meio ambiente. Essa tensão, entre estabilidade e mudança, dentro do ritmo de diferentes escalas, é o que reflete o modelo do relacionamento entre lugar e espaço.

²² Tendo o protocolo de campo contribuído para isso em certa medida.

1.1 Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa foi desenvolvida sob as bases da pesquisa qualitativa, entendendo-se por isso que a forma de coleta do material empírico e as análises se deram a partir da compreensão da realidade sociocultural que é repleta de significados, motivações, crenças, valores e atitudes; e que se buscou compreender ou aprofundar as bases de identificação de um sistema e seus componentes. O que neste caso, significou abordar a comunidade e a RPPN de forma integrada, guiada por uma abordagem teórica e metodológica que nos possibilitou valorizar as experiências de ambos, e abrindo espaço para a compreensão de algumas tensões que se colocam no campo empírico.

O procedimento metodológico para alcançar os objetivos desta dissertação compreendeu: 1) levantamentos e sistematização de dados secundários e literatura; 2) observação direta por meio de percursos e por meio da interação com interlocutores/moradores; e 3) análise dos dados.

O levantamento e a sistematização de dados secundários (1) se deram a partir de consultas constantes a livros, revistas especializadas, publicações de órgãos oficiais, produção acadêmica, documentos técnicos e acervos disponíveis na rede mundial de computadores (internet).

A observação direta (2) se deu por meio de percursos pela comunidade, individualmente ou acompanhada dos proprietários da RPPN, considerando que a construção do meu olhar sobre a comunidade e a paisagem tornou-se possível pelo laço de amizade que se estabeleceu com os proprietários e pelo interesse na temática das RPPNs e suas influências nas comunidades do entorno²³. O envolvimento com a área há oito anos foi importante para o trabalho, pois permitiu o acompanhamento das mudanças físicas da paisagem e o reconhecimento de alguns membros da comunidade - fato este que auxiliou na fase de contato com os moradores, pois

²³ Em 2003, meu primeiro contato profissional com a área se deu pela participação como estagiária em estudos de fauna e flora. Em 2004, desenvolvi a pesquisa de conclusão de curso (em geografia) sob o título "RPPNs: um estudo da base legal e proposta de zoneamento". Esses contatos abriram canal de amizade entre nós (proprietários e eu), e que foi determinante para aumentar meu contato com a área e meus interesses investigativos. Desde 2003 mantenho contato com a área de forma acadêmica, profissional e contemplativa.

quando faziam referências quanto às mudanças ocorridas, de usos e de práticas, era possível uma interação maior, uma vez que os interlocutores percebiam meu interesse pela área e percursos em momentos anteriores. As observações se deram de forma crítica e com objetivos investigativos quanto às mudanças físicas da paisagem e as práticas de uso do solo.

A observação direta foi também de fundamental importância por possibilitar melhor contextualização e interpretação de alguns dados da interação com os moradores, especialmente pelo fato de a minha presença na comunidade estar associada à RPPN²⁴. Estar atenta a isto fez com que alguns conteúdos e respostas fossem relativizados no sentido de que a observação direta de suas práticas não fornecia ratificação de suas posturas discursivas. Assim por exemplo, quando questionado sobre o que eles achavam de ter a RPPN como vizinha, um dos interlocutores respondeu que achava muito positivo por seus proprietários serem parceiros de suas intenções com a conservação ambiental. Entretanto a atividade econômica desse interlocutor em particular é altamente danosa ao ambiente. Enfim, considerar a observação direta como algo muito importante para a análise do material empírico foi essencial para evitar interpretações demasiado rígidas ou mesmo infiéis.

A observação direta, por meio da interação com os moradores, se deu baseada na comunicação oral, através do diálogo, em conversas informais e entrevistas semi-estruturadas. Ao todo foram realizadas (27) entrevistas semi-estruturadas e tantas outras conversas informais, sempre guiadas pelos interesses da pesquisa - além das trocas de experiências na convivência com os proprietários da RPPN.

As entrevistas foram aplicadas de forma variada conforme os interlocutores revelavam-se mais abertos ao diálogo no decorrer da pesquisa. Em alguns casos, começamos com a intenção de uma conversa informal, que abriu diálogos mais longos e se transformou em narrativas maiores, ampliando muito o protocolo de campo previamente elaborado. A forma de condução e de realização das entrevistas foi permanentemente discutida nas orientações e nos encontros do grupo de estudos da paisagem

A utilização de entrevistas como instrumento de coleta do material empírico é especialmente adequada segundo Quivy e Campenhoudt (1992), quando se busca analisar o sentido que os

24 A rede de interlocutores foi inicialmente mediada por Luciane e Chistopher, proprietários da RPPN.

atores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se veem confrontados: seus sistemas de valores, suas referências normativas, suas interpretações de situações conflituosas ou não, as leituras que fazem das suas próprias experiências, dentre outros objetivos. E em especial no estudo de caso, onde partimos de uma problemática, que é procurar entender como a comunidade percebe a atuação da RPPN no contexto da paisagem local, as entrevistas nos permitem verificar a confirmação ou não da existência deste problema, os diversos pontos de vista e o funcionamento das relações em jogo. A rede de interlocutores foi inicialmente mediada por Luciane e Christopher, proprietários da RPPN, e também por uma abordagem aleatória dos vizinhos da Reserva, chegando-se bem perto da totalidade de contatos possíveis, aproximadamente 30 famílias em 22 propriedades.

As conversas se deram em clima de descontração e acolhimento por parte dos moradores. Todos me convidavam para entrar em suas casas e me ofereciam café e/ou lanche; alguns mostravam a propriedade e apresentavam membros da família que se faziam presentes. Somente no caso do Sr. Benício, interlocutor com quem tive contato por varias vezes, as conversas se davam durante algumas das suas atividades. Os contatos com os demais interlocutores se deram de forma exclusiva para a conversa.

O trabalho de campo se deu de forma contínua por 6 dias, e em outros momentos com duração menor, totalizando 18 dias de pesquisa em campo - sendo 16 durante a semana e 2 no final de semana, no período de novembro de 2008, janeiro de 2009, janeiro e fevereiro de 2011. A abordagem foi feita na residência dos interlocutores, com visita agendada previamente em dois casos e sem agendamento nos demais, evitando-se sempre os horários do meio dia e ao anoitecer.

Utilizei o recurso de gravação em 11 entrevistas e narrativas, totalizando 18 horas e 26 minutos de gravação. Outras 20 entrevistas foram anotadas paralelamente à conversa. Acabei por priorizar as anotações paralelas e as feitas logo após os contatos, pois percebi que os entrevistados se sentiam mais à vontade sem o equipamento. Os registros fotográficos foram utilizados em alguns casos. O registro dos aspectos da casa e da propriedade foi mais comum do que o retrato dos moradores, sendo este material apresentado ao longo do texto.

Reconhecendo a relação ativa que é o processo de pesquisa com comunidades, a elaboração do que chamamos de “protocolo de campo” foi fundamental, sendo este composto pelas questões orientadoras do que buscamos em campo, procurando-se estimular o interlocutor a contar suas experiências, preferências e motivações no lugar e com a conservação ambiental.

Nesse sentido, o protocolo de campo, apêndice A, teve por objetivo problematizar algumas questões referentes à relação entre os moradores e os proprietários da RPPN, bem como identificar os elementos de interesse da comunidade pelo lugar, fazendo emergir discursos inéditos a nossas hipóteses iniciais. A estrutura do protocolo de campo tentou abordar os seguintes aspectos: informações pessoais do entrevistado e familiares; origem; tempo de vivência na região; atividades produtiva e econômica, atuais e futuras; dados espaciais da propriedade; fronteiras, cobertura vegetal, usos do solo; espaços destinados a conservação privada e pública; a paisagem do entorno; a inserção da propriedade no conjunto; a identificação de motivações para permanência na região; a identificação de desmotivações para permanência na região; a participação e organização social local; as preferências estética da paisagem da região, conservada e não conservada; e a mobilização para a atuação local.

Destacamos que as perguntas foram aplicadas de forma livre nos casos em que o interlocutor se mostrava mais apto a responde-las e mais extrovertido, permitindo-lhe falar abertamente e na ordem que lhe conviesse. Em outros casos, foram conduzidas de forma a estimular a expressão sobre os aspectos faltantes e de interesse à pesquisa.

O recorte para análise do material empírico foi estabelecido a partir das experiências de cinco moradores nativos ou muito antigos, considerando suas experiências afetivas com o lugar, suas práticas tradicionais com a terra e as novas posturas adaptativas frente às mudanças de uso geradas pela conservação ambiental e levando em conta o conjunto das narrativas e o contexto em que estão inseridas. A escolha dos interlocutores para análise do conteúdo de suas falas levou em consideração os seguintes critérios: origem, tempo de permanência no lugar, postura frente à conservação (adaptação ou manutenção de práticas econômicas). Entendendo-se que os moradores mais antigos representam o grupo de maior interesse e motivação em relação ao lugar, por seus laços afetivos e históricos com a área.

Além dos procedimentos acima relatados, também tivemos a oportunidade, por meio do Projeto Eco-Trilhas²⁵, de acompanhar a interação de 60 crianças com a paisagem da RPPN – eu particularmente, conduzi 20 crianças, com idades entre 7 e 10 anos, por uma das trilhas da RPPN, desenvolvendo atividades de observação da fauna e flora de forma lúdica e interativa, segundo orientação do professor responsável pela atividade. Aproveitei a oportunidade para

²⁵ Projeto desenvolvido pelo Instituto Passarim junto às escolas públicas de Paulo Lopes, cujo objetivo é proporcionar vivência junto à natureza e caminhadas pelas trilhas da RPPN, gerando empatia pela floresta e colaborando para que a população do município desenvolva modos de vida compatíveis com a preservação da Mata Atlântica.

observá-las e questioná-las sobre o que achavam do lugar onde moravam, da RPPN, da oportunidade de estarem ali. Essa possibilidade de interação com as crianças contribuiu para a compreensão dos elementos apontados por essa faixa etária com relação à paisagem, e da importância do contato com a RPPN em sua vida escolar, mesmo estando fora do escopo de análise desta pesquisa.

Destaca-se, ainda, a ideia de que o analista é um intérprete que faz uma leitura igualmente discursiva, influenciada pelo seu afeto, por sua posição social, pelas suas crenças, por suas experiências e vivências. Assim, a interpretação nunca é absoluta e também produz seu sentido. Os discursos são aqui entendidos como construção social e relacional entre as partes, devendo nós pesquisadores estar cientes de nossa ação nessa troca (GUEERTZ, 2001; QUIVY e CAMPENHOUDT, 1992; SANDEVILLE, 2011²⁶) quando nos apresentamos, nossa origem, nossas atividades, os motivos de estar ali frente ao interlocutor representam de um discurso, que esse interlocutor interpreta e ressignifica a partir do que lhe é indagado. Desse modo, o contexto interpretativo é dotado de múltiplos significados e o fato de estar ciente disto enquanto pesquisadora me permitiu maior segurança e possibilitou maior coerência entre o quadro teórico e as interpretações feitas à luz das questões buscadas e do contexto local.

Entende-se aqui metodologia na ciência como uma opção dentre muitas possíveis a percorrer no processo de pesquisa, adotando-se o modelo da “espiral”, que parte de uma inquietação, de um problema, de uma pergunta e se encerra com um produto provisório, e necessariamente originário de novas indagações. Tornei-me mais consciente desse processo em “espiral” somente com o fechamento desta pesquisa.

²⁶ Texto não publicado, circulado no âmbito do NEP (Núcleo de Estudos da Paisagem) “Paisagens Partilhadas”. Livre-Docência.

1.2 As RPPNs contextualizadas

As RPPNs, como figura legal, são repletas de positividade pelo fato de a inserção da propriedade privada no atual sistema de conservação do país e seu número crescente revelarem certa aceitação. Apesar de ser um movimento pouco estudado cientificamente, a participação da sociedade civil na conservação dos ecossistemas tem crescido muito no Brasil e fora do país. (LANGHOLZ, 2002). No Brasil, especialmente, onde o direito à propriedade é considerado direito fundamental, as RPPNs ganham força quando cumprem a “função social” da terra e garante um bem fundamental para o direito particular, a titularidade da terra.

Entretanto, na realidade, as RPPNs se configuram em “novos usos do solo” que transformam a paisagem e as relações sociais nos locais onde se inserem, estabelecendo novos valores aos quais as comunidades rurais não estão adaptadas, exigindo delas um conhecimento e relacionamento com esse novo aspecto que no limite produzem novas experiências com o meio.

Nosso foco aqui é apresentar as RPPNs no contexto nacional, seus aspectos legais e institucionais bem como as origens e perspectivas futuras dessa categoria de UC, deixando a interpretação de como elas se relacionam com a comunidade onde se inserem para o estudo de caso apresentado no capítulo seguinte.

As Reservas Particulares de Patrimônio Natural – RPPNs surgem com o objetivo de estender à coletividade e ao proprietário particular a possibilidade de contribuir para a proteção ambiental - um direito e dever garantido pela própria constituição federal, associado à constatação de que a maior parte dos remanescentes florestais, principalmente da Mata Atlântica, encontra-se sob domínio de propriedade particular. Criou-se, assim um arcabouço legal para o fomento e reconhecimento dessa categoria de Unidade de Conservação: a RPPN.

As RPPNs²⁷, como são conhecidas hoje, tiveram sua origem em 1990. Em 2000, com a publicação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, passaram a integrar a

²⁷ As RPPNs são definidas - conforme o Decreto Federal nº 5.746/2006 – como Unidades de Conservação de domínio privado, criadas com o objetivo de conservar a diversidade biológica e gravadas com perpetuidade por meio de Termo de Compromisso averbado à margem da inscrição no Registro Público de Imóveis.

categoria de Unidades de Conservação²⁸ de Uso Sustentável²⁹, mas se comportam de fato como Unidades de Proteção Integral. São reconhecidas pelo órgão ambiental federal e atualmente também por órgãos estaduais e municipais. Porém a demanda por conservação em área privadas é mais antiga, estando prevista no Código Florestal de 1934 na forma de “florestas protetoras”- com características muito semelhantes às RPPNs de hoje (WIEDIMAN, 1997; 2001).

O antigo Código Florestal trazia em seu texto as modalidades de Florestas Protetoras, Florestas Remanescentes, Floresta Modelo e Florestas de Rendimento. As Florestas Protetoras eram consideradas reservas privadas, que permaneciam na posse e domínio do proprietário particular, eram inalienáveis e consideradas de conservação perene. Conforme o artigo 8º da referida lei, a exceção à alienação ocorria quando o adquirente, por si, obrigava seus herdeiros e sucessores a mantê-las sob o respectivo regime legal. Nessas áreas, o proprietário ficava sujeito à observância das determinações das autoridades competentes, especialmente no que diz respeito ao plantio, à extensão, à oportunidade e à intensidade da exploração (art. 11). O incentivo previsto pela lei, para conservação dessas áreas, era a isenção total de impostos.

De acordo com o art. 4º do antigo Código Florestal de 1934, as Florestas Protetoras tinham os seguintes objetivos:

- a) conservar o regime das águas; b) evitar a erosão das terras pela ação dos agentes naturais; c) fixar dunas; d) auxiliar a defesa das fronteiras, de modo julgado necessário pelas autoridades militares; e) assegurar condições de salubridade pública; f) proteger sítios que, por sua beleza natural, mereçam ser conservados; g) asilar espécimes raros da fauna indígena.

Objetivos estes muito semelhantes aos das atuais RPPNs, exceto no que concerne aos interesses militares, que podem ser compreendidos pela conjuntura política da época.

Com a extinção da classificação de Florestas Protetoras em 1965 aparece no novo Código Florestal o artigo 6º, para atender a demanda por proteção particular:

Art. 6º - O proprietário de floresta não preservada, nos termos desta lei, poderá gravá-la com perpetuidade, desde que verificada a existência de interesse público pela autoridade florestal. O vínculo constará de termo

28 As Unidades de Conservação são definidas na Lei Federal nº 9.985/2000 como espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

29 Art. 21 § 2-caput III vetado. Esse artigo permitia o uso direto dos recursos naturais, mas foi aprovado somente o uso para a pesquisa científica e visitação com objetivos turísticos e educacionais.

assinado perante a autoridade florestal e será averbado à margem da inscrição no Registro Público.

Esse artigo, atualmente revogado pela lei nº 9.985 de 2000, permaneceu, de 1965 até 1990, sem nenhuma aplicabilidade ou regulamentação.

O extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, concedeu em 1977 algumas iniciativas de proteção de áreas privadas por apelo de proprietários particulares, principalmente do Rio Grande do Sul, que sentiram necessidade de obter proteção oficial às suas terras rurais, frente à forte cultura de caça em suas fazendas – ainda que essa atividade estivesse regulamentada pela lei nº 5.197 de 1967 – Lei de Proteção à Fauna. Como resultado deste movimento, o antigo IBDF edita a portaria nº 327/77, criando os Refúgios Particulares de Animais Nativos. Muitos proprietários, sem nenhum incentivo, tiveram então suas terras declaradas como Refúgio Particular de Animais Nativos.

Essa portaria foi substituída, onze anos depois, pela portaria IBDF-P nº 217/88, que estendeu a proteção também para a vegetação, criando assim as Reservas Particulares de Fauna e Flora.

No entanto, apenas em 1990 surgiu um mecanismo mais claro e uma regulamentação específica para essas áreas, com a criação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPNs, através do Decreto nº 98.914 de 1990 - revogado em 1996 pelo Decreto nº 1.922, e atualizado em 2006, pelo Decreto nº 5.746. As alterações e atualizações feitas na lei, de 1990 a 2006 tiveram como principal objetivo harmonizá-la com as diretrizes traçadas pela Convenção da Biodiversidade, segundo as quais o objetivo da conservação integral dos recursos deve ser alcançado como nas Unidades de Conservação de Uso Indireto, onde são permitidas apenas atividades com fins unicamente científicos, educativos e turísticos³⁰, avançando ainda nas possibilidades de os estados e municípios legislarem sobre essa categoria de UC. Sem apresentar qualquer mudança substancial no que tange à escala de conservação e ao envolvimento das comunidades do entorno.

O antigo Código Florestal Decreto nº 23.793 de 1934 - primeira lei que tratava especificamente de aspectos ambientais brasileiros, já previa a proteção de áreas por particulares. Observa-se, então, que muito antes de 1977, data em que foram criados

³⁰ As RPPNs são consideradas UCs de Uso Sustentável segundo o SNUC; entretanto, de fato se comportam como de Proteção Integral em função do veto presidencial ao parágrafo que permitia a extração de recursos naturais nesse tipo de unidade. Esta “falha” no escopo da lei impossibilita parcerias para o recebimento de compensações ambientais e cria problemas aos planos de manejo no que diz respeito aos reais usos permitidos.

legalmente os Refúgios Particulares de Animais Nativos - primeira modalidade de reservas particulares, já havia respaldo legal permitindo a proteção de áreas naturais por parte de particulares, como visto acima, na Constituição Federal e no antigo Código Florestal. Observa-se, assim que o conceito de Reservas Particulares não é tão recente quanto parece; além disso, seu reconhecimento como categoria de Unidade de Conservação integrante do Sistema Nacional as coloca em destaque no cenário mundial, sendo o Brasil o único país a colocar a conservação privada no mesmo nível da pública, proporcionando benefícios, como acesso a parcerias, e resultando em maior reconhecimento por parte do Estado e da sociedade. Este fato é atribuído por alguns estudiosos como motriz para o grande aumento no número de RPPNs no país a partir de 2002 (ano da regulamentação do SNUC). Mas pouco pode se afirmar quanto a isto pela carência de estudos técnicos e acadêmicos sobre o assunto³¹.

De acordo com a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), uma área protegida, hoje conhecida tecnicamente como Unidade de Conservação (UC), é uma “Superfície de terra ou mar consagrada à proteção e manutenção da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e dos recursos culturais associados, e manejada por meio de meios jurídicos e outros eficazes” (COSTA, 2002). Para Antunes (2001), o estabelecimento das Unidades de Conservação foi o primeiro passo concreto em direção à preservação ambiental. A importância das UCs é hoje reconhecida em escala global, e considerada, por alguns especialistas, como o melhor mecanismo para assegurar a preservação de recursos genéticos *in situ*.

As UCs são apontadas como uma das últimas esperanças de conservação dos recursos naturais, muito embora, para o seu sucesso, elas devam preencher certos requisitos em sua criação e tenham de ser manejadas de forma eficaz. Ou seja, a escolha da localização e a conformação das áreas protegidas precisam seguir certos critérios, assim como as atividades realizadas após a sua instituição devem ser capazes de fazê-las alcançar os seus objetivos (MORSELLO, 2001). Assim, simplesmente estabelecer uma área protegida não é o suficiente para assegurar o benefício de seus serviços ambientais à sociedade. É preciso manejá-la adequadamente, no sentido de garantir a sua efetividade.

³¹Entretanto, motivos como a difusão do instrumento legal, o incentivo econômico, a atuação de instituições não-governamentais na difusão e apoio à criação de RPPNs, a oportunidade de geração de renda através da visitação, o aumento da consciência ambiental dos proprietários associado ao desejo altruísta de deixar uma herança para futuras gerações são alguns dos motivos apontados pela bibliografia dispersa para justificar o aumento do número de RPPNs.

A visão preservacionista ainda tem forte influência na manutenção do modelo de conservação biológica através da criação de espaços destinados exclusivamente para este fim - modelo este que representou um importante passo para a conservação e, mais do que isso, a inserção da questão ambiental na agenda nacional. Conforme dados da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente (2009), no Brasil, a criação das áreas protegidas, ou UCs, significou um grande passo na luta para evitar a tendência de destruição dos recursos naturais, somando atualmente mais de 74 milhões de hectares de áreas protegidas.

Por outro lado, a degradação ambiental fora destes espaços não foi regulada e contida, revelando a insuficiência desse modelo de conservação *in loco*. Miller (1997), ao se referir às UCs, afirma serem “ilhas de diversidade biológica castigadas pela tempestade, em meio a um mar de assentamentos humanos”, que não atingiram os objetivos a que foram criadas, sendo estimulada a integração entre pessoas e instituições que vivem e trabalham fora das Unidades de Conservação.

Diegues aponta fortes críticas ao atual modelo de conservação importado de países como EUA e outros da Europa, citando o atual Sistema Nacional de Unidades de Conservação como instrumento frágil de gestão das áreas protegidas do país:

O SNUC vê as unidades como verdadeiras “ilhas” interligadas entre si para constituir um sistema. Não há nenhuma consideração substancial de como esse sistema contribui para a conservação e o desenvolvimento sustentado do país como um todo. Essa noção de “ilhas de conservação” vem sendo criticada pela UICN desde 1986. Em suma, o SNUC é um “sistema fechado”, isolado da realidade do espaço total brasileiro que tem sido amplamente degradado e “mal desenvolvido” há décadas (DIEGUES, 2010).

Como citado, a criação de UCs tem sido a base da política ambiental do poder público, mostrando-se insuficiente principalmente no que tange aos impactos sociais e à mudança nas práticas de produção e consumo da sociedade. Com esse modelo, a biodiversidade das “ilhas” de conservação tende a diminuir a longo prazo, a degradação ambiental continua fora das UCs, e os conflitos e exclusão social, nas áreas foco de preservação, também aumentam.

A sobrevivência e integridade de uma área legalmente protegida devem considerar definitivamente o contexto em que se insere. A busca de uma discussão orientada nesse sentido para as RPPNs pode ser reveladora de aspectos pouco otimistas quanto a seu papel na conservação biológica a longo prazo. Segundo a organização “The Nature Conservancy”

(TNC) ³², um fator essencial para o sucesso das RPPNs que ainda requer maior conhecimento é a motivação³³ do proprietário particular. O pouco aprofundamento das motivações é apontado por muitos autores. Entretanto, é fato que o reconhecimento de tais informações é peça chave para a criação de incentivos apropriados, com a conseqüente ampliação em quantidade e qualidade das RPPNs criadas no país.

Além dos fatores de motivação apontados por estudos da TNC, destacamos outro que julgamos pertinente, e que reflete, em nosso estudo de caso, o que envolve o temperamento ascético do anseio pela simplicidade e do abandono dos bens materiais. Segundo Tuan, “ascetismo é negação, mas a negação não é apenas um meio para um fim, mas em si mesmo pode ser uma afirmação. A prática ascética pode ser percebida como vontade, domínio do espírito sobre a matéria e o deserto (no sentido do desnudo, grifo nosso) a etapa austera para a epifânia” (TUAN, 1980). Essa busca é revelada a nós pelos proprietários da RPPN estudada, que pode representar a busca de outros proprietários de RPPNs, mas nada podemos afirmar para além do nosso caso.

Reconhecemos que é multifacetado esse campo de análise e que se mostra de fundamental importância, para não cairmos em afirmações errôneas, nos ateremos à constatação dos fatos - que já nos basta para lançarmos questionamentos sobre o rumo que as RPPNs vêm tomando, tornando-se apenas nichos de conservação ou corredores para outras UCs, o que, do nosso ponto de vista não é suficiente para o seu sucesso.

Considerar o manejo³⁴ e a gestão participativa das UCs é o caminho a ser trilhado para as RPPNs. Por entender que estes instrumentos garantem, em certa medida, o estabelecimento de atividades inclusivas no contexto das comunidades do entorno, por meio de instrumentos como os conselhos consultivos e deliberativos, consultas públicas e gestão participativa. Mesmo que estes, muitas vezes, tenham um caráter muito mais de cumprimento de um protocolo de exigências do que de fato abertura para um diálogo qualificado de participação nas tomadas de decisões, já se revelam como um fórum de participação popular. Entretanto,

³² RPPN Conservação em terras privadas desafios para a sustentabilidade, 2004.

³³ Como motivação, são apontados pelos estudos da TNC: a ineficácia do setor público em atender as necessidades da sociedade pela conservação, o desejo altruísta de contribuir para as futuras gerações e a explosão do interesse no ecoturismo (LEVY 2004).

³⁴ Para Milano (1989), o termo manejo de uma Unidade de Conservação (UC) pode ser considerado sinônimo de gestão da mesma, e é um conjunto de intervenções que promovem a conservação biológica, incluindo inventários, planejamento de usos, criação e implantação de UCs, e ações coordenadas que viabilizem a sua manutenção como um todo.

isso não ocorre com as RPPNs, de caráter totalmente privado e voluntário, deixando-se a critério e vontade dos proprietários tais ações.

As RPPNs, como categoria de UCs, são apontadas como elementos chave para a complementação do sistema público de conservação ambiental, e vistas como parte da solução dos problemas ambientais (MESQUITA e VIEIRA, 2004). Porém, são criadas e manejadas a partir do interesse individual dos proprietários, desconsiderando-se muitas vezes por completo, a realidade local existente e, causando conflitos de uso e culturais a partir de sua implantação - que na maioria das vezes chega de surpresa para a comunidade, sem aviso prévio e sem consulta. Neste trabalho, pretendemos demonstrar que as RPPNs também devem ser criadas e manejadas de forma inclusiva e participativa, a fim de potencializar sua contribuição ao sistema de conservação ambiental, como elemento propulsor de práticas socioculturais mais harmoniosas com a conservação no contexto da paisagem local. Assim, a escolha de aprofundar a compreensão da relação entre comunidade e RPPN por meio de um estudo de caso, passa a ser nosso caminho investigativo para aprofundar os limites e oportunidades dessa proposta, que pode ser inclusiva e transformadora da realidade em que se insere.

Vale destacar que reconhecemos a importância e consciência ambiental demonstrada pelos proprietários de RPPNs que declaram suas terras para proteção ambiental perpétua. Porém aproveitando esse movimento crescente de criação de RPPNs é que pretendemos aqui fazer uma discussão crítica ao seu potencial transformador num contexto social local.

CAPÍTULO 2. A área de estudo contextualizada

Uma paisagem em transformação

“(...) Quando uma sociedade alcança um certo nível de desenvolvimento e complexidade, as pessoas começam a observar e apreciar a relativa simplicidade da natureza” (Yi-Fu-Tuan, 1980)

Neste capítulo, buscaremos contextualizar problematicamente a área de estudo - lugar em transição de uso do solo que sofre influencia das dinâmicas que vêm de fora, ou seja, do global para o local. Iremos apontar os usos do solo no passado recente, década de 1970 até os dias atuais, e o que os atuais usos revelam quanto às ações de conservação, no âmbito do Estado e localmente. Nesse sentido, apontaremos características do município de Paulo Lopes que se revelam importantes para entender nosso objeto de estudo: a paisagem da Tigela e a RPPN Passarim.

2.1 O município de Paulo Lopes

O município de Paulo Lopes, distante 55 km da Capital Florianópolis, tem área de 450 km² e população de aproximadamente 7.000 habitantes³⁵ - em sua maioria domiciliados na zona urbana, com densidade demográfica de 13,8 hab/km² e IDH de 0,759 em 2000³⁶.

Com a chegada das famílias açorianas a Santa Catarina, no século XVIII, deu-se início à colonização da região de Paulo Lopes, que se tornou município somente em 1961. As lavouras, os engenhos de farinha de mandioca e de cana-de-açúcar e a pesca eram as atividades predominantes. À época da colonização, as terras foram divididas em sesmarias e, mais tarde, em latifúndios - característica predominante até hoje, representando uma contradição em relação ao modelo de desenvolvimento territorial de colonização açoriana, caracterizado predominantemente por minifúndios.

Paulo Lopes é composto de pequena parte litorânea, como pode ser observada no mapa do município, e grande parte por um conjunto de Serras, incluindo a Serra do Tabuleiro, justificando o destaque das atividades agrícolas e de cultivo perante as atividades pesqueiras. Somado ao fato de ser cortado pela BR 101, que “divide e marca”, para leste, a parte ligada ao mar e, a oeste, a parte que se liga à Serra do Tabuleiro.

Apesar de a maior parte da população estar domiciliada no entorno da sede municipal, caracterizando 72% da população urbana, o município em sua maioria é composto por áreas cultiváveis, pastos e mata atlântica, sendo as atividades que respondem por maior arrecadação³⁷ as ligadas à agricultura e pecuária. A maior parte das terras agrícolas é ocupada pela produção em grande escala de arroz irrigado (22 propriedades) e pecuária de corte. Segundo entrevista com o Secretário de Agricultura do município, este afirma que existem aproximadamente 1.260 cabeças de gado a mais do que o número de habitantes, ou seja, a expressão dos pastos é grande no município.

³⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (censo 2010)

³⁶ Fonte SEBRAE. Santa Catarina em Números: Florianópolis/ SEBRAE/SC. _ Florianópolis: SEBRAE/SC, 2010. 113p.

³⁷ Porém, a pequena arrecadação tributária obriga o município a depender dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios – (FPM).

O setor industrial de moagem e de beneficiamento de alimentos para animais (ração) e a Cooperativa de Eletricidade Municipal são as duas maiores empresas de Paulo Lopes.

A agricultura de caráter familiar produz principalmente mandioca, arroz, feijão, milho e frutas, e pratica-se a pecuária de pequeno porte. Grande parte desse contingente de agricultores familiares sobrevive com a aposentadoria rural³⁸ e tem idade acima de 50 anos - fato que põe em queda as atividades de caráter familiar. Desde 1990, o município vem se destacando pelo cultivo de agroecológicos, principalmente hortaliças, frutas, mel e plantas medicinais, a partir de iniciativas endógenas de grupos de agricultores articulados a organizações cooperativas e associativas³⁹. As transformações no modelo agropecuário pelas quais o município vem passando têm origem principalmente em um exemplo de sucesso e destaque, do casal Glaico e Rosa Sell⁴⁰, e ainda em ações pontuais, e desarticuladas do poder público, de incentivos de expansão de um novo modelo de agricultura⁴¹. Vale destacar que Paulo Lopes é parte integrante de projetos de Desenvolvimento Territorial Sustentável – DTS, do litoral centro-sul catarinense, foco de atuação do Núcleo Transdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento - NMD⁴², ligado à Universidade Federal de Santa Catarina, que desenvolve duas pesquisas de fôlego no litoral catarinense e ainda atua nos fóruns de gestão local, com o intuito de promover e construir novas estratégias de desenvolvimento endógeno. Entretanto, na área de estudo, há poucos reflexos diretos desses projetos, embora sejam do conhecimento de alguns moradores mais articulados, como Adelino e Benício.

³⁸ Fonte: SANTIN, L. (2005). O papel dos sistemas locais de conhecimento agroecológico no desenvolvimento territorial sustentável: estudo de caso junto a agricultores familiares no litoral Centro-Sul do Estado de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina.

³⁹ Existem aproximadamente 10 famílias do município ligadas a rede de agroecologia ECOVIDA (estrutura que agrega 180 municípios do sul do país em ações de apoio a produção, certificação e comercialização de produtos orgânicos) e, ainda, à APIVALE (Associação de Apicultores Orgânicos do Vale do Rio D'uma), (SANTIN E ADRIANO, 2009).

⁴⁰ Família de agricultores com destaque e reconhecimento na produção orgânica, certificada pela ECOCERT, comercializada em pontos privilegiados da grande Florianópolis. Localizados fora da área de estudo, porém tidos como figuras influentes nas questões agroecológicas no município. Interlocutores desta pesquisa, porém fora do escopo de análise, por se situarem fora da localidade de estudo de caso.

⁴¹ A ideia de uma 'agricultura sustentável' revela, antes de tudo, a crescente insatisfação com o *status quo* da agricultura moderna; indica o desejo social de sistemas produtivos que, simultaneamente, conservem os recursos naturais e forneçam produtos mais saudáveis, sem comprometer os níveis tecnológicos já alcançados de segurança alimentar; e resulta de emergentes pressões sociais por uma agricultura que não prejudique o meio ambiente e a saúde (BEZERRA e VEIGA, 2000).

⁴² Sob coordenação do Professor Paulo Freire Vieira. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

A inserção do município em um mosaico de áreas protegidas é uma característica marcante. Quase a metade do município (47%) é ocupada pelo Parque Estadual Serra do Tabuleiro criado em 1975, (ver figura 02, mapa político de Paulo Lopes) e parte de sua área costeira integra também a Área de Proteção Ambiental (APA) Federal da Baleia Franca criada em 2000, contando ainda o município com uma RPPN - criada oficialmente em 2004, que é parte integrante deste estudo de caso. Por esse histórico, ligado às UCs, a comunidade apresenta um discurso pré-formado com relação aos espaços destinados à conservação - aspectos este retomado mais adiante.

Figura 2: Mapa Político de Paulo Lopes. Fonte: Núcleo Transdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento – UFSC. Disponível em: <http://nmd.ufsc.br/producao/relatorios-de-pesquisa/> Acesso em 15 de novembro de 2009.

O Parque Estadual Serra do Tabuleiro foi criado em 1975. É a maior Unidade de Conservação do estado de Santa Catarina, com uma extensão de aproximadamente 85 mil hectares. O parque abrange nove municípios, sendo Paulo Lopes o município que mais contribui em área. Sua vegetação inclui cinco das seis composições botânicas do Estado. Começa no litoral, com a paisagem da Restinga, e sobe a serra, alcançando o planalto em meio à vegetação dos Pinhais. Nessa transição, passa pela Floresta Pluvial da Encosta Atlântica, pela vegetação da Matinha Nebular e pelos Campos de Altitude da chapada da serra⁴³. Em meio à vegetação, formam-se rios e córregos que são responsáveis pelo fornecimento da água potável utilizada pelos moradores da Grande Florianópolis.

Os problemas fundiários do PEST não fogem à realidade de outras UCs públicas, em que a falta de indenizações e de resolução dos títulos de propriedade dão margem à inviabilidade de projetos efetivos de conservação nas áreas de entorno. A forte influência do PEST no município de Paulo Lopes, e também na área de estudo, Tigela, é causa de formação de discursos de resistência e posturas frente à conservação ambiental, sentida principalmente pelo aumento da fiscalização, limitando usos e práticas tradicionais de usos do solo nas áreas dentro e fora da UC.

O município faz parte da área de expansão da região metropolitana de Florianópolis, composta por nove municípios, com população aproximada de 1 milhão de habitantes⁴⁴. Paulo Lopes tem maior influência dos municípios de Palhoça, a 35 km (137 mil/hab⁴⁵), Garopaba, a 8 km (18 mil/hab), São José, a 40 km (210 mil/hab) e Florianópolis (421 mil/hab). Os dois primeiros municípios destacam-se pelas belas praias, como Guarda o Embaú, Praia de Garopaba, Rosa, Ferrugem, Silveira, Praia da Vila, entre outras que atraem muitos turistas na temporada de verão. Ressalta-se ainda a dependência dos serviços de saúde e educação de Florianópolis, sendo comum a saída diária de carros da prefeitura para os hospitais da capital do estado, além dos jovens que, ao terminarem o ensino médio, passam a estudar nesta cidade. A falta de oportunidade para os jovens leva à inserção no mercado de trabalho também de municípios próximos mais desenvolvidos - o que tem marcado negativamente a população economicamente ativa do município.

⁴³ Descrição do decreto nº 1.260 de 1975 que cria o Parque Estadual Serra do Tabuleiro.

⁴⁴ Censo Demográfico 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Página visitada em 5 dez. 2010.

⁴⁵ Idem 29.

As características citadas são a causa de movimentos pendulares dos moradores com outros municípios próximos, levando, em alguns casos, Paulo Lopes ser caracterizado como cidade-dormitório pelo poder público e por autores como Santin, 2005; Cerdan e Vieira, 2009. O movimento pendular também acontece no sentido contrário, como é o caso dos domicílios de uso ocasional, que representaram 13% do total de domicílios em 2010⁴⁶. Estes correspondem aos sítios de final de semana, cujos proprietários moram na capital, ou em municípios da região metropolitana, e passam os finais de semana no campo - característica muito comum na área de estudo, Tigela, como mencionaremos a seguir.

⁴⁶ Dados da ata da Comissão Municipal de Geografia e Estatística. 18/11/2010. Consulta ao acervo da Prefeitura Municipal em fevereiro de 2011.

2.2 A Tigela

Figura 3: Vista da Tigela. Foto: Luciane Simonds. s/d. Fonte: Arquivos da RPPN Passarim.

Tigela é a localidade onde se insere a RPPN Passarim, na área rural do município de Paulo Lopes, está fica a 70 km da capital, Florianópolis e a 15 km da sede municipal. Segundo um de nossos interlocutores, o nome “Tigela” foi dado em função da semelhança dos morros a uma tigela emborcada. Esta localidade faz parte da microbacia hidrográfica do Rio da Penha, (ver mapa hidrográfico de Paulo Lopes, figura 04).

A região de estudo apresenta característica rural, sendo a maior propriedade de 500 ha, a da RPPN, seguida de 6 propriedades com área entre 80 a 250 ha, e as demais variando de 80 a 1 ha, em um universo de 22 propriedades.

No que se refere às características morfológicas, a paisagem da Tigela é marcada por um relevo íngreme e acidentado, esculpido por intensa dissecação, apresentando vales profundos com encostas íngremes e sulcadas, separadas por cristas bem marcadas, dando origem a um conjunto de morros, incluindo o morro que denomina a localidade, Tigela, com 620m de altura, o morro da Picada da Canoa, com aproximadamente 358m, o morro da Vargem do Negro com 640m - todos com acesso por trilhas, ou mesmo, estradas e bem conhecidos pelos moradores, pelo cultivo e colheita do fumo, retirada de madeira e caça. Quanto ao estágio de conservação da mata, apresenta na baixada paisagens mais degradadas, com predomínio de pastos ativos ou abandonados, pequenas plantações de cana, milho e grandes área de plantações de arroz irrigado, com presença de processos erosivos e assoreamento de cursos d'água. Diferentemente da área de morros, que tem predomínio de mata atlântica em estágios avançados de regeneração, especialmente no perímetro da RPPN.

Figura 4: Mapa Hidrográfico de Paulo Lopes. Fonte: Núcleo Transdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento – UFSC. Disponível em: <http://nmd.ufsc.br/producao/relatorios-de-pesquisa/> Acesso em 15 de novembro de 2009.

A configuração da colonização catarinense aparece na paisagem da Tigela fortemente marcada pela origem dos moradores e suas atividades produtivas (descendentes de açorianos ligados ao cultivo e à manufatura da mandioca e em menor escala a pesca, e descendentes de europeus com práticas de pecuária). Historicamente, a paisagem é marcada pela extração de madeira, que se manteve forte até meados da década de 1970, sendo considerada uma vocação do município. Segundo relatos dos interlocutores com quem tive contato, data dos anos 80 o fechamento de uma das últimas serrarias existentes na propriedade onde hoje é a RPPN Passarim. O cultivo de mandioca, cana e fumo marcou a paisagem de meados dos anos 70 até 1990. Essa marca é percebida na vegetação e na memória dos moradores mais antigos, seja por vivência ou por lembrança passada pelos pais ou avós que atuavam no ramo. Com a queda do plantio de fumo na região, tiveram lugar o plantio de feijão e a manutenção, em menor escala, da mandioca, da cana e do milho, além da introdução do gado de corte e leite em meados da década de 1980: “(...) *isso há 30 anos aqui era só mandioca e fumo, depois veio o gado e tudo virou pasto*” Depoimento do Sr. Benício.

Existiam na vizinhança direta da RPPN oito engenhos de mandioca e duas estufas de fumo, permanecendo dois engenhos sem atividades na propriedade de Dona Dorotéia e de Dona Maria, duas de nossas interlocutoras: “*A gente plantava a mandioca, tinha o moinho, e fazia a farinha. Tenho até hoje o moinho e o forno... Plantava a cana, que fazia o açúcar, o melado... arroz... pouco a gente precisava das coisa do mercado, quase tudo a gente tinha lá (...) Já teve estufa de fumo ali onde eu moro. Conhece o Pedro Bez? A estufa de fumo era do pai dele. Tinha fumo ali na baixada e lá em cima onde hoje é a Passarim, tinha também, no tempo dos antigos.*”(Dona Dorotéia, moradora há 50 anos).

O uso do solo atual (2011) teve muita alteração em relação ao que era feito há 30 anos. Segundo os moradores mais antigos, não havia pastos, e as lavouras de aipim, de fumo, de cana e de milho eram as marcas na paisagem.

Atualmente, a diversidade de usos inclui os de produção agrícola comercial, produção familiar de subsistência, prestação de serviços (turismo rural), fazendas de uso ocasional, além, é claro, da conservação através da RPPN, (ver mapa de uso do solo, figura 05). A alteração das práticas agrícolas foi ganhando novos contornos, seguindo a tendência da economia regional, caracterizando-se pela introdução de equipamentos ou, ainda, pelo arrendamento de terras para arrozais, o que descaracterizou a produção familiar de lavouras

temporárias de fumo, cana, aipim e milho, bem como a extração de madeira, nas décadas de 1960 e 1970.

As plantações de arroz, de eucalipto e a pecuária de corte são as atividades que estamos chamando de produção comercial. Esta corresponde três das propriedades existentes na Tigela.

A pequena produção familiar de mudas ornamentais, produtos orgânicos, pequena plantação de cana, palmito e, ainda, o beneficiamento do açaí e butiá representa três das propriedades.

A produção para subsistência predomina entre os moradores nativos e muito antigos. Entretanto, essa atividade é complementar à renda proveniente de aposentadorias ou da ajuda de filhos que moram e trabalham na cidade. Essa produção é caracterizada por hortas, pela criação de animais (galinha, gado, porcos), pela retirada de leite para consumo próprio (ou para o “gasto” como muitos dizem). São situações que representam cinco das propriedades com as quais tive contato.

Figura 5: Mapa de Uso do solo da área de estudo. Elaborado a partir das observações de campo da autora.

Na prestação de serviços, também de caráter familiar, destaca-se a Cascata Encantada - espaço de lazer e de turismo rural (como denomina o proprietário), ligado às águas. O espaço é dotado de piscinas naturais e cachoeiras, de quadras de futebol, quiosques e restaurantes que recebem em média 80 visitantes por dia, principalmente na temporada de verão.

Há também as propriedades caracterizadas por movimentos pendulares cidade-campo, nos finais de semana e feriados, que correspondem a quatro das propriedades com as quais fiz contato. Pertencem a moradores de região metropolitana de Florianópolis, que mantêm fazendas e sítios de lazer, preservando o ideal de vida no campo, ou melhor, de casa no campo, como opção de segunda casa, com cavalos, horta, pesca no açude, fogão à lenha e outros símbolos que caracterizam o rural. Nessas propriedades, é comum a figura do caseiro, com sua residência adjacente à casa dos donos. De fato, contribuem para o aumento da renda das famílias locais, pela demanda de serviços domésticos, de caseiro, de manutenção de jardins e de construção civil, como lembrado por alguns moradores locais.

A condição estritamente rural da paisagem da Tigela encontra-se em transição, considerando-se que a maioria das famílias não tem mais na terra seu único meio de subsistência, mantendo um “modo de vida” ligado ao meio rural, mas com renda proveniente da prestação de serviços, de aposentadorias, de arrendamentos de terras, do comércio ou de atividades de turismo ligadas às águas da região. O pequeno contingente populacional da região da Tigela é uma característica recente, segundo os depoimentos dos moradores. Muitos migraram por falta de oportunidades no campo, com a queda das atividades de extração de madeira e dos ciclos agrícolas expressivos - como mandioca, fumo e cana.

O aumento das ações de preservação ambiental em decorrência da implantação do vizinho Parque Estadual, meados da década de 1970, também contribuiu para o deslocamento da população local que vivia da exploração madeireira. Segundo depoimentos, há 30 anos havia na área, onde hoje é a RPPN Passarim, 1 importante serraria e mais de 40 famílias residentes:

“Aqui, antes de nós comprar, morava mais de 40 famílias, por causa da serraria e das plantação. Aqui tinha até escola” (Sr. José Corrêa, morador há 30 anos).

Os fluxos de acesso à localidade são marcados pela rodovia BR 101 e por uma estrada de terra batida em condições ruins, que forma uma alça, saindo da BR 101 (próximo ao nível do mar), passando por um topo de morro e divisor de águas da bacia do Espraiado e da bacia da Penha, e desembocando novamente na BR 101. A estrada local atravessa rios e córregos, havendo

quatro pontes ao longo dos seus 8 km de extensão. A manutenção do acesso é causa de conflito na comunidade, pois existe um fluxo diário de caminhões de grande porte em função da extração de barro em uma propriedade arrendada para a prefeitura, localizada a 6 km da entrada da Tigela. E, para a comunidade, são eles os responsáveis pelo rápido desgaste das pontes e do acesso. Ainda com relação ao acesso local, até recentemente (2000) eram utilizadas trilhas secundárias feitas para cruzar o topo de morros e levar a localidades mais desenvolvidas - Espraiado e Bom Retiro. Esses caminhos eram percorridos pelos moradores da Tigela a cavalo, carros de boi, em carroças e, em tobatas, para acesso a locais longínquos onde era extraída madeira. Atualmente, essas vias estão fechadas, pois se encontram nos limites da RPPN, ou mesmo em outras propriedades que inviabilizaram o acesso público das mesmas, permanecendo apenas na memória dos moradores mais antigos.

A rodovia BR 101 marca negativamente o cotidiano dos moradores da Tigela, resultando em medo pelo alto índice de mortes causadas por acidentes e atropelamentos⁴⁷ no trecho que se encontra em obras de duplicação. A precariedade do acesso viário foi assunto muito recorrente nas conversas com os moradores.

A condição atual da paisagem da Tigela é reflexo de processos regionais de desenvolvimento, como aponta o quadro da síntese da trajetória de desenvolvimento da zona costeira catarinense, elaborado por Vieira e Cerdan (2009), ver figura 06:

⁴⁷ Na conversa com Dorotéia, uma de nossas interlocutoras, ela fala com tristeza da perda do marido por acidente na BR 101, quando atravessava de bicicleta da Tigela para a Penha.

Data	Situação	Fatores de mudanças	Consequências
1736-1860	Litoral: um espaço diverso de florestas, planícies, praias ocupado por populações indígenas e sesmarias, grandes fazendas dos vicentistas	Chegada de 6000 açorianos	Convivência pacífica com índios Ciclo da baleia Agricultura de subsistência e pesca artesanal
1860-1940	Consolidação do modelo açoriano com pesca artesanal, mandioca, ciclo da baleia	Tropeirismo Chegada dos colonos europeus	Integração / conexão Serra Mar Comercialização regional (principalmente gado)
1940-1970	Permanência do modelo açoriano e desenvolvimento da policultura, pecuária e manufaturas (colônias européias)	Início da construção de infra-estruturas (portos, estradas) Políticas de desenvolvimento nacional voltadas para exportação	Ciclo de madeira para exportação Escoamento de produção agrícola das regiões interiores para o país Implementação de pólos industriais no litoral (carbonífera, cerâmica, termoeletrônica)
1970-1990	Mosaico de pesca artesanal, pólos industriais Início do processo de urbanização do litoral	Continuação de investimentos em infra-estruturas, energia Políticas de desenvolvimento da pesca Início do desenvolvimento turístico	Modelo catarinense de desenvolvimento Desenvolvimento da pesca artesanal (abertura de mercados) Desenvolvimento da pesca industrial Aumento da população urbana, especulação imobiliária
1990- 2000	Especulação imobiliária Desenvolvimento do turismo de massa e residencial Litoralização da população Declínio do binômio pesca artesanal e agricultura	Democratização do país (Constituição de 1988) Abertura da economia do país e Plano Real Cúpula da Terra (Rio 1992)	Sinais de esgotamento do modelo produtivista brasileiro e catarinense Fortalecimento dos movimentos ambientalistas e sociais de promoção da agricultura familiar
2000 até hoje	Expansão das cidades nos espaços rurais Diminuição das atividades produtivas no litoral emergência da economia de serviços e economia residencial Confirmação dos processos de degradação socioambiental	Em busca de novos modelos de regulação e ordenamento territorial Novos papéis do Estado e implementação de políticas com novas abordagens (conservacionista, patrimonial, territorial)	Quadro político institucional favorável à iniciativas coletivas e inovadoras

Figura 6: Quadro Síntese da Trajetória do Desenvolvimento da Zona Costeira de Santa Catarina. Fonte: Vieira e Cerdan, 2009.

Quanto aos aspectos de organização e de participação social, a comunidade tem forte atuação no “grupo da igreja”, como eles denominam. Esse grupo chama-se “Nossa Senhora de Lurdes”. É o espaço de encontro semanal dos moradores, predominando os nativos ou muito antigos, onde, além do exercício da crença católica, por meio da organização de novenas, de festas e da participação em missas dominicais na igreja da Penha, eles discutem aspectos relacionados a demandas da comunidade. Esta é uma prática comum entre os descendentes de açorianos. Segundo Karina (21 anos), por exemplo, foi a partir do grupo da igreja que teve início a discussão da necessidade de coleta do lixo da comunidade. Outro exemplo é citado por Adelino (55 anos): *“Nosso grupo das novenas aqui é muito forte. Por exemplo, no ano passado, o tema da campanha da fraternidade que nós discutimos muito foi “Amazônia”, e nós aqui, depois de tanto pensar, adaptamos para a Mata Atlântica. Ai, sempre que a gente falava e lia onde era Amazônia, pensava na nossa Mata Atlântica, e foi muito bom, conscientizou muita gente”*.

Além da grande importância do grupo religioso, foi citada também a participação de muitos moradores na Associação de Desenvolvimento da Microbacia da Penha – ADM, que integra o projeto Microbacias II⁴⁸ e na Cooperativa - Cooperlagos. Essa cooperativa, sediada provisoriamente na Secretária de Agricultura e Pesca de Imbituba, trata-se de uma instituição criada recentemente por iniciativa de técnicos da EPAGRI-SC, abrangendo cinco municípios (Laguna, Imaruí, Garopaba, Imbituba e Paulo Lopes) e centrada na melhoria das condições de comercialização da produção agrícola. Suas prioridades recaem, atualmente, no fomento da comercialização da mandioca, dos derivados da cana-de-açúcar e da produção pesqueira. Participam diretamente desta cooperativa Adelino e Benício, dois dos cinco interlocutores selecionados para o aprofundamento das interpretações desta pesquisa.

A seguir apresentamos o registro fotográfico das paisagens e propriedades da Tigela.

⁴⁸ Programa de recuperação ambiental e de apoio ao pequeno produtor rural. Ligado a Secretaria de Estado da Agricultura de Desenvolvimento Rural de SC.

Registro fotográfico da Tigela

Figura 7: Sítio Beija Flor – Propriedade de Adelino e Albertina. Produção de hortaliças orgânicas. Foto: Andréia Broering, 2010

Figura 8: Sítio Beija Flor, vista da mata ciliar no vale do rio. Foto: Andréia Broering, 2010.

Figura 9: Propriedade de Benício de Souza. Placa de divulgação dos produtos manejados por ele. Foto: Andréia Broering, 2010.

Figura 10: Cascata Encantada. Propriedade Adonizete. Foto: Andréia Broering, 2010.

Figura 11: Cascata Encantada. Foto: Andréia Broering, 2010.

Figura 12: Cascata Encantada. Foto: Andréia Broering, 2010.

Figura 13: Entrada da Cascata Encantada. Foto: Andréia Broering, 2010

Figura 14: Propriedade de Dorotéia. Foto: Andréia Broering, 2010

Figura 15: Propriedade de Dorotéia. Foto: Andréia Broering, 2010.

Figura 16: Vinicius, Benicio e Tereza. Foto: Andréia Broering, 2011.

Figura 17: Netas de Dorotéia. Foto: Andréia Broering, 2010

Figura 18: Atividade do Projeto Trilhas Ecológicas na RPPN Passarim com crianças. Foto: Carlos Eduardo Soares, 2010.

Figura 19: Propriedade de Laudir. Sítio de finais de semana. Foto: Andréia Broering, 2009.

Figura 20: Pastagem à beira da estrada geral da Tigela. Foto: Andréia Broering, 2009.

Figura 21: Assoreamento do rio da Penha a beira estrada geral da Tigela.

Figura 22: Pastagem e barreira ao fundo. Margens da estrada Geral da Tigela. Foto: Andréia Broering, 2009.

2.3 A RPPN Passarim

Figura 23: Morros da RPPN Passarim e ao fundo Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Foto: Luciane Simonds. s/d. Fonte: Arquivos da RPPN Passarim.

A Reserva Particular do Patrimônio Natural Passarim⁴⁹ foi oficialmente criada em março de 2004, com 226 hectares (há) em um terreno de 397 ha, existindo mais um processo em andamento, junto ao ICMBio, da Passarim II, com mais 73 ha, de propriedade do casal Luciane e Christopher Simonds.

Ele, nascido nos Estados Unidos da América, onde trabalhou como consultor financeiro, ela, mineira, residente desde 1990 nos EUA, onde trabalhou como agente de viagens. Após suas aposentadorias, decidiram morar no sul do Brasil, em um lugar junto à natureza: *“para trabalhar para a preservação da biodiversidade”*. Christopher é um dos fundadores do Instituto Passarim⁵⁰ em SC e da Passarim Reserve, nos EUA. Luciane é fotografa amadora e secretária do Instituto Passarim. Seus interesses em preservar eram guiados por experiências nos EUA, onde atuaram em movimentos preservacionistas como voluntários, e em vivências pontuais em ambientes naturais nos períodos de férias. Em 2000, mudaram-se para o Brasil, e em 2001 iniciaram a busca por terrenos na área rural do estado de Santa Catarina. Decidiram que morariam junto à natureza e aos poucos construíram uma idéia do que buscavam: *“Eu e Chris procurávamos terreno rural através de anúncio nos jornais. Não tínhamos idéia das características da terra que queríamos comprar. Aos poucos, fomos imaginando qual seria o objetivo do lugar. Desde então, decidimos que ali seria um local para educação ambiental de crianças e adultos”*, afirma Luciane.

Após seis meses de buscas em anúncios e muitas visitas a terrenos, encontraram a propriedade do Sr. Nelson Pereira, em Paulo Lopes, na Tigela: *“Vimos um ou dois terrenos e não gostamos. Então, ele se lembrou deste terreno bonito o qual amamos logo ‘à primeira vista’.* Ele explicou que o terreno é de 70 hectares – mas, algumas semanas depois, o empregado do proprietário, Sr. Benício, nos informou que a medição dava 100 hectares na parte sul - da estufa, do açude, etc. Ao ouvir nosso objetivo, o Sr. Benício nos informou que os morros ao redor, conhecidos como Serra Alta, Vargem do Negro e Tigela, estavam à venda e tinha um candidato. Então, não queríamos mais este terreno, para não termos chateações futuras com vizinhos. Alguns dias depois, o Sr. Benicio nos informou que ele poderia nos vender tudo - o que totalizaria 400 hectares. Apesar do choque inicial, aceitamos o acordo”, comenta Luciane.

⁴⁹ Passarim foi escolhido como referência à música de Antônio Carlos Jobim “Passarim”.

⁵⁰ www.reservapassarim.org

Da busca até a efetivação da compra do terreno, o casal não tinha conhecimento do que era uma RPPN. Somente nove meses após a compra é que tomaram conhecimento da possibilidade de criação da RPPN, por meio de um amigo que, percebendo seus interesses de conservação, apresentou a possibilidade da RPPN. Foi então em 2002 que entraram com o requerimento junto ao IBAMA da parte onde havia escritura pública, saindo oficialmente o título em 2004. Entretanto, desde 2001, perante a comunidade, a área tem o uso destinado exclusivamente à conservação ambiental, pouco importando o reconhecimento do órgão ambiental para a comunidade vizinha.

A preocupação e o cuidado em manter algumas características e aproveitar as áreas já degradadas pelos usos econômicos da propriedade no passado fez com que os proprietários restaurassem a estufa de fumo de 30 anos, reativassem o açude, aproveitassem a pastagem do entorno da estufa para o jardim, e promovessem a reabertura dos caminhos que levavam às áreas mais longínquas e preservadas da propriedade, compondo um sistema de 8 trilhas no interior da Reserva. As trilhas têm nomes de pássaros (trilha do sabiá, trilha do tucano, trilha do beija-flor, trilha da saracura, trilha do tangará, trilha do pica-pau, trilha do tico-tico e trilha da andorinha) e um sistema de cores. Têm também ótima manutenção e são identificadas com placas de sinalização, além de possuírem alguns equipamentos de apoio, como bancos, pontes com corrimão, deques em áreas alagadas e degraus de apoio em áreas íngremes. A manutenção das trilhas é feita permanentemente pelo único funcionário da RPPN Passarim, o Sr. Gonzaga.

Além das trilhas, há um centro de visitantes, denominado “Refugio da Lua Azul”⁵¹, com capacidade para receber até quarenta pessoas e alojar 15, estando equipado com refeitório, sala de recepção, salão de encontros, sanitários e dormitórios. Atualmente, esse espaço recebe grupos de estudo ligados à saúde e ambiente em estadas curtas, estando também aberto à visita de escolas da região e a pesquisadores em geral. O aluguel desse espaço gera parte dos recursos necessários para a manutenção dos equipamentos da Reserva.

A partir de 2002, o casal após a restauração da estufa de fumo, que se transformou em sua residência, passou a morar cinco dias da semana na Reserva e dois no apartamento em

⁵¹ A escolha do nome faz referência a ocorrência de duas luas cheias no mês de julho de 2004: “(...) *por causa das duas luas cheias neste mês – o que significa abundância! o centro de visitantes foi oficialmente batizado*” afirma Luciane.

Florianópolis. Depois de três anos, decidiram vender o apartamento e viver integralmente na RPPN.

Esse casal sempre atuou intensamente na comunidade local, defendendo seus ideais de conservação ambiental, sendo comuns as denúncias de caça de pássaros, de coleta de palmito, de queimadas e outros danos ambientais - o que contribuiu para o aumento das tensões iniciais entre a comunidade e os proprietários.

“Em janeiro de 2005, policiais vieram na região e retiraram as gaiolas com pássaros da casa dos vizinhos. Entraram aqui e soltaram os pássaros, deixando as gaiolas para o lixo. Em fevereiro, junto com amigos, fizemos uma fogueira e queimamos também as gaiolas deixadas aqui, em homenagem ‘a liberdade dos animais silvestres’”.

Depoimento de Luciane

Entretanto, o interesse pela comunidade era explicitado também por meio da simpatia, abertura da RPPN e de tentativas de inclusão dos vizinhos nas atividades promovidas pelo casal, como reuniões, passeios e festas.

Uma das primeiras atividades promovidas pelo casal foi uma reunião com amigos e vizinhos para discutir a possibilidade de criação de uma associação de ambientalistas de Paulo Lopes. De um grupo de nove pessoas duas eram da vizinhança direta. Apesar da pouca participação, essas ações levantaram discussões na vizinhança. Reuniões com as mulheres da comunidade e comemoração do dia das crianças na RPPN são outros exemplos que revelam as tentativas de inclusão e de parcerias, com a comunidade:

“Organizamos, junto com os professores Kico e Alessandra, de Garopaba, uma celebração para o Dia das Crianças somente para os vizinhos da Tigela. Foi uma alegria geral! (...)”
Diz Luciane referindo-se ao ano de 2006.

Esses esforços de inclusão foram recorrentes desde a chegada do casal na Tigela, causando estranheza por parte de alguns moradores, que não partilham de seus objetivos, e sendo vistos como oportunidades por outros.

Além da busca de parceria com a comunidade, o casal atua também com grupos externos – como ocorrem nas muitas tentativas de mediação na venda de terras na Tigela para proprietários com objetivos conservacionistas. O desafio atual (2011), se pauta na tentativa de

encontrar um comprador para um dos terrenos de Benício, que se situa em frente à entrada da RPPN Passarim.

Em 2006, surgiu a oportunidade de se abrirem as portas da Reserva para os alunos do município por meio de um projeto de educação ambiental. Luciane lembra que: *“os professores de Garopaba, Kico e Alessandra, montaram um projeto educativo para ser aplicado nas escolas públicas estaduais e municipais de Paulo Lopes, como parte das matérias do ano letivo. Juntamente com Chris, eles foram à reunião com a Secretária de Educação e o projeto foi aceito. Mas, as verbas deverão ser conseguidas através de parcerias. Então, Chris, Nick e eu traduzimos o projeto para o inglês e o entregamos ao primo John Gwynne. Temos esperança de que ele nos conecte com os possíveis doadores”*.

No ano de 2007, surgiu a necessidade de criar uma instituição que pudesse viabilizar parcerias e captação de recursos para a implantação do projeto de educação ambiental e outros, além da manutenção da Reserva, foi então que criaram o Instituto Passarim, uma organização não-governamental. Que tem, inclusive tem como um de seus sócio-fundadores, Adonizete, morador da comunidade da Tigela e um de nossos interlocutores, apresentado no capítulo seguinte.

As tentativas de abertura da RPPN para a comunidade local e científica sempre foram promovidas pelo casal, que buscou parceria com a Organização Não-Governamental Caipora - ONG que tem atuação ligada às áreas de entorno do Parque Estadual Serra do Tabuleiro. A busca de parceria com a instituição nasceu inicialmente de uma proposta de estudo de registro de fauna no interior da Reserva. Mas há interesse, que essa parceria evolua, para completar o diagnóstico sobre a área de abrangência do “Corredor Passarim Tabuleiro”, documento que deve gerar “diretrizes para manutenção da integridade e permeabilidade do corredor, e a gestão participativa das áreas adjacentes”. O documento servirá como ferramenta para decisões e um estímulo para criação de mais RPPNs na região. Cabe dizer, que a RPPN Passarim não possui Plano de Manejo, entretanto a discussão e elaboração do Regimento Interno do Instituto Passarim constituiu em oportunidade de formalização da missão, objetivos e linhas gerais a serem seguidas pelos proprietários e colaboradores.

Além da parceria com a Secretária de Educação de Paulo Lopes que desde 2007 possibilitou a realização do programa “Trilhas ecológicas na reserva Passarim”. Desde a implantação do projeto até o momento (2011), já interagiu com mais de 1400 crianças e 100 professores da rede escolar pública do município - número este que representa 72% do público escolar de

Paulo Lopes. A execução do projeto não foi contínua em função das dificuldades de captação de recursos. Entretanto, a participação das crianças, mesmo que de forma pontual, proporciona momentos de contato com a natureza de forma lúdica, contribuindo para criar experiências positivas com a natureza e, no limite, reforçar o sentimento de identidade com o lugar⁵².

As distâncias culturais do casal com a realidade do meio rural no Brasil provocaram antipatia de alguns vizinhos, principalmente aqueles que desenvolviam práticas danosas ao meio ambiente. Entretanto, a convivência guiada pelo sentimento de “escolha” daquele lugar para viver e preservar fez com que optassem por posturas menos radicais perante a comunidade - o que amenizou algumas tensões causadas por denúncias, por exemplo.

Tanto as atitudes preservacionistas, como os convites à participação de atividades dentro da Reserva eram vistos pela comunidade, inicialmente, com desconfianças. Conversas com Benício (morador há 26 anos) revelam algumas dessas percepções da comunidade: *“Quando eles (donos da RPPN) chegaram aqui não foi fácil, era um “murmurim” de quem eles eram? O que queriam aqui? Por que preservar assim... sem nada em troca? Até que a gente foi entendendo e conhecendo eles melhor e a coisa mudou.”* Outra moradora, Dorotéia, afirma que: *“Tem a Reserva lá dos americano, mais eu não conheço nunca fui lá”*.

As tensões e afetos passam a ser evidenciados na medida em que o tempo passa e as relações de convivência se intensificam, revelando novas posturas da comunidade perante o casal e vice e versa.

Apresentamos o registro fotográfico da RPPN Passarim.

⁵² Mesmo estando fora do escopo de análise a atividade que desenvolvi com as crianças, por meio do acompanhamento de uma atividade do Projeto Ecos-Trilha, me fez perceber a importância dada por eles à existência da RPPN, muito mais associada à ideia de um lugar bonito e cuidado do que à compreensão de seus objetivos conservacionistas. As anotações feitas por mim, de uma conversa entre duas meninas foram: *“será que pode fazer meu aniversário aqui? Será que eles deixam? Eu ia gostar tanto aqui é tão bonito e arrumado”*.

Registro fotográfico da RPPN Passarim

Figura 24: Vista da entrada principal da Reserva. Foto: Luciane Simonds s/d. Fonte: Arquivos da RPPN Passarim

Figura 25: Vista do jardim com neblina. Foto: Luciane Simonds s/d. Fonte: Arquivos da RPPN Passarim

Figura 26: Jardim da Reserva. Foto: Luciane Simonds s/d. Fonte: Arquivos da RPPN Passarim

Figura 27 Morros da RPPN Passarim Foto: Luciane Simonds s/data. Fonte: Arquivos da RPPN Passarim

Figura 28: Vista da RPPN Passarim para o Parque Serra do Tabuleiro. Foto: Luciane Simonds s/d.
Fonte: Arquivos da RPPN Passarim.

Figura 29: Interior da RPPN Passarim. Ao fundo residência dos proprietários. Foto: Andréia Broering, 2008.

Figura 30: Residência dos proprietários Foto: Andréia Broering, 2009

Figura 31: Rio Beija Flor. Foto: Luciane Simonds s/d. Fonte: Arquivos da RPPN Passarim.

Figura 32: Rio Tanagara. Foto: Luciane Simonds s/d. Fonte: Arquivos da RPPN Passarim.

Figura 33: Vista da RPPN Passarim. Foto: Rizzaro s/d. Fonte: Arquivos da RPPN Passarim.

Figura 34: Redário. Foto: Luciane Simonds s/d. Fonte: Arquivos da RPPN Passarim

Figura 35 Luciane e Christopher Simonds, proprietários da RPPN Passarim. Foto: Andréia Broering, 2006.

Figura 36: Atividade educativa no Centro de Visitantes, “Refugio da Lua Azul”. Foto: s/informação. Fonte: Vieira, 2007.

Figura 37: Centro de visitantes, Refúgio da Lua Azul. Foto: Luciane Simonds, s/d. Fonte: Arquivos da RPPN Passarim.

Figura 38: Centro de Visitantes. Foto: Luciane Simonds, s/d. Fonte: Arquivos da RPPN Passarim.

Figura 39: Avifauna da RPPN Passarim. Foto: Luciane Simonds, s/d. Fonte: Arquivos da RPPN Passarim.

CAPÍTULO 3. Quem são os moradores desse lugar

“A construção do mundo ideal é uma questão de remover os defeitos do mundo real”. (YI-FU-TUAN, 1980).

O trabalho de campo se deu na comunidade da Tigela⁵³, abrangendo a vizinhança direta do entorno da RPPN Passarim. Nesta pesquisa, adotamos o universo da vizinhança que partilha a mesma via de acesso, ou seja, as propriedades situadas às margens da estrada local⁵⁴ que leva à RPPN, por considerarmos a relação de vizinhança um aspecto relevante na compreensão da relação entre os proprietários da RPPN e os demais moradores. Como explorado no item anterior, a comunidade é estritamente rural em uma região de remanescentes de Mata Atlântica, com um conjunto de serras e muitas nascentes, córregos e rio. É marcada também pelas relações de proximidade com a área legalmente protegida, como o Parque Estadual Serra do Tabuleiro de 1975, (referencia de conservação esta que apareceu como importante após o levantamento dos dados empíricos) e, recentemente a Reserva Particular do Patrimônio Natural Passarim, de 2004⁵⁵.

Alguns interlocutores desse processo de pesquisa foram apresentados por Luciane e Christopher (proprietários da RPPN Passarim), e por Benício (morador e liderança local informal). E outros conhecia por ter trabalhado com a área em 2003 e pela realização do campo exploratório em 2005.

Ao todo interagi com 33 pessoas⁵⁶: Adonizete, Adelaide, Benício, Vinícius, Terezinha, Luciane, Christopher, Maria das Graças, José (Duca), Valmira, Joacir, José Correa (Sr Nenê), Tereza Corrêa, Glaico Shell, Pedro Bez, Karine, Maria, Severino, Marcio, Leida, Flávia,

⁵³ Localizada no centro-leste de Santa Catarina, município de Paulo Lopes.

⁵⁴ Trata-se de uma estrada de terra batida de 8 km de extensão, que tem acesso pela BR 101, passando por um divisor de águas com término novamente na BR101, formando o desenho de uma alça, como assinalado nos mapas.

⁵⁵ Data oficial da criação da Reserva. Entretanto, a área tem objetivos de conservação desde que foi adquirida pelo casal, em 2001.

⁵⁶ Considerando outros membros da mesma família, além do dono da propriedade.

Fabício, Marcelo Leal, Adelino (Neném), Albertina, Natanael, Laudir, Vidomar, Vilmar, Dorotéia, Luis de Brida, Luis Pimenta, Guilherme e José Abrilino, (ver a localização de suas propriedades na figura 41, mapa de localização das propriedades). Destes, conforme já mencionado no item referente aos procedimentos de campo, elegemos cinco moradores, em relação aos quais aprofundaremos nossas interpretações de como se relacionam com a paisagem e de como percebem a conservação por meio da RPPN.

O quadro abaixo permite uma visualização do universo de pesquisa no que concerne às principais características dos interlocutores:

Tabela: Característica principal dos moradores/interlocutores da pesquisa.

Característica principal do morador/interlocutor	Moradores/interlocutores
Pequeno proprietário rural tradicional	8
Proprietário de chácara ou sítio (morador ocasional)	4
Caseiro	1
Funcionário público	3
Grande proprietário rural	3
Liderança local (não institucional/informal)	1
Liderança (institucional)	3
Proprietário que mantém parceria ou laço identitário com a RPPN	4*
Proprietário de RPPN	2
Jovens (filhos de pequeno proprietário rural)	3
Moradores provenientes de centros urbanos	3*
Total	33

*enquadrados em mais de uma característica

Figura 40: Tabela com característica principal dos moradores/interlocutores da pesquisa.

Figura 41: Mapa de localização das propriedades visitadas, situadas as margens da estrada geral da Tigela. Fonte: Elaborado a partir das observações de campo da autora.

Nosso foco foi guiado pela interpretação das narrativas e entrevistas com os moradores mais antigos, a partir do significado atribuído ao lugar e das percepções dadas ao elemento “conservação”, por meio das áreas legalmente protegidas (RPPN e Parque), por serem esses os interlocutores que vivenciaram o processo de mudança material e simbólica do lugar, caracterizando-se pelo forte elo afetivo com a área e pela adaptação ou não a partir das influências externas ocorridas, particularmente a conservação. Os demais sujeitos da paisagem são considerados atores relevantes na composição das características de transitoriedade que marcam a paisagem.

Os depoimentos e falas são destacados a partir das experiências com o lugar, como entendidas por Tuan, considerando-se as experiências do morador com o meio reveladoras das percepções, neste caso a conservação ambiental, que influenciaram na forma de como agem no lugar. Mesmo quando os indivíduos passam por adaptações - como é o caso dos moradores com menos idade, como Adonizete (com idade não identificada, aproximadamente de 45 anos), Benício (de 50 anos) e Adelino (de 45 anos), e quando são percepções de manutenção no caso dos moradores mais velhos Dorotéia (de 70 anos) e Sr. José Corrêa (de 78 anos).

Teceremos, a partir de agora, uma breve descrição do contexto em que estão inseridos os interlocutores que guiaram nossas interpretações do lugar.

Benício de Souza é morador da Tigela há 26 anos. Mora com a esposa, Tereza, e o filho Vinícius de 17 anos, e tem outros dois filhos casados que moram na cidade. Sua propriedade, de 8,5 hectares está dividida em duas glebas, distantes aproximadamente 3 km uma da outra. Benício reside na gleba a jusante do rio da Penha, mais próxima da BR 101. Na outra, de 5 ha⁵⁷, situada a montante do rio, ele tem plantado pés de eucalipto, dizendo ser “*uma poupança da família*”.

Benício nasceu no sul do estado e veio para Paulo Lopes para trabalhar junto ao latifundiário João Pereira. Ele cuidava das terras e do gado do Sr. João Pereira, em troca de moradia e de alguma renda para sua família. Pouco a pouco, à medida que Benício mediava as vendas de terras do Sr. Nelson Pereira, se beneficiava das comissões em terras ou em dinheiro, o que permitiu que fizesse algumas aquisições. Atualmente, ele trabalha com o manejo da palmeira juçara (*Euterpe edulis*), que tem plantado em sua propriedade. Além do beneficiamento do

⁵⁷ Que se encontra à venda e conta com o esforço de Luciane e Chistopher, proprietários da RPPN para encontrar um comprador.

palmito, ele extrai os frutos e prepara a polpa do açaí e do butiá – o que inclui a coleta de frutos em propriedades fora da Tigela, segundo ele esta coleta é facilmente concedida por outros proprietários em função da falta de conhecimento para o manejo desses subprodutos. As polpas do açaí e do butiá são beneficiadas por ele por meio de cursos de capacitação oferecidos pelo projeto Microbacias II, em uma cozinha que tem junto a sua casa. Ele comercializa uma parte da produção na “banca” que possui em frente a sua casa, atendendo os visitantes da Cascata Encantada principalmente e da RPPN Passarim, tendo também da garantia do fornecimento de polpas para merenda escolar de cinco municípios, o que faz através da cooperativa de produtores familiares Cooperlagos.

Trata-se de uma pessoa bem humorada, sempre envolvida com algum trabalho. Nos contatos que tive com ele, ora estava carpindo, ora atendendo na banca⁵⁸ (vendinha), ora trabalhando na polpa do açaí e nas conservas de palmito. Benício participa das reuniões do grupo da igreja, do projeto microbacias, das discussões sobre a criação e operacionalização da cooperativa, estando sempre por dentro dos movimentos (institucionais ou não), que acontecem na região. É a pessoa que mais conhece sobre os terrenos, suas dimensões, a quem pertencem, os contatos, pois participou da venda de muitos deles.

Adonizete Antônio Marcelino é construtor/pedreiro e proprietário da Cascata Encantada - um espaço de lazer com piscinas naturais, quadra de futebol, quiosque e um restaurante que atende muitos turistas, principalmente argentinos, no verão. Fora da temporada de verão, Adonizete costuma trabalhar como pedreiro/construtor e, nos meses de verão, junto com a família (pais e irmãos) em seu próprio negócio. Ele nasceu na Tigela e seus pais são os moradores mais antigos do lugar - residem em uma propriedade de aproximadamente 40 hectares, dos quais três são utilizados para as atividades acima descritas, incluindo quatro residências da família. O restante é composto por áreas de mata e capoeira. O lugar recebe em média 80 pessoas por dia na temporada de verão, que chegam principalmente pela divulgação feita por meio de placas com fotos dispostas as margens da BR 101. Além de garantir trabalho para a família, eles empregam outras pessoas da comunidade nesse período, principalmente jovens e mulheres, para os trabalhos de limpeza e atendimento aos visitantes, o que foi apontado como boa opção por outros moradores.

⁵⁸ Nesse pequeno comércio, vende palmito e polpa de açaí manejado por ele, além de bebidas e guloseimas, principalmente para turistas da Cascata Encantada ou outros visitantes da região.

Adonizete é uma liderança. No ano de 2009, representava a comunidade da Tigela na Associação de Desenvolvimento da Microbacia da Penha – ADM, e participa do Grupo da igreja - grupo que muitos citaram, em algum momento como espaço de encontro, reza e discussão dos problemas da comunidade. Tem boa relação com toda a vizinhança, sendo muito lembrado pelos moradores como liderança e como articulador dos interesses da comunidade junto à prefeitura, por exemplo. Adonizete tem boa relação também com a RPPN e seus proprietários, sendo um dos sócio-fundadores do Instituto Passarim. Possui uma compreensão mais aproximada dos objetivos da Reserva e das ideias dos proprietários, ele comenta que depois que Luciane e Christopher vieram morar na Tigela, ele aprendeu muito com eles, principalmente no que diz respeito às técnicas de construção civil (tendo trabalhado como pedreiro na construção do centro de visitantes da RPPN, empregando materiais de demolição e técnicas de bioconstrução), ao cultivo e manutenção de jardins e às ideias de conservação e sua importância.

Adonizete se mostrou uma pessoa fechada e muito ocupada. Minha interação com ele foi breve entre uma tarefa e outra de organização da “Cascata Encantada” para a temporada de 2009. Mas sua atuação na comunidade foi muito referenciada por outros moradores, o que nos fez considerar relevante sua posição frente às questões da relação com a conservação privada e o caráter alternativo de sua atividade econômica na paisagem. Por esses motivos, é um dos cinco moradores/interlocutores cuja narrativa será analisada mais detalhadamente no próximo item.

O Sr. Adelino (conhecido por todos como Neném) merece destaque por representar, junto com sua família (casal mais 4 filhos), o ideário de luta por espaço digno do campo. Ele nasceu no terreno onde hoje mora – que foi vendido para outros cinco proprietários e apenas recentemente adquirido novamente por ele. A propriedade, de 3,6 hectares, tem aproximadamente metade de sua área cultivada e com benfeitorias, e a outra metade coberta de mata. Toda a família possui uma ligação muito forte com a Tigela - três dos quatro filhos nasceram lá, assim como a esposa. Frente à dificuldade de manter os filhos na área rural, sem trabalho e tendo de se deslocar para Florianópolis para estudar e trabalhar, Adelino resolveu abandonar a vida na Tigela e viver na capital, Florianópolis, em 2003. A escolha de morar na capital foi influenciada pelo trabalho que faz como pedreiro - mais requisitado na capital ou em cidades da região metropolitana. Todavia, a tentativa não foi mantida por muito tempo, e todos voltaram para a Tigela em menos de um ano. Segundo ele, a vida até que era boa lá, mas a preocupação em criar filhos adolescentes e jovens muito “*soltos*” e a saudade de morar

no “*mato na tranqüilidade*” fizeram com que a família decidisse retornar a Paulo Lopes. Planejaram então um ramo de atividade que pudesse remunerar suficientemente e que incluísse todos os membros da família. A partir de uma oportunidade do projeto Microbacias, captaram recurso financeiro e obtiveram treinamento para a implantação de um viveiro de mudas em sua propriedade - inicialmente mudas de espécies nativas e ornamentais e recentemente (2010), hortaliças orgânicas. O trabalho é certificado pela rede ECOVIDA⁵⁹ desde 2005, o que abre canais de venda. Nessa atividade, trabalham a mãe e dois filhos. As mudas são comercializadas por meio de parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina e através da rede ECOVIDA⁶⁰. A divulgação é feita também por meio de placas dispostas nas margens da BR 101 e em frente à propriedade - localizada antes da Cascata Encantada. Desse modo eles conseguem comercializar as mudas e hortaliças, mas ainda de forma pouco expressiva em relação as hortaliças, que não têm canal de venda fora da propriedade, e estão se articulando para ingressar em grupos cooperativos e associativos, a fim de ampliar as oportunidades de venda.

A família trabalha junto - a mãe cuida do viveiro de mudas, e os filhos e nora da produção de hortaliças. O pai ainda tem necessidade de prestar serviços de pedreiro fora da comunidade, mas diz que a intenção é abandonar o trabalho de pedreiro e trabalhar na própria terra quando a produção e a comercialização estiverem mais avançadas.

Meu contato inicial com Sr. Adelino aconteceu por acaso na Prefeitura. Eu estava conversando com o Secretário de Agricultura quando ele chegou. O secretário me apresentou a ele e, ali mesmo, passamos a ter uma conversa sobre suas experiências de vida na Tigela. Depois, visitei a propriedade duas vezes, conversando com sua esposa Albertina, e com seu filho, Natanael na presença dos filhos mais jovens e da nora. Os encontros se deram em clima de muita alegria e felicidade.

Dona Dorotéia foi uma das moradoras mais antigas da Tigela, atualmente não reside mais na sua propriedade. Mudou-se depois que ficou viúva, para próximo da filha no bairro da Penha-localidade distante 3 km da sua propriedade na Tigela, a leste da BR 101. Dorotéia chegou na

⁵⁹ A Rede Ecovida de Agroecologia é um espaço de articulação entre agricultores familiares, ecologistas e suas organizações de assessoria e simpatizantes com a produção, o processamento, a comercialização e o consumo de produtos agroecológicos, que tem como meta fortalecer a agroecologia, gerar e disponibilizar informações e criar mecanismos legítimos de credibilidade e garantia de processos desenvolvidos por seus membros.

⁶⁰ O exemplo citado por Adelino é a CooperLag, cooperativa em processo de criação no momento da conversa (2010), de produtores artesanais e orgânicos de cinco municípios do sul do estado.

Tigela aos 19 anos, quando se casou - os pais do marido eram nativos, onde viveu durante 50 anos. A propriedade de 38 hectares está divididas em duas glebas, com 6 hectares na baixada onde viveu e criou seus filhos, e 32 hectares no morro, que está a venda, pois nenhum dos seis filhos têm interesse na área e ela, com 70 anos, não se sente apta a morar sozinha. Dona Dorotéia, sempre trabalhou na agricultura e na pecuária de pequeno porte. A atividade mais expressiva era cultivando a mandioca, incluindo plantação e moagem em engenho próprio.

O encontro com Dona Dorotéia foi marcado previamente por telefone, após a indicação do Sr. Benício. Nosso encontro aconteceu na casa de uma de suas filhas em uma tarde de terça-feira, na presença das duas netas (de 5 e de 7 anos). Depois da conversa, fomos até a propriedade dela na Tigela, onde ela me mostrou a “morada”, como ela gosta de se referir a sua residência, o engenho, a plantação de banana, o “gadinho” e o rio da Penha, que corta seu terreno nas proximidades da estrada geral. Atualmente, o terreno é cuidado por um amigo, que se ofereceu para tomar conta da propriedade em troca de uma área de pasto para o seu gado. Dorotéia é uma senhora muita animada e divertida, que sente muito em ter deixado sua casa para morar na Penha, mas reconhece que não dá mais para morar sozinha.

O Sr. José e Dona Tereza Corrêa moraram na Tigela durante 30 anos. Atualmente, passam uma parte da semana na casa dos filhos, em Biguaçu (município próximo de Florianópolis), e outra parte na propriedade da Tigela, onde ainda mantêm animais e pequenos cultivos para consumo próprio. Sua propriedade possui 79 hectares, sendo composta por pastagem, onde cultivam gado, porco e galinhas, por uma pequena área de plantação de cana, aipim e banana e pelas benfeitorias, como a casa e dois ranchos, totalizando uma área de aproximadamente 10 hectares - o restante corresponde a mata. Hoje, eles cultivam para o “gasto”, como falam ao se referir às necessidades deles e a algumas dos filhos. Mas, no passado, eles plantavam cana, fumo e aipim para comercializar. O Sr. Corrêa é aposentado do Departamento Estadual de Estradas e Rodagens e quando mais jovem, viajava muito a trabalho para o interior do estado; era Tereza quem cuidava das plantações, junto com os onze filhos, todos nascidos na Tigela. Atualmente, somente o mais novo acompanha os pais. Os outros têm suas famílias e atividades na cidade.

A propriedade localiza-se no topo de morro e divisor de águas, em um trecho da estrada pouco utilizado por outros moradores, por estar entre duas opções de acesso. Quem reside do lado da bacia da Penha utiliza a estrada da Tigela; quem mora do lado da bacia do Espriado utiliza a outra extremidade da estrada. Assim, o trecho da estrada junto à propriedade do Sr.

Corrêa fica praticamente sem uso e, conseqüentemente, sem manutenção. Como eles não possuem veículo próprio, dependem de amigos e dos filhos para o deslocamento. Estão muito descontentes com as condições de acesso, ressaltando que não há transporte público e ainda as entregas de ração para os animais não chegam, dificultando muito a estada deles pela Tigela.

Eles gostam do trabalho com a terra, e mantêm suas atividades pela vontade de permanecer no lugar que faz sentido para eles, mesmo contrariando os filhos, que afirmam que eles estão muito velhos para tais atividades e que deveriam colocar a propriedade à venda.

Contextualizar os espaços de vivência dos moradores é de fundamental importância para nos aproximarmos dos valores por eles atribuídos, de suas práticas e dos significados do “*espaço vivido*”. A singularidade das pessoas é representativa de suas visões de mundo e de suas atitudes com o meio, assim como suas percepções são influenciadas pelo contexto em que vivem. Nesse sentido é que a própria caracterização desses moradores na paisagem fez parte do procedimento de análise de seus discursos, que apresentamos a seguir.

3.1 Discursos e contextos

A análise das narrativas nos permite levantar muitas questões sobre os mais variados temas. Contudo, no contexto de nossa problemática, interessa entender a relação da comunidade com a conservação por meio da RPPN. Após a análise prévia do material geral⁶¹, selecionamos cinco narrativas, de moradores nativos ou muito antigos, a partir das quais trabalhamos os sentimentos de afeto e pertencimento com o lugar e sua percepção da conservação ambiental. As interpretações foram separadas segundo os limites e as oportunidades que esse novo elemento na paisagem trouxe – buscando fazer paralelos com as práticas de uso do solo (atividade produtiva) por eles desenvolvidas. O estabelecimento destes elementos se justifica pela relevância que tem para os moradores no contexto das questões da pesquisa e pelo quadro de referencial teórico adotado.

Serão destacadas, a partir das narrativas e do contexto em que se inserem, as práticas passadas e as perspectivas futuras das experiências desses interlocutores com o lugar. Experiências estas, afetivas com o meio, resultante de práticas historicamente desenvolvidas e das novas práticas alternativas de uso do solo. Essas experiências refletem, em algum grau, mas não apenas, as formas como eles percebem a conservação ambiental, em especial a partir da relação de vizinhança com a RPPN.

A partir do exposto, foram organizadas as seguintes temáticas de maior interesse nos discursos analisados: sentimentos pelo lugar – positivities e negatividades, limites e oportunidades da conservação ambiental, influências externas, transformações do lugar.

⁶¹ A saber 27 entrevistas e tantas outras conversas informais na interação com 33 moradores e funcionários público municipal e estadual.

Os sentimentos pelo lugar

A partir da análise das narrativas, associada ao contexto de vida dos moradores (especialmente Adonizete, Benício, Adelino, Dorotéia e José Correa), analisaremos quais são os referenciais positivos em relação ao meio e onde se fixam suas experiências de pertencimento ao lugar e suas percepções da conservação ambiental (privada e pública⁶²). Entendendo pertencimento (ou o sentimento de pertença) como uma subjetividade traduzida em experiências íntimas e profundas com o lugar. Os indivíduos pensam em si mesmos como membros de uma coletividade, cujo símbolo do espaço e tempo experienciado expressam valores, aspirações e novas interpretações desse lugar em transição.

Quando pedi para que apontassem motivos pelos quais gostam de viver lá, obtive as seguintes respostas:

"Gosto daqui por ser minha terra natal, da integração com a comunidade, todos me conhecem e eu também, gosto do clima, da paisagem, do meu trabalho, do valor aos detalhes da natureza" Adonizete

"Sossego é maravilha. A gente dorme sossegada, levanta sossegada, a gente trabalha quando quer, porque nós já somos velhos.(...) Aqui nós temos muita água, cachoeira boa, linda mesmo. É uma riqueza" Tereza Corrêa.

"Gostava da minha morada, da mata, da distância, das criação (...). Eu gosto muito de lá". Dorotéia

"Da Mata, o verde que tem, da água. Benício

"Sossego. O Paraíso que é. Pra mim os filhos têm que ser criados no sítio. Adelino

(...) pra mim é o segundo maior tesouro desse local. É realmente a comunidade. Eu acho que são pessoas boas, não são pessoas que querem ficar brigando por causa de terra, querem ajudar, se unir ninguém fica brigando por causa da água, querendo cortar mangueira do outro, tem vindo pessoas boas pra cá. Que não querem ficar criando confusão (...) Flávia Lapa (moradora desde 2005, origem Florianópolis)

⁶² A conservação através do vizinho Parque Serra do Tabuleiro veio a tona a partir das primeiras entrevistas e observações de campo, passando a ser considerada nas entrevistas posteriores

Nas palavras usadas para referenciar o lugar, predominam os aspectos físicos do meio: a “paisagem⁶³, a mata, o verde, a água”. Predominam também as sensações que proporcionam: “sossego, riqueza, paraíso”, além do aspecto social, (a “interação com a comunidade”). Esse hibridismo de referenciais objetivos e subjetivos apontados como positividade do lugar é revelador de sentimentos afetivos de suas experiências com o meio. A esses elementos são atribuídos significados íntimos, de pertencimento e interesse pelo lugar.

*“A gente tem história aqui... Uma lembrança que tenho é de quando vim pra cá, era dos engenhos... por aqui, só nesse trecho, daqui de casa até a Passarim, tinha (em pensamento alto conta um a um junto com sua esposa) 8 engenhos e 2 estufas de fumo, isso há 30 anos aqui era só mandioca e fumo. Depois veio o gado e tudo virou pasto. (...)”
Benício, grifo nosso.*

As palavras de afetividade, carinho e amor pelo lugar, revelam experiências de familiaridade e afeição do contato físico com o meio. A beleza atribuída é reveladora do interesse pelo lugar das experiências vividas e partilhadas com o meio – por exemplo, quando Benício diz: “a gente te história aqui”.

Segundo Tuan, (1980) o nativo tem laços de afeto muito fortes: ele sente o lugar diferentemente dos demais. Tem experiências íntimas que as outras pessoas são incapazes de ter. Conhece os elementos da paisagem por meio da soma dos sentidos permeados pelo tempo.

A topofilia revelada pelas falas, “(...) onde a consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar e (...) a história é responsável pelo amor à terra natal” (TUAN, 1980), é mais do que um aspecto positivo, é materialização de uma vida inteira dedicada ao lugar, sendo a relação de identidade e o significado atribuído ao lugar facilmente verbalizada.

Quanto ao contato físico com o meio, Tuan (1980) fala da profundidade do apego que tem o pequeno agricultor com a terra: “Conhecem a natureza porque ganham a vida com ela (...), os músculos e cicatrizes testemunham a intimidade física do contato” (TUAN, 1980). A topofilia do agricultor é formada por essa intimidade física, pela dependência material e pelo fato de que a terra é um repositório de lembranças e mantém a esperança.

⁶³ Paisagem aqui, no senso comum refere-se ao cenário, à visualização do belo num lance de vista.

“Para viver, o homem deve ver algum valor em seu mundo. O agricultor não é exceção. Sua vida está atrelada aos grandes ciclos da natureza; está enraizada no nascimento, crescimento e morte das coisas vivas; apesar de dura, ostenta uma seriedade que poucas outras ocupações podem igualar” (TUAN, 1980)

A percepção de beleza e de pertencimento ao lugar é ratificada pela dificuldade em apontar problemas ou aspectos negativos. Quando se referem a mudanças necessárias, a referência principal é ao acesso, à estrada:

“(...) o que menos gosto... difícil de falar... acho que nada. Talvez nossa estrada, o acesso podia melhorar.” Adonizete

“Parece que não tinha nada... (risos). Nós nunca tivemos carro, andávamos só de carro de boi e, depois, de bicicleta. Então distância era uma coisa ruim... mas por causa da idade, né”. Dorotéia

“Já do que menos gostam, não sei, é difícil achar alguma coisa, não tem mesmo”. Adelino

“O que menos gosto é o nosso acesso”. Benício

“Aqui tem que melhora muita coisa, se pudesse trabalha com o turista, a estrada, tinha que melhorar muito; se melhorasse a estrada ia valoriza tudo aqui”. José Corrêa

Muitas das falas que fazem menção ao acesso ruim são seguidas da questão da visibilidade. A pouca conectividade dos moradores com outras localidades nos permite fazer essa inferência. Os moradores citados pouco dependem da estrada para deslocamentos diários. Esse discurso é repetido por grande parte da comunidade, indicando a precariedade do acesso local como a causa do isolamento da comunidade, pois limita o conhecimento da região, e dificulta o dia-a-dia daqueles que não dispõem de meio de transporte próprio. Como contraponto, temos a menção ao “sossego, paraíso, distância, vizinhança, localismo” como algo positivo, motivador dos sentimentos de amor e motivos de permanência no lugar. Em que se pauta essa contradição – necessidade de visibilidade *versus* apreciação do sossego? Parece revelar falta de clareza dos objetivos e ideais enquanto grupo, que se deixa influenciar por necessidades que nem sempre são suas, mas que fazem parte de um discurso comum a todo o município - cortado pela BR 101, sendo este seu principal eixo de fluxos, sem qualquer planejamento e investimento nas estradas secundárias. Ou ainda, atribuem à importância de ter uma boa estrada para receber turistas e visitantes do lugar. Aspecto este, da nossa interpretação, que diz respeito ao aumento das experiências positivas com os “de fora do lugar” ou visitantes.

Atraídos, principalmente, pela Cascata Encantada, novos proprietários de sítios de final de semana ou, ainda, visitantes da RPPN Passarim, que trazem visibilidade e consumo (do lugar e de produtos locais). Essas “aceitação” ao novo ou ao de fora é percebida nos discursos e práticas na paisagem.

A relação que os moradores estabelecem com o acesso, com a rua ou estrada, é decorrente de uma experiência íntima e próxima. Podemos apontar pelo menos dois motivos para essa relação. Em primeiro lugar, que é na rua que os vizinhos se encontram. Circulam pela área apenas moradores e visitantes, pois a estrada não leva a outros lugares, sendo estes facilmente identificados pelos moradores locais - condição que reforça o conhecimento do lugar. São comuns os cumprimentos e paradas para breves conversas à beira da estrada.

Outro motivo de aproximação do sentimento de pertencimento ao espaço público da rua pode ser atribuído ao cuidado que os moradores têm com este. Foram citados inclusive, mutirões para melhoria do acesso após fortes chuvas. Os moradores se sentem responsáveis pelo acesso, arrumam as pontes, buscam soluções junto à prefeitura.

“Melhorias que teriam de ser feitas pela prefeitura é a gente que tá fazendo. Como estrada, pontes, coleta de lixo (...)” Adonizete.

“A prefeitura aqui não ajuda nada, nós somos esquecidos aqui. Aqui eu tive que gastar 300 reais de madeira pra fazer os mata burro. Porque com estrada ruim não vem ninguém. José Corrêa

Essa forma de ver e de atuar na estrada revela, em certa medida, experiências íntimas com o espaço público e aponta a estrada como de fato extensão de seus lugares. Tuan (1983) aponta que a rua onde se mora é parte da experiência íntima de cada um. A unidade maior é um conceito que só adquire visibilidade por meio de um esforço da mente. A percepção da rua como elemento importante no presente e inclusão deste como oportunidades futuras tem papel fundamental no desenvolvimento da consciência do lugar.

A rua passa a ser vista como um elemento comum do sentimento de vizinhança e de algumas perspectivas futuras. Um exemplo é a ideia de fazer do lugar uma referência de turismo rural de base comunitária, onde os moradores cuidariam da estrada e dos jardins à beira estrada e ofereceriam serviços e produtos significativos de seus modos de vida, como é o caso da “Estrada Bonita”, em Joinville, cidade ao norte do estado de Santa Catarina.

“Temos a ideia aqui de ajeitar a estrada, cada um plantar e cuidar de um jardim na frente de sua casa, com flores na beira da estrada. Quem quiser pode fazer na sua garagem, um espaço para vende

mudas, doces, pão e tudo o que souber fazer com produtos da região, para atrair mais visitantes para nossa região. Tipo a Estrada Bonita, sabe? Que mostra pros visitantes mata, água, cultura, tranqüilidade da vida no campo (...)” Benício, grifo nosso.

“(...) uma proposta nossa, que eu tive com eles, era criar a “Rota do Açaí”. Era recupera área de mata ciliar, usando espécies nativas, a área que cada proprietário quiser disponibilizar pra recuperar. E faz tudo em volta da estrada com espécies nativas, daqui mesmo, principalmente o palmito pra a exploração depois do açaí, dando tipo um logotipo pra região. E a forma que isso seria feito era de troca de mudas entre os moradores pra promover a diversificação. E cada um cuidaria do seu trecho de estrada. Mas daí eu não consegui recurso e ficou parado”. Flávia Lapa consultora do Projeto Microbacias e moradora desde 2005, origem Florianópolis.

Outro ponto que merece destaque nas afirmações de forte sentimento afetivo com o lugar demonstrado pelos moradores da Tigela refere-se às relações de vizinhança. Quando indagados sobre como é a vizinhança, foi comum fazerem referências como: “ótima, todos amigos ou parentes, solidários”, exceto o casal José e Tereza Corrêa que se referiu negativamente à vizinhança – ao qual podemos apontar três motivos: uma carência própria da idade – casal com idade acima de 70 anos; fato decorrente da localização da propriedade, que fica no topo de um morro em um trecho da estrada pouco usado por outros moradores; seus vizinhos mais próximos atualmente são sítios de final de semana cuidado por caseiros.

As questões de vizinhança estão muito associadas ao espaço de encontro comunitário: o “Grupo da igreja”. O grupo da igreja representa a oportunidade de encontros e do fortalecimento da relação de sociabilidade, onde a participação se dá num primeiro momento associada à prática do catolicismo, mas também como espaço de discussão dos problemas da comunidade. A participação se dá, por meio de visitas alternadas as casas, para a realização da novena, como na igreja, nas missas de domingo. A abertura da casa para receber a comunidade é considerada uma grande oportunidade de manutenção da boa relação de vizinhança, que reforça o sentimento pelo lugar. A sociabilidade entre os moradores da Tigela tem manutenção no “grupo da igreja”. Tuan (1980) afirma que as pessoas tendem a “(...) julgar a qualidade de seu meio ambiente mais pelo que percebem ser um bom vizinho do que pela condição física do bairro”.

“(...) uma vez por mês eles vem em casa fazer reunião. É da igreja mas eles falam muito de conservação de água, é bem batido isso”
José Corrêa

“Nosso grupo das novenas aqui é muito forte. Por exemplo, no ano passado o tema da campanha da fraternidade que nós discutimos muito foi “Amazônia,” e nos aqui depois de tanto pensar adaptamos para a Mata Atlântica, aí sempre que a gente falava e lia Amazônia, pensava na nossa Mata Atlântica e foi muito bom, conscientizou muita gente”. Adelino⁶⁴

Além do grupo da igreja, são muito citados os espaços institucionais e comerciais com os quais os moradores estão envolvidos - como a Associação de Desenvolvimento da Microbacia da Penha e a Cooperlag, já explicitados no capítulo anterior. Essa forte característica de organização é vista por nós, no contexto da análise, como elemento muito importante na relação de “abertura” com o novo, na busca de alternativas que constituem no limite um processo da adaptação e mudanças de formas de relacionamento com a paisagem.

Os referenciais espaciais são também relevantes na busca de elementos e experiências de pertencimento ao lugar. Foram comuns os moradores se referirem à propriedade do Adonizete como referencial espacial. Também foi muito comum comentarem que suas propriedades estão antes ou depois da “Cascata” - propriedade de Adonizete. Podemos inferir que isto tanto se deve ao caráter “alternativo” do uso do solo para a comunidade, como ao reconhecimento dos “de fora”, por ser este o espaço mais visitado na Tigela - além da questão temporal, uma vez que se trata da família mais antiga da comunidade. Estas relações sociais de reciprocidade levam a relações de alianças fortes entre os moradores. Principalmente no caso da abertura de canais de comercialização dos produtos da região através dos visitantes da Cascata Encantada. Essa rede que se constitui em torno da Cascata é tida como muito importante por eles, quando, por exemplo, os negócios de Benício e Adelino estão em partes ligado aos visitantes da Cascata Encantada.

⁶⁴ Trecho já citado no item 2.2 A Tigela

A influência da conservação – limites e oportunidades – o caráter contraditório

Dando continuidade às interpretações feitas a luz das narrativas dos moradores selecionados, passamos a destacar a partir de agora as percepções que eles tem da conservação ambiental. Vale lembrar que ao iniciarmos esta pesquisa atribuíamos somente à influência da RPPN nas questões de conservação, por esta ser a vizinha direta do recorte dado a pesquisa. Entretanto, logo nos primeiros contatos surge como muito importante a influência do Parque Estadual Serra do Tabuleiro, com forte influencia nos discursos do moradores de Paulo Lopes, por motivos já explicitados no item 2.3 deste trabalho.

A dificuldade no apontamento de aspectos negativos esteve muito associada aos aspectos físicos da paisagem, não se conseguindo fazer abstrações para sobre os sentimentos. Todavia, em outros momentos das narrativas, muitos deles apontaram como negatividade as relações de proibição ou limitação impostas a partir da conservação ambiental, que tem seu marco na criação do Parque Estadual Serra do Tabuleiro - PEST (criando em 1975). E recentemente (2001), alguns discursos de negação forma reforçados com a convivência direta com a RPPN Passarim, particularmente à época de sua chegada na comunidade. Entretanto, como mencionamos anteriormente, os limites não foram atribuídos diretamente à RPPN Passarim e sim ao PEST. A este fato podemos apontar como motivo; a forte abertura da RPPN para a comunidade e postura proativa dos proprietários, que mesmo atuando fortemente em denúncias contra danos ambientais, com o passar do tempo, e a convivência despertaram aceitação da comunidade. E outro motivo pode se associado ao fato da RPPN está em propriedade privada, deixando-os intimidados em fazer críticas a forma de uso do solo no seu interior.

As referências às transformações do lugar, feitas pelos moradores mais antigos, revelam suas principais mudanças, atribuindo-se grande significado às proibições de uso direto dos recursos naturais.

“(...) Mas aqui mudou muita coisa, mudou de um jeito... mudou uma coisa... Não tinha estrada era aquele matão... mas o pessoal podia derrubar um mato pra fazer uma roça, pra plantar um milho, um feijão. Mas o IBAMA não aceita. Então tá virando tudo muito mato. Mas o pessoal só não passa fome por pega mesmo assim, e vai

comprar no comércio pelo preço da morte...isso aí não podia acontecer”. Tereza Corrêa

“Então, por exemplo, a gente quer plantar uma coisa e como que vai planta? Nós aqui tamo com essa casa que tá tudo podre, e nós não podemos tirar uma madeira pra dar uma reformada na casa (...). Há 30 anos atrás não tinha pasto, só capoeira, porque o pessoa plantava e depois que não dava mais nada, deixava ai abandonado, e o mato vinha de novo. Aqui tinha fumo, ali no terreno da Reserva, teve muito fumo”. José Corrêa

“O proibido é ruim. Se o governo deixasse tirar um pouco, não tudo, nunca teria esse estrago, mas não pode nada. Ai eles tiram tudo escondido (...). Sabe o que acho? Tem que deixar a pessoa trabalhar, o fiscal da FATMA tem que vim e orientar e não deixar fazer errado primeiro e depois multar (...)”. Benício

As limitações impostas pela conservação em suas práticas tradicionais de uso do solo são percebidas no tempo e no espaço, refletindo no embate entre o tempo da ação (o que faziam antes e não podem mais fazer) e o tempo da memória (que materializa as realizações no passado), e revelando as contradições que há na comunidade em processo de transição, onde ha forte relação de dependência que estabelecem (para os moradores mais velhos) e que estabeleciam (para os moradores mais novos) com a terra como fornecedora, em primeiro plano, de matéria-prima para as diferentes atividades produtivas das famílias. Desta visão da paisagem, fortemente enraizada no grupo de moradores analisados, em especial os mais velhos, é que coabitam positivities e negatividades na relação de construção de uma “postura” da comunidade frente às mudanças na forma de se relacionar com a paisagem, trazidas pela presença efetiva da conservação no âmbito local e fomentadas antes mesmo no âmbito municipal e estadual. Postura está que é tanto impostas como sentida.

Imposta por estarem, os moradores, inseridos no entorno do PEST, onde a legislação ambiental tende a ser mais eficaz, e também pela atuação forte dos proprietários da RPPN em denúncias dos moradores quando estes punham em risco a conservação ambiental, dentro e fora dos limites da RPPN. Este fato pode ser analisado sob a óptica da contribuição na mudança de comportamento e caminhando para uma mudança de percepção. Uma vez que por não atribuírem limites impostos pela RPPN, mesmo quando reconhecem que ela mudou alguns comportamentos da comunidade, em especial aqueles que tinham como práticas produtivas a caça de pássaros, coleta de espécies madeireiras e uso da coivara para renovação dos pastos, foi apontada por alguns moradores como práticas que não se fez mais depois da

chegada da RPPN, pelo aumento da fiscalização ambiental, ou pela simples presença de um vizinho “fiscalizador”.

A conservação pode ser sentida quando a relação de vizinhança com a RPPN os faz conviver com uma nova forma de relacionamento com o meio. Cria-se assim, um “ambiente” (atmosfera) e uma circulação de pessoas e de grupos de apoio às ações de conservação ambiental e de contemplação da paisagem natural, que trazem reconhecimento e destaque para o lugar, segundo uma perspectiva de valorização antes sequer imaginada pela comunidade local.

Quando estimulados as lembranças das experiências do passado, é facilmente apontada as mudanças referentes aos limites impostos pela influência das políticas de conservação ambiental. Por estas serem experiências vividas a privação tem grande significado. O tom de denúncia, de anseio por serem ouvidos quanto a isto é muito forte. Percebesse nas falas relativas ao passado o sentimento de melancolia e não aceitação. Onde as lembranças são contadas com euforia, opinião e postura frente ao tema da conservação ambiental. Segundo Joacir, morador da capital que passava uma temporada na Tigela no sítio do amigo Marcelo Leal, fala que: “(...) *a conservação aqui para alguns traz revolta. Eles sentem-se lesados pelo PEST*”.

Ao mesmo tempo, apóiam as ações de conservação, desde que esta esteja fora de seus espaços de vivência, afirmando entender a necessidade das áreas de conservação e que, por outro lado, estas não deveriam impor limitações em seus espaços e em suas práticas de subsistência.

“Eu acho que onde é a Reserva tem que conservar, porque se não fizer isso vai acabar. Aí eles mantêm tudo com muito mantimento e tal (...). Eu sou de acordo de adorar a mata. Por exemplo, a senhora tá pra ganhar uma filha, se não guardar um pouco, ela vai ter 15 anos e vai perguntar: Mãe, como que é um pé de palmito?” Tereza Corrêa

“Muito mais bonito vê a área da Reserva do que vê o terreno do Menininho (sítio de lazer com predomínio de pasto). Mas eles têm condições de ter aquilo lá assim, preservado, ajeitado (...)” Adelino, grifo nosso

O caráter contraditório da relação com o novo, a conservação, é fortemente ligado à necessidade de geração de renda e à cultura tradicional, que percebe a natureza como fornecedora de recursos de uso direto. O uso do solo para conservação não apresenta muito sentido em suas práticas históricas com a paisagem. Entretanto, as influências externas da modernidade ecológica, em especial no município de Paulo Lopes, lançam questões

necessárias à reflexão e usos do solo alternativos, que encontram, na comunidade da Tigela, um ambiente favorável para essas novas formas de se relacionar, pela a presença forte da RPPN. Que em alguns dos casos analisados, em especial dos moradores mais novos, podem se aproximar de uma mudança da forma como percebem a conservação, principalmente por oportunidades de novas atividades produtivas que surgem a partir deste contexto moderno da conservação, em especial no município de Paulo Lopes.

As críticas à conservação impostas pela presença do PEST não são estendidas à conservação por meio da RPPN, o que nos permite inferir que as percepções de privação e mudanças, parecem não influenciar nos sentimentos de familiaridade e afeição pelo lugar. Em relação as privações, Tuan afirmam que “os moradores que não podem (...) suportar as privações, deixam a região; os que ficam, parecem desenvolver um estranho orgulho em sua habilidade de levar a vida” (TUAN, 1980). Esta é a marca das experiências dos moradores com menor idade, como, Adonizete, Benício e Adelino, cujo sentimento de orgulho é ainda reforçado pela racionalização sobre a privação, onde as experiências racionais e conceituais os permitem articular ideias e agir sobre a realidade. Assim, os limites são transformados em oportunidades, alimentados por sentimentos de aspirações em relação ao futuro, reforçando o sentimento de pertença.

Entre os pontos negativos da conservação ambiental, estão nas referências às imposições e limites impostos pelo Estado de forma incisiva, considerando os proprietários rurais como ameaçadores da natureza. As críticas ao Estado são constantes, pois este coloca as comunidades rurais como ameaçadoras da biodiversidade, sem a devida contextualização e sem o devido diálogo. O Estado atua por meio de meras ações fiscalizadoras e punitivas, e abre espaços oportunos e de apoio à conservação privada, especialmente quando esta passa a ser percebida, por alguns moradores, como benéfica à comunidade pela relação de proximidade e pela ausência do conflito fundiário, proporcionando, assim, amadurecimento e fortalecimento de posturas proativas para alguns moradores, como abordaremos a seguir.

O apoio a ações de conservação e o entendimento deste como oportunidade de ampliação de renda e de outros negócios aparecem com destaque na fala de Adonizete, cujo caráter da atividade produtiva, foi se transformando ao longo do tempo, alterando completamente o uso que seus pais faziam da área.

“Quando meu pai e minha mãe ainda precisavam trabalhar, era com agricultura, roça. Eles plantavam mandioca, cana, fumo e outras coisas pra família e um pouco pra vender”. Adonizete.

“Acho essencial, tem que ter. Cada vez mais isso vai ser importante. (...) Ela (a RPPN) melhorou minha vida, porque passou a proteger as nascentes de água que descem na minha propriedade. E garantem água limpa pro meu negócio e pra mim. Só veio a somar”(...) a comunidade aprende a dar valor ao que tem aqui. A Cascata Encantada é um exemplo. Eles vêem a mudança hoje comparada há 13 anos, isso não era assim, era mais feio. Peguei muitas ideia deles, da Passarim (...)” Adonizete.

Os moradores mais velhos percebem as mudanças impostas pelas influências modernas de conservação da natureza; eles ponderam suas experiências no espaço e no tempo. No decorrer das entrevistas, quando estimulados a falar sobre conservação mostraram reconhecer a necessidade de revisão da relação com o meio ambiente:

“Tem aquela lei que não pode mexer na mata nativa né? só se tiver um plano de corte... mais quem tem isso? Isso custa dinheiro, né?(...) Então tudo isso é assim: num momento é bom, e noutro é ruim. Naquele tempo, a pessoa pegava muita lenha pra cozinha. E pra poder criar alguma coisa tivemos que desmata, porque era só mato...Tivemos que tirar umas madeiras de serra - canela, peroba... Minha casa é só peroba e canela (...) Então é o que eu digo, as coisa são assim... num momento é bom, e noutro é ruim... Naquele tempo podia, precisava, nós tirava muita lenha, madeira pra casa... nós botamos muita madeira de lei no chão a braço pra fazer nossa morada”. Dorotéia

“(...) Mais naquele tempo, o pessoal não queria aqui nem dado, nem de graça... O mato não era valorizado como é hoje” José Corrêa.

“(...) Naquele tempo era mais mata, hoje é mais pastagem. Hoje, eles tão fazendo sítio e vende pras pessoas melhor, pagam empregado, né? Tem por exemplo o terreno que era do Sr Menininho, lá em cima, antes da Cascata, ali era tudo mata virgem, e hoje é tudo pasto, eles botaram fogo em tudo há pouco tempo” Dorotéia.

As memórias do que faziam no passado e as limitações impostas hoje geram especialmente nos moradores mais velhos, um tom de denúncia quanto a essas limitações, associado a um sentimento de tristeza e de finitude de um tempo em que suas práticas tinham reconhecimento e validade. No caso de Dorotéia, José e Tereza Corrêa, esse sentimento é reforçado pela ausência dos filhos na terra. Tuan, ao considerar os ciclos de vida, salienta os motivos para a perda de interesse dos mais velhos pelo lugar: “Para os velhos o mundo se contrai não apenas

porque seus sentidos perdem acuidade, mas porque seu futuro está truncado: à medida que o futuro diminui, também diminui o espaço horizontal (...)” (TUAN, 1980).

As referências de “manutenção” de “continuidade” se mostra mais forte nos mais velhos. A essa questão podemos atribuir também a baixa capacidade de investimentos dos moradores com mais idade, de maior número de filhos e ausência de renda externa as atividades produtivas. Diferentemente dos moradores mais novos, com rendas extras provenientes de prestação de serviços fora da dependência do trabalho direto com a terra.

Entretanto, a diferença em relação aos moradores mais novos (com idade entre 45 e 55 anos) é que estes adotam uma postura de busca de alternativas às suas necessidades primárias, ou seja, atividade produtiva ligada à terra que gere renda, permeada pela vontade de permanência no lugar, como Adonizete, Benício e Adelino. O sentimento afetivo pelo lugar ganha força quando as limitações são re-significadas e substituídas por possibilidades de novos arranjos de usos, traduzindo-se em novas experiências com o lugar.

A visibilidade da Tigela, trazida pela RPPN, não é apontada através dos discursos como fator de mudança do lugar ou ainda de influências em suas opções de práticas alternativas com a paisagem. Contudo, essa mudança se pauta no tempo e no espaço pelo caráter de privação de suas práticas, particularmente no que diz respeito aos moradores analisados. A Tigela passa a ter um sentido para os visitantes e moradores recentes que não possuía antes da RPPN – como a visibilidade do lugar para fora:

“Pra mim a RPPN como possível vizinha me fez estudar um pouco sobre, pra entender e saber se eu poderia ser prejudicada de alguma forma, Aí, vi que não teria problema nenhum. (...) o que me fez decidir mesmo (de morar na Tigela), foi a Cascata Encantada mais que a reserva, a água dali, e depois a comunidade mesmo, porque eu já conhecia estas pessoas. Pra mim é o segundo maior tesouro desse lugar é realmente a comunidade” Flavia Lapa, moradora da Tigela desde 2005, grifo nosso.

Alguns moradores não percebem mudanças no lugar a partir da RPPN: “(...) Nós não achamos que ia fazer bem pra gente, já sabia que aqui ninguém vem quase... Então nada mudou (...)” José Corrêa.

Entretanto, “com o tempo, a mensagem do exterior aos poucos vai penetrando” (TUAN, 1983). E o que essa mensagem passa? Que os limites podem virar oportunidades, quando são re-significados e apreendidos a partir do sentimento topofílico pelo lugar. A forma como é

internalizada as mudanças no contexto regional e seus efeitos no âmbito das práticas (atividades econômicas) assumiu formas distintas para os moradores mais novos e os mais velhos. A proximidade da RPPN e o conseqüente convívio fortaleceram as relações de vizinhança, pois o sentimento de confiança se construiu gradativamente, traduzindo-se em sociabilidade e parceria.

Quando questionados sobre o lugar como um todo e sobre suas vontades e perspectivas futuras de manutenção ou alteração da atividade produtiva, comentam:

“(...) pretendo parar com o serviço de construção e trabalhar só com o turismo. Hoje ainda tenho pouco investimento, mas a intenção é viver do turismo”. Adonizete

“Outra mudança é o jeito de trabalhar... Quando eu cheguei aqui, o trabalho era na roça de cana, mandioca... na lida mesmo. Hoje eu trabalho com a polpa do açaí do butiá, coisa que tinha aí de monte... Mas ninguém ligava, nem sabia que aquilo se comia, como comia...Aí, a gente vai vendo, aprendendo com esses curso e muda o jeito de trabalha. Hoje eu não vendo mais açaí, butiá e palmito porque não do conta (...) O Zete... hoje ele trabalha aí com o turista... É muito melhor do que no passado, que tinha que ir pra roça”. Benício

“Já trabalhamos há quatro anos com o certificado da ECOVIDA (...). Quando der certo o nosso negocio com as mudas e os orgânicos, eu quero trabalhar aqui, junto com eles (...). Por enquanto ainda preciso trabalhar fora... Mas logo mais aqui vai dar certo”. Adelino

Benício, Adonizete e Adelino são exemplos de apropriação de uma condição de limites para transformação em oportunidades, impulsionados pelos laços afetivos de sentimento de pertença e por aspirações futuras com o lugar. A busca de oportunidades de fixação dos filhos no lugar que para eles representa segurança e identidade foi o sentimento motivador para a mudança na forma como percebem a conservação ambiental.

Assim, a partir de uma postura articulada e de quem busca soluções, revelam amadurecimento e aproveitamento das oportunidades trazidas pela conservação, como o aumento de visitantes que valorizam o que há no campo (no meio rural), seus saberes e fazeres culturais, para novas experiências com o lugar. Não estamos atribuindo a RPPN um “valor” de mudança na paisagem de forma direta e consciente, mas sim como elemento que reforça uma tendência do município - inserido no mosaico de UCs e outras políticas públicas de incentivo a práticas agroecológicas, ao turismo rural e a outras formas alternativas de relacionamento com o meio. Fruto também de uma tendências moderna, mas sem duvida reforçada na Tigela pelo contexto existente.

A forma e a intensidade com que o fenômeno externo - a conservação, se manifesta nos moradores, é condicionante das experiências de manutenção ou adaptação de suas práticas na paisagem. A chegada dos novos moradores na Tigela (a RPPN, proprietários de sítios) trouxe para a relação de convivência ou de vizinhança, outros modelos culturais de experienciar a paisagem. Tomando como exemplo, a paisagem que para José Corrêa e Dorotéia é fortemente ligada a elementos naturais como fornecedores de suas necessidades de sobrevivência (de uso direto dos recursos) não é para os proprietários da RPPN e para os proprietários de sítios de finais de semana, que vivenciam experiências de contemplação desta paisagem. Estas diferenças na forma como experienciam a paisagem, proporcionou novas interpretações dos referenciais espaciais, temporais e culturais da comunidade nativa. Que no caso analisado verificamos que as percepções da conservação ambiental nem sempre são condicionantes das mudanças nas práticas de uso do solo na paisagem. Como no caso dos moradores mais novos, onde a percepção da importância da conservação ambiental somada aos sentimentos de toponímia com o lugar foram impulsionadoras de mudanças nas práticas de uso do solo. Diferentemente dos moradores mais velhos, que, apesar de apontarem como importante, quando questionados sobre o que acham da conservação ambiental, revela ao longo de seus discursos fortes traços de negatividade que a conservação trouxe as suas práticas e atividades produtivas. Sendo que seus conhecimentos tradicionais de uso do solo já não dão mais conta dos novos arranjos que a conservação e a modernização das relações do homem com o meio ambiente exigem. Apontando, em certa medida, como causa do afastamento destes moradores do lugar.

CAPÍTULO 4. Considerações Finais

São inquestionáveis as intensas mudanças sociais e consequentemente na paisagem, que afetam as áreas do entorno de Unidades de Conservação. Nesse sentido o município de Paulo Lopes, parte integrante deste estudo de caso, destaca-se por ter aproximadamente 48% de seu perímetro como UC, boa parte em função da existência do Parque Estadual Serra do Tabuleiro, da Área de Proteção Ambiental, (APA) da Baleia Franca e da Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN) Passarim, foco desta pesquisa. Este contexto traz para os lugares, intensas transformações nas atividades produtivas, seja pela presença mais efetiva das políticas públicas de conservação ambiental, seja pela inserção de novos atores na dinâmica local, resultando em inúmeras mudanças nas práticas tradicionais e nas formas de percepção e de atuação na paisagem.

A proposta desta pesquisa foi demonstrar e analisar a relação existente entre a comunidade e a conservação ambiental por meio da RPPN Passarim, inserida em uma parte rural do município de Paulo Lopes, na localidade da Tigela. Para isto, escolhemos, dentre os muitos caminhos possíveis, o da percepção que a comunidade tem frente à conservação ambiental privada (em particular, que se ampliou para a conservação pública, com o aprofundamento da pesquisa), e quais os limites e oportunidades que esta trouxe a uma parte da comunidade, que considerou os moradores mais antigos.

Foram adotados, basicamente, dois referenciais teórico-metodológicos. O primeiro, e mais geral, refere-se à forma de abordar e de entender o objeto de estudo, proposto por Sandeville, por meio da abordagem cultural da paisagem. Este referencial orientou as premissas desta pesquisa, principalmente no que diz respeito à abordagem da conservação privada no contexto da paisagem em que se insere. Para aprofundar a questão dos processos identitários no lugar, adotamos como segundo referencial os textos de Yi-fu-Tuan, que trabalha com o entendimento de lugar e os sentimentos afetivos decorrentes da interação entre as pessoas e o meio em que vivem. Este referencial guiou a interpretação dos significados atribuídos ao lugar e dos sentimentos topofílicos dos moradores. A partir das experiências dos moradores, buscamos elementos para apontar os limites e as oportunidades da RPPN no contexto da paisagem local. O uso desse referencial permitiu compreender a forma e sobre quais

dimensões os moradores percebem o “novo uso do solo” e o novo vizinho. Considerando, como dimensão dessa experiência os sentimentos de pertencimento, de aspiração, de motivação, de finitude e de abandono.

A partir da compreensão do campo empírico, que dialogou com a base teórica nos conceitos de paisagem, toponímia e lugar, pudemos observar que uma parte dos moradores da Tigela possui forte laço afetivo com o lugar, sendo esse laço motivador de diferentes atitudes em relação ao meio. Dentro do conjunto bastante diversificado de moradores e visitantes que compõe a paisagem de estudo, aprofundamos nossas análises no grupo de moradores nativos ou muito antigos, por meio de entrevistas e observações diretas. Constatamos, então, que para os moradores mais novos (com idade entre 45 e 55 anos), o sentimento afetivo é motivador de aspirações futuras de fixação na paisagem, pois as oportunidades trazidas pela conservação, seja pela RPPN (indiretamente) ou pelo contexto em que o município se insere, são percebidas positivamente. Essa mudança de atitude, verificada por meio das práticas produtivas, aponta, em certa medida, para uma mudança na forma como esses indivíduos percebem a conservação ambiental. A própria alteração das práticas realizadas no passado e no presente comprova essa mudança.

Já em relação aos moradores mais velhos (com idade acima de 70 anos), seus discursos e práticas demonstram que percebem a conservação ambiental como limitante de suas práticas tradicionais de uso direto dos recursos naturais, revelando um sentimento de “finitude” no que diz respeito às suas experiências com o lugar. Esses limites são associados à forte influência negativa do vizinho Parque Estadual Serra do Tabuleiro. Seus discursos são carregados de negatividade, especialmente no que se refere aos limites impostos pela fiscalização ambiental às suas práticas, levando à interpretação de que suas percepções quanto à conservação ambiental são guiadas pela ideia de ver a natureza como recurso a ser explorado diretamente. Por outro lado, eles reconhecem a importância das questões ambientais, mas ponderam os excessos e abusos do Estado nas questões de fiscalização e punição. Esse caráter contraditório - entre como percebem e como agem na paisagem - contribui para o sentimento de finitude de suas práticas no lugar, o qual é reforçado pela ausência dos filhos e pela idade (acima de 70 anos), resultando em desmotivações para a permanência. Assim, pode-se afirmar que os sentimentos topofílicos, por si sós, não são suficientes para a fixação dos indivíduos no lugar.

No caso dos moradores mais novos, além dos discursos que demonstram mudanças na forma como percebem a conservação ambiental nos dias atuais, foram analisadas também suas

práticas produtivas de cunho alternativo como elementos que confirmam essa mudança na percepção. Esse grupo também é caracterizado por sentimentos “topofílicos” fortes (da mesma forma que os moradores mais velhos), pelas “aspirações futuras” e pela “adaptação” – o que se traduz em articulações e arranjos que resultam em novas formas de suprimento da demanda de consumo da família, estando na capacidade inovadora e na capacidade de adaptação desse grupo de moradores a explicação, em grande medida, do fato de se manterem na terra, frente às limitações sociais e ambientais.

Todavia, ao analisarmos profundamente os seus discursos, percebemos que suas visões ainda estão associadas à ideia da terra como fornecedora de matéria-prima para as necessidades de reprodução concreta das famílias - o que sugere para uma mudança superficial da percepção da conservação ambiental, que pode estar muito mais associada às oportunidades que a conservação ambiental proporciona, somadas aos sentimentos topofílicos e aos desejos de permanência, do que de fato uma alteração no modo como percebem as causas e efeitos da ação humana sobre o meio ambiente. Mas ainda que superficial essa mudança abre novos campos de atuação na paisagem e traz inovações para as práticas tradicionais no meio rural – sendo nesse caso, práticas alternativas o turismo de base comunitária, o turismo ligado às águas, a agroecologia e o manejo do açaí e do butiá.

No que se refere ao sentimento de topofilia, este é muito forte em ambos os grupos de interlocutores analisados, os quais, por meio da linguagem, expressam positividade tanto em relação aos elementos naturais e sensações causadas por estes, como em relação às organizações locais (Grupo da igreja, Associação de Desenvolvimento da Microbacia da Penha e Cooperlagos), apontadas por eles como espaços comunitários importantes. Tais sentimentos são ratificados pela dificuldade desses moradores em apontar aspectos negativos do lugar.

Podemos considerar como impulsionadora desse processo de transformação da percepção ambiental a presença da RPPN, quando ela traz para a relação de vizinhança elementos como contemplação, preservação, parcerias conservacionistas, admiradores do lugar e mesmo denúncias a danos ambientais, segundo um conjunto de novos valores, que encontra reconhecimento apenas no grupo de moradores mais novos, e, por outro lado, encontra dissidência na negatividade atribuída à conservação pública pelo grupo de moradores mais velhos.

A RPPN não foi apontada pelos interlocutores, como a razão de uma nova forma de atuação na paisagem. Entretanto, a partir de seus discursos e práticas podemos afirmar que foi propulsora de novas percepções da relação dos moradores com a paisagem, seja pela presença e proximidade do elemento “conservação ambiental” na relação de vizinhança, seja pelas práticas incentivadas pelos proprietários da RPPN. Em alguns casos, essa nova percepção se encontra em processo de formação, especialmente no grupo de moradores mais novos. Segundo Tuan (1983), “o grupo, expressando e reforçando os padrões culturais da sociedade, afeta fortemente a percepção, a atitude e o valor que seus membros atribuem ao meio ambiente”. Neste caso em particular, os processos de mudança de padrões culturais trazidos por grupos de apoio à conservação privada, oferecem condições para a mudança de atitude dos moradores locais.

O que há de fato são oportunidades de ação, aproveitadas ou não, perante uma conjuntura regional de possibilidades de novas formas de gerar renda, o que pode contribuir para uma mudança efetiva da percepção que cada morador tem da conservação ambiental. Segundo Godelier (1984 *apud* OLIVEIRA, 2009), nenhuma ação intencionada por qualquer pessoa pode ser cumprida sem que antes se coloque em prática um conjunto de informações contendo representações, valores e normas, em cujas bases vai se sustentar essa ação. Esse campo, denominado imaterial ou de realidades ideais, que orienta as relações estabelecidas entre sociedade e natureza.

As adaptações incorporadas pelos moradores Adelino, Benício e Adonizete, estão relacionadas a processos de mudança vinculados ao contexto regional em que o município e o estado se inserem, encontrando respaldo positivo na criação da RPPN. A compreensão das configurações e das dinâmicas internas do sistema social da Tigela possui estreita relação com as estratégias adotadas pelos moradores para concretizar o propósito de permanecerem no lugar de origem, ou no lugar que para eles tem sentido, indicando com isso que suas percepções quanto à conservação ambiental sofreram mudanças, especialmente por terem os moradores re-significado suas práticas de uso do solo. A isto podemos atribuir uma mudança na lógica de funcionamento do sistema de produção no meio rural, onde ainda prevalece uma visão pouco inovadora e alternativa das formas de atuação.

O município de Paulo Lopes, especialmente a Tigela, pelo contexto da RPPN e pelo caráter proativo dessa comunidade, apresentou-se com alto potencial para se tornar exemplo de formas mais harmônicas de relacionamento com as áreas legalmente protegidas, que deve ser

aprofundado e valorizado tanto nos espaços acadêmicos, como em outras comunidades rurais em contextos semelhantes.

A falta de visibilidade perante o Estado, de acordo com o discurso dos moradores, parece dotar de autonomia a comunidade, que se articula e se apropria-se de espaços de diálogo para o debate de problemas do cotidiano. Isto se reflete nas conquistas obtidas pela própria comunidade, como a manutenção de pontes e estradas, a coleta do lixo, o abastecimento de água do morro e as articulações de negócios para a localidade. Essa atuação e valorização dos espaços comunitários proporcionam experiências íntimas dos moradores com o lugar. Contudo, as experiências positivas e afetivas não são condicionantes de sua permanência no lugar - o que se confirma no caso dos moradores mais velhos, que cedem às pressões dos filhos, estando atualmente na fase de deixar a Tigela, como Dorotéia, que já está morando com a filha e está com sua propriedade à venda, e José e Tereza Corrêa que mantêm uma relação mais esporádica com o lugar.

As tensões na paisagem estudada são reflexos do envolvimento dos de “fora do lugar” no lugar, a partir do modelo de conservação ambiental que tem suas bases na criação de UCs, atuando nas consequências dos problemas ambientais e não nas causas, sem fomentar a ampliação da conservação e do desenvolvimento local.

Partindo da premissa de que as RPPNs devem ampliar sua escala de atuação, para atingir seus objetivos de conservação da biodiversidade a médio e longo prazo, por meio do diálogo, estimulando alternativas de novas formas de atuação na paisagem, o estudo revelou resultados positivos dessa proposta para a conservação ambiental e o desenvolvimento social da comunidade estudada.

Quanto à hipótese inicial da pesquisa, verificamos que ela se confirmou apenas em parte, no sentido de que uma parcela da comunidade, a dos moradores mais velhos, percebe sim a RPPN como um “novo uso do solo” e como fator limitante de suas práticas, seja por extensão feita à conservação pública, seja pelo aumento da fiscalização na área. Entretanto, as entrevistas com os moradores e as observações das práticas na paisagem revelaram que para a outra parte da comunidade analisada, a dos moradores mais novos, a RPPN não se apresenta como fator limitante de suas práticas tradicionais de uso do solo, uma vez que as mesmas foram (se comparadas a práticas passadas, de pais, ou deles mesmos, em um passado recente) re-significadas para usos mais harmoniosos com a conservação ambiental.

Para os moradores mais velhos, a RPPN se apresenta como uma “figura” ou um ator que “reforça” os problemas do PEST; entretanto, pelo seu caráter privado, esses moradores não fazem críticas diretas a ela. Podemos perceber, por meio de algumas falas e práticas, que não há interesse em se aproximar desse “novo vizinho”, partilhar experiências, pois entendem que seus objetivos e sua forma de relacionamento com o meio ambiente são distantes culturalmente dos preceitos da RPPN. Assim verificamos que a RPPN criou um ambiente de circulação de ideais e de pessoas novas para os costumes do lugar, que para alguns, ao longo do tempo, resultou em novas oportunidades, para outros, representou neutralidade ou ainda, negatividades.

Mas não podemos afirmar que a chegada da RPPN foi condicionante de formas alternativas de uso do solo e/ou geração de renda na comunidade vizinha, e sim que sua presença colocou para a comunidade a necessidade de se pensar o novo uso do solo e as tensões do lugar em transição. Ainda que persistam as tensões internas na comunidade acompanhada, nota-se uma crescente abertura para a incorporação da problemática ambiental como discussão necessária e como oportunidade de novas formas de percepção da conservação ambiental no “lugar”. Essa apropriação do discurso pode ser vista como um processo de aprendizagem e de formação de consciência crítica de suas realidades, na medida em que tem proporcionado um ambiente de diálogo entre os grupos conflitantes nas suas percepções, práticas e valores relacionados com o lugar, que só é possíveis a partir do sentimento de afeto e de pertencimento ao lugar. Isto revela, para a comunidade, a necessidade de se pensar e/ou estabelecer normas para lidar com o novo na vizinhança - o uso da terra para conservação, resultando em novas experiências com o lugar. O novo uso do solo impulsiona a comunidade a conviver com outro sentido dado à terra, segundo um novo paradigma, para o qual o conhecimento cultural e tradicional não estavam preparados. Isto exige uma capacidade imaginativa que os moradores nativos não possuem facilmente, que remete o universo dos símbolos culturais dos usos da terra na área rural a uma condição ultrapassada, inserindo um novo universo de possibilidades e de visões de mundo, que exige um esforço para as novas construções de relação, que no limite podemos afirmar que se encontra em processo de formação na comunidade. As experiências positivas nesse novo contexto da paisagem da Tigela foram apropriadas pelos moradores Adonizete, Benício e Adelino - moradores nativos ou muito antigos, com aspirações e com ampliação de uma experiência conceitual com o lugar, que diferem dos moradores Dorotéia, José e Tereza Corrêa, cujas experiências se fixaram em práticas passadas, dificultando a abertura para o novo, principalmente pela

ausência de seus descendentes no lugar e sua idade. A necessidade de rever atitudes e valores em relação ao meio também caracterizou os proprietários da RPPN. Estes chegaram à comunidade, guiados pela vontade de contribuir para a conservação das águas e das matas da região da Tigela, mas não foram recebidos como esperavam – o que exigiu novas interpretações da forma de ver a vida dos moradores no meio rural, seus cotidiano de dificuldades e abandono por parte do Estado. Logo, ver a conservação ambiental pelos olhos que estão adaptados a outros valores foi o que lhes ocorreu inicialmente. Com o passar do tempo e a construção da afetividade pelo lugar, isso se transformou em compreensão e respeito a algumas posturas da comunidade local. Assim, podemos dizer que a paisagem da Tigela representou, para os proprietários da RPPN, um local de abstrações e o símbolo de uma busca pautada em experiências urbanas, tendo se transformado, gradativamente, em uma paisagem intimamente vivenciada.

Considerando-se as transformações como um processo sócio-histórico específico a cada local, cabe salientar que os efeitos positivos dessas propostas (especialmente a de que as RPPNs devam considerar as paisagens em que estão inseridas) dependem em grande parte da capacidade de articulação dos atores no lugar e da forma de apropriação dessas iniciativas em prol de suas perspectivas futuras de qualidade de vida. As novas oportunidades, vistas e apropriadas pelos moradores se aproximam até mesmo de um reconhecimento ou autoconhecimento de suas potencialidades pessoais, somadas às potencialidades do meio ambiente, o que fortalece as ações de singularidade das pessoas e dos lugares. Segundo Tuan (1983), as experiências com os espaços são responsáveis pelas estruturas mentais de padrões de identificação do homem com o meio ambiente, e experienciar é aprender, compreender o que significa atuar sobre o espaço, e poder criar a partir dele. Portanto, é necessário que o processo cognitivo se desenvolva por meio da percepção e da apreensão do espaço para que o indivíduo possa conhecê-lo e ter a consciência da possibilidade de sua atuação sobre ele.

Entre as novas indagações que a pesquisa trouxe está a questão da necessidade de que a conservação ambiental esteja associada a alternativas comunitárias de envolvimento e gestão da paisagem em um espaço de aprendizagem. Verificamos, no decorrer da pesquisa, que apesar das percepções e visões de mundo conflitantes, a comunidade estudada apresenta motivação e estrutura para participar de um diálogo sobre conservação - diálogo este que deve encontrar, nas diversas realidades, uma possibilidade de ampliar a compreensão individual e coletiva sobre a melhoria da qualidade de vida, especialmente onde os laços de afeto e de pertencimento ao lugar permitam a abertura necessária para tal debate. Torna-se, assim,

necessário aprofundar a atenção e fomentar o debate entre as comunidades vizinhas e as RPPNs de todo o país, no sentido de que esse diálogo pode ser revelador de atitudes convergentes aos objetivos de conservação ambiental, associado ao desenvolvimento social ampliando assim a escala de conservação ambiental.

As escolhas teórico-metodológicas foram conduzidas por um campo considerado importante no contexto da realidade do estudo de caso: contudo, a complexidade da compreensão desse lugar em processo de intensas transformação envolve o conjunto dos demais atores sociais (proprietários de sítios, proprietários de fazendas de gado, rizicultores, silvicultores e novos moradores provenientes de centros urbanos) que não puderam ser analisados em profundidade, e sob a mesma ótica teórica, em virtude da limitação do tempo desta pesquisa. São, todavia, reconhecidos como elementos importantes para a compreensão da dinâmica de transformação desse lugar e constituem tema a ser desenvolvido em futuras pesquisas.

Referências Bibliográficas⁶⁵

Alencar, E. (1999). *Introdução à metodologia de pesquisa social*. MG. UFLA: Lavras.

Becker, H. S. (1997). *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: HUCITEC.

Berque, A. (1998). *Paisagem-Marca, Paisagem- Matriz: elemento para uma geografia cultural*. In Correa, R.L. & Rosendahl, Z. (orgs.). *Revista Geografia Cultural. Paisagem, Tempo e Cultura* (pp. 84-92). Rio de Janeiro, RG: UERJ.

Bezzi, M. L., & Marafon, G. J. (2005). *Historiografia da ciência geográfica*. Santa Maria: UFSM, CCNE.

Bosi, E. (1973). *Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP.

Bosi, E. (2003). *O tempo vivo da memória*. São Paulo: Ateliê Editorial.

Borrini-Feyerabend, G. *Manejo Participativo de Áreas Protegidas. Adaptando o Método ao Contexto*. Temas de Política Social. Quito: UICN-SUR.

Brandão, C. R. (org.). (1994). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense.

Brandão, M. H. N. (1993). *Introdução a análise do discurso*. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

Buttimer, A. (1985). *Apreendendo o dinamismo do mundo vivido*. In Christofolletti, A., *Perspectiva da Geografia*. (pp. 165-195). São Paulo: Difel.

Cardoso, R.(2004). *A Aventura Antropológica*. 3ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra.

⁶⁵ De acordo com o estilo APA – American Psychological Association

Claval, P. (2007). *A Geografia Cultural*. (Luíz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. trads.). 3^a ed. Florianópolis: Editora da UFSC.

Claval, P.. (1997). *As abordagens da geografia cultural*. In Castro et al. (org.). Explorações Geográficas - percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Cerdan, C & Vieira, P. F.(2009). *Desarrollo territorial sustentável em la zona costeira del Estado de Santa Catarina – Brasil: Definición de estrategias integradas y basadas en la valorización de la identidad cultural de las comunidades pesqueras tradicionales*. Florianópolis: CIRAD/UFSC. Recuperado em 02 dezembro de 2010, de <http://nmd.ufsc.br/files/>

Confederação Nacional de RPPN – CNRPPN. Cadastro Nacional de RPPN. 2010. Recuperado em, 02 de fevereiro de 2010, de <http://www.rppnbrasil.org.br/>

Cosgrove, D. (1998). *A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas*. In Correa, R.L. & Rosendahl, Z. (orgs.). Revista Geografia cultural. Paisagem, tempo e cultura. (pp. 92-122). Rio de Janeiro: UERJ.

Christopoletti, Antônio. (1985). *Perspectivas da Geografia*. 2^a ed. São Paulo: DIFEL.

Demo, P. (1989). *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. 2^a ed. São Paulo. Atlas.

Denzin, N. K. (1994). *Interpretando a vida das pessoas comuns: Sarte, Heidegger e Faulkner*. Dados – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v 27, n 1.

Decreto n. 98.914 de 31 de janeiro de 1990. Dispõe sobre a instituição, no território nacional, de Reservas Particulares de Patrimônio Natural, por destinação do proprietário. Brasília. DF.

Decreto n. 1.922 de 05 de junho de 1996. Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, e dá outras providências. Brasília: DF.

Decreto n. 5.746 de 04 de abril de 2006. Regulamenta o art. 21 da Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília, DF.

Diegues, A.C. (2010). *O Mito Moderno da Natureza intocada*. 3ª ed, São Paulo: Huncitec.

Duarte, R. (2004). *Entrevistas em Pesquisas Qualitativas*. Curitiba: UFPR. Revista Educar, n 24. (pp. 213-225). Recuperado em 10 de novembro de 2008, de <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/viewArticle/2216>

Duarte, R. (2001). *Pesquisa qualitativa: reflexões sobre trabalho de campo*. Campinas: Cadernos de Pesquisa. Revista Educar. (pp. 139-154).

Duarte, M. B & Matias, V.S. (2004). *Reflexões sobre o espaço geográfico a partir da fenomenologia*. Recuperado em 03 de junho de 2005, http://www.ig.ufu.br/revista/volume16/artigo17_vol16.pdf

Ferreira, M. L.; Castro, R. G. S. & Carvalho, S. H. C. (2004). *Roteiro metodológico para elaboração de plano de manejo para as Reservas Particulares de Patrimônio Natural*. IBAMA, Brasília.

Freire, P. (2002). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 21ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (2010). *Pedagogia do Oprimido*. 49ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Gil, A.C. (2007). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5ª ed., São Paul: Atlas.

Giovanelli, J.G. R & Cantagallo, C. (2006). *Conservação Ambiental através de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN)*, Revista LOGOS, nº 13.

Geertz, C. (2001) *Nova Luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Haguette, T. M. F.(1987). *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Vozes.

Holzer, W. (2010). *A influência de Eric Dardel na construção da Geografia Humanista Norte Americana*. In XVI Encontro Nacional de Geógrafos, (Trabalho apresentado no Espaço de Socialização de coletivos “perspectivas fenomenológicas da geosofia”. Porto Alegre.

Juliano, A. M. (2008). *RPPN: um novo conceito de propriedade*. São Leopoldo: Oikos.

Langholz, J.; Lassoie, J. & Schelhas, J. (2000). *Incentives for Biological Conserveation: costa Rica's Private Wildlife Refuge Program*. Conservation Biology. Taiwan.

Langholz, J. (2002). *Parques de propriedade privada*. In Terborgh, J. et al. (Org.) Tornando os parques eficientes: Estratégias para a conservação da natureza nos tópicos. Curitiba: UFPR/Fundação O Boticário.

Laplantine, F. (1988). *Aprender Antropologia*. 20^a ed. São Paulo: Brasiliense.

Leite, A. F. (1998). *O Lugar: Duas Acepções Geográficas*. Anuário do Instituto de Geociências – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Vol 21

Leff, E. (2004). *Saber Ambiental: sustentabilidade, complexidade e poder*. Petrópolis: Vozes.

Levy, D. (2004). *Como originar e operar um programa bem sucedido de apoio às RPPN*. In Castro, R. & Borges, M. (Orgs.) RPPN: conservação em terras privadas, desafios para a sustentabilidade. Planaltina do Paraná: Edições CNRPPN.

Lück, H. (1991). *Planejamento em orientação educacional*. 10^a ed. Petrópolis: Vozes.

Loureiro, W. & Martinez, A. (2004). *Sustentabilidade das Reservas Particulares do Patrimônio Natural: ICMS Ecológico como instrumento de apoio as RPPNs do Paraná*. In.

Castro, R. & Borges, M. E. (orgs.). RPPN: conservação em terras privadas, desafios para a sustentabilidade. Planaltina do Paraná: Edições CNRPPN.

Machado, C.M.M. (2007). *Paisagens reveladas no cotidiano da periferia*: Distrito de Brasilândia, Zona Norte do Município de São Paulo. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo.

Machado, L. M. C. P. (1998). *Serra do Mar Paulista: um estudo da paisagem valorizada*. Tese de Doutorado, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. UNESP Rio Claro, São Paulo.

Machado, M. (2007). *Reservas Particulares no Estado de São Paulo: avaliação da efetividade na conservação da natureza*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Machado, M. & Mantovani, W. *Características das reservas particulares do patrimônio natural (RPPN) do Planalto Paulistano*. Anais. In Congresso Brasileiro de unidades de conservação. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à natureza. CD – Rom.

Maciel, C.A. (s/d). *Morfologia da Paisagem: e imaginário geográfico*: Uma encruzilhada Onto-gnoseológica. Recuperado em 25 de novembro de 2008, de http://www.uff.br/geographia/rev_06/caio6.pdf

Magnani, J. G. C. (2002). *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*. In Revista Brasileira de ciências sociais, Vol 17 n49 São Paulo Recuperado em 02 de fevereiro de 2008 de <http://www.n-a-u.org/DEPERTOEDENTRO.html>

Melo, A. L.; Valcarcel, R. & Mesquita, C.A.B. (2004). *Reservas Particulares do Patrimônio Natural em Silva Jardim, Rio de Janeiro: perfil e características do manejo*. In IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Anais. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza e Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação.

Melo, A. L. (2008). *Programa governamental de RPPN: percepções, implementação e estratégias para uma abordagem em nível estadual*. Comunicação. In Congresso Interamericano de Conservação em terras privadas. Rio de Janeiro: CNRPPN; TNC; IBio; APN; IEF-RJ.

Mello, J. B.F. (1990). *Geografia Humanística: a perspectiva da experiência vivida e uma crítica radical ao positivismo*. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, n 52.

Mesquita, C.A.B. & Vieira, M.C.W. (Orgs.). (2004). *RPPN - Reservas Particulares do Patrimônio Natural da Mata Atlântica*. Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. São Paulo.

Mesquita, C.A.B. (2004a). *RPPN da Mata Atlântica: um olhar sobre as Reservas Particulares dos corredores de biodiversidade Central e da Serra do Mar*. Conservação Internacional. Belo Horizonte, MG.

Mesquita, C.A.B. & Leopoldino, F.S. (2002). *Incentivando e apoiando criação, manejo e integração entre Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN)*. In III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Anais. Curitiba: Rede Pró-Unidades de Conservação e Fundação O Boticário de Proteção à Natureza.

Milano, M. S. (2001). *Unidades de conservação: técnica, lei e ética para a conservação da biodiversidade*. In Bejamin, A.H. (Coord.) Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Milano, M. S. (2002). *Por que existem as unidades de conservação*. In III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Anais. Curitiba. Fundação O Boticário de Proteção à Natureza.

Miller, K. (1997). *Em busca de um novo equilíbrio: diretrizes para aumentar as oportunidades de conservação da biodiversidade por meio do manejo biorregional*. Brasília: Ibama.

Moraes, A. C. R.(2002). *A Gênese da Geografia Moderna*. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC.

Morsello, C. (2001). *Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo*. São Paulo: Annablume, Fapesp.

Morsello, C. & Mantovani, W. (1997). *Mecanismos de seleção de RPPN: uma crítica*. In I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Anais. Curitiba: IAP Universidade Livre o Meio Ambiente/Rede Pró-Unidades de Conservação.

Oliveira, M. C.C. (2009). *Diversidade socioambiental e as dinâmicas das relações sociedade-natureza em áreas de fronteira agrária na Amazônia oriental*. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre. Orientador: Jalcione Almeida.

Rocha, D. & Deusdará, B. *Análise do Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória*. Alea : Estudos Neolatinos Alea vol.7 no.2 Rio de Janeiro. Recuperado em 18 de março de 2011, de <http://www.scielo.br/pdf/alea/v7n2/a10v7n2.pdf>

Romanelli, G. (1998). *A entrevista antropológica: troca e alteridade*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (1992). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Sandeville, J. E. (2003). *Gestão da Paisagem? A natureza das dificuldades*. In Revista eletrônica Paisagem em Debate USP. V 01, Recuperado em 12 de dezembro de 2007, de <http://www.usp.br/fau/deprojeto/gdpa/paisagens>

Sandeville, J. E. (2004). *Paisagens e Métodos: Algumas contribuições para elaboração de roteiros de estudo da paisagem intra-urbana*. In Revista eletrônica Paisagem e Ambiente USP. Recuperado em 30 janeiro de 2008, de <http://www.ambiente.arq.br/publicacoes/artigos/2%20analises%20de%20paisagens.pdf>

Sandeville, J. E. (2005). *Paisagem*. In Revista eletrônica Paisagem e Ambiente USP. v. 20. Recuperado em 30 janeiro de 2008 de, <http://www.ambiente.arq.br/iniciar.html>

Sandeville, J. E; Broering, A & Machado, C. (2010). *Paisagem, Cultura e Participação Social*. In Anais... I Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto: Desafios e Perspectivas. Belo Horizonte – MG. 1 CD-Rom.

Sandeville, J. E. (2011). *Paisagens Partilhadas*. Concurso para Livre-Docência, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo.

Santos, M. (1999). *A natureza do espaço*. 3^a ed. São Paulo: Hucitec.

Santos, M. (1979). *Espaço e Sociedade*. Petrópolis: Vozes.

Santin, L. (2005). *O papel dos sistemas locais de conhecimento agroecológico no desenvolvimento territorial sustentável: estudo de caso junto a agricultores familiares no litoral Centro-Sul do Estado de Santa Catarina*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. Florianópolis, UFSC.

Sauer, C. (1998). *Morfologia da Paisagem*. In Corrêa, R. L. & ROSENDAHL, Z. (Orgs) *Revista Geografia Cultural. Paisagem, Tempo e Cultura* (pp. 12-75). Rio de Janeiro: UERJ.

Silveira, C.F.A. (2008). *Lá e aqui: Estudo das práticas de transformação da paisagem em comunidades da Zona da Mata Mineira*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Souza, P.R.P. (2002). *Além do Estado: os papéis da iniciativa privada e do terceiro setor na implementação e manejo de unidades de conservação*. In Milano, M. S. (Org.). *Unidades de conservação: atualidades e tendências*. Curitiba: Fundação O Boticários de Proteção à Natureza.

Swift, B. & Bass, S. (Org.). (2003). *Conservación Privada en Latinoamérica: herramientas legales y modelos para el éxito*. Environmental Law-Institute. México: Pronatura Asociación Civil.

Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação (o positivismo, a fenomenologia, o marxismo)*. São Paulo: Atlas.

Troll, C. (1980). *A paisagem geográfica e sua investigação*. Revista Espaço e Cultura n. 4, Rio de Janeiro: UERJ-NEPEC.

Tuan, Yi-Fu. (1980). *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. (L. Oliveira, trad.). São Paulo: Difel.

Tuan, Yi-Fu. (1983). *Espaço e Lugar. A perspectiva da experiência*. (L. Oliveira, trad.). São Paulo: Difel.

Tuan, Yi-Fu.. (1985). *Geografia Humanística*. In Christopoletti, A. Perspectivas da Geografia. (pp. 143 – 165). São Paulo: Difel.

Vieira, F. G. D. (2002). *Empresa Privada e Terceiro Setor Perante o Meio Ambiente: Relações possíveis, amores improváveis*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

Vieira, P. F. (Coord.). (2007). *Diagnóstico Socioambiental Exploratório e Subsídios para a Definição de Uma Estratégia de Desenvolvimento Territorial Sustentável no Município de Paulo Lopes*. (Relatório elaborado no âmbito do Núcleo Transdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento (NMD) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, UFSC. Recuperado em 15 de novembro de 2009, de <http://nmd.ufsc.br/files>

Wiedmann, S. M. P. (1997). *As reservas particulares do patrimônio natural*. In I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Anais. Vol. II. Trabalhos Técnicos. Curitiba: IAP Universidade Livre o Meio Ambiente/Rede Pró-Unidades de Conservação.

Wiedmann, S. M. P. (2001). *Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN – na Lei nº. 9.985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC*. In Benjamin, A. H. (Coord.). *Direito ambiental das áreas protegidas*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman.

Apêndice A – Protocolo de campo

Lembramos, como foi citado nos “procedimentos metodológicos”, que este protocolo foi adaptado conforme o contato com os moradores se aprofundava, servindo de guia para o que busquei. Muitas vezes não foram necessárias algumas perguntas, pois elas surgiam naturalmente no contexto da conversa.

Protocolo de Campo

Objetivo: identificar e compreender como a comunidade do entorno da RPPN Passarim se relaciona com a paisagem e com as áreas de conservação; Identificar o potencial de organização da comunidade e seu interesse em uma gestão participativa da paisagem; Identificar as práticas sociais divergentes e convergentes ao objetivo de conservação

1. Dados de identificação do entrevistado:
Nome:
Idade:
Morador há quanto tempo na região: Origem:
Sobre a família: (quantas pessoas há na sua família? Trabalham? trabalham juntos? o que fazem quando não estão trabalhando?)
2. Atividade produtivo-econômica: Onde é comercializado? Tipo de cultivo (convencional ou orgânico)? Tem ou teve algum tipo de apoio da Epagri (Empresa de Apoio Técnico a Agricultura do Estado de SC)? Tamanho da propriedade?
3. Vê-se praticando outra atividade econômica? Qual?
4. Fale sobre o que mais gosta na região? E o que menos gosta?
5. Fale sobre conservação? (Já ouviu falar? Sabe o que é?)
6. O que acha de espaços destinados à conservação? (São importantes? Não são importantes? Prejudicam o que? Melhoram o que?)
7. Já teve algum contato com atividades ligadas à conservação? Quais? Organizadas por qual instituição (municipal, estadual, ONG, comunidade, proprietários da RPPN)?
8. Como vê o turismo na região? Ele é ligado a que aspectos? (da paisagem, água, mata, comunidade, cultura, agricultura)?
9. Conhece a RPPN Passarim?
10. Como é a sua relação com os vizinhos? (São amigos? São parentes? Você os encontra em que situações?)
11. Participa ou já participou de algum grupo comunitário?
12. Utilizava a área da RPPN para alguma atividade? Qual? Antes de ser RPPN?
13. Conhecia os antigos donos da área onde hoje é a RPPN? Como era a área?
14. Qual a sua expectativa ou o que espera de uma RPPN como vizinha? Onde ela pode melhorar o seu dia-a-dia, sua prática econômica, etc?
15. Você percebeu um aumento de carros e pessoas na região depois da criação da RPPN? O que acha disso?
16. O que você melhoraria na região? Por quê?
17. De onde vem sua água? Ela é de boa qualidade?
18. E seu lixo (resíduo) para onde vai?

19. Já ouviu falar em conselho gestor/conselho consultivo? O que acha que deve ser um conselho gestor?
20. O que vem à sua cabeça com o termo “gestão participativa”?
21. Você participaria de uma espécie de grupo (conselho) para orientar e definir diretrizes para a gestão comunitária da paisagem?
22. Como você vê a gestão da área da RPPN e do entorno?
23. O que teria de fazer para melhorar a RPPN e o entorno? Você vê alguma forma de contribuir com isso? Como organizaria essas ações que você sugere?

Apêndice B – Transcrições entrevistas

Transcrição dos cinco instrumentos de análise, baseados na comunicação oral. Sendo entrevistas semi-estruturadas e conversas mais livres, a partir de um protocolo de campo, ver no Apêndice A.

Interlocutor: Dorotéia (conhecida como Dono Rola)

Data: 10 fev/2011.

Duração: 3 horas de contato (conversa; apreciação de fotos antigas; visita a sua propriedade na Tigela) sendo 57 minutos de gravação

Local: Casa da filha localidade de Penha; visita a sua propriedade da Tigela; apreciação de fotos antigas de sua casa da Penha.

Tamanho da propriedade: 38hectares

Característica principal do instrumento: narrativa de vida e conversa informal

Dona Dorotéia morou 50 anos da Tigela (a oeste da BR-101) e há quatro anos mora na Penha (a leste da BR-101), distante 2 km de sua propriedade. Localidade sem muita ligação mesmo sendo próximo, por conta da divisão da BR 101.

Quais as lembranças da Senhora com relação à vida na Tigela?

Dona Dorotéia: Naquele tempo né, era mais mata, tinha mais habitante, ali já era um lugar de pouca gente, mais aquele pouco saiu mais ainda.

A Senhora tem idéia para onde essas pessoas antigas foram?

Dona Dorotéia: Uns se mudaram para Penha ou para outras cidades e outros faleceram, aí os filhos não querem ficar lá, hoje em dia é tudo na base do emprego, naquele tempo nos vivia da agricultura, e na agricultura tem que tá lá, no interior, pra fazer a horta, criar o galo, o gado, as cabras, etc.

A Senhora trabalhava com a agricultura?

Dona Dorotéia: Toda vida na roça, criei meus 6 filhos tudo na roça.

O que vocês plantavam lá?

Dona Dorotéia: Agente plantava a mandioca, aipim, tinha o moinho, e fazia a farinha, tem até hoje o moinho e o forno, quer dizer o forno me roubaram esses dias, por lá tá meio abandonado agora, desde que me mudei aqui para casa dessa filha vou pouco lá. Tem um vizinho que fizemos troca, ele põe umas vacas dele lá para pastar na minha terra, em troca da uma olhada na casa e trata de umas vaquinhas minha lá.

Quando morava lá plantava a cana, que fazia o açúcar e o melado, arroz... pouco a gente precisava das coisa do mercado, quase tudo a gente tinha lá. Lá tem o engenho e a minha primeira casinha

velhinha ta lá, e a minha morada mesmo mais nova... é essa aqui ao lado, que eles desmancharam e trouxera pra cá, no lado da minha filha, depois que fiquei viúva.

Neta: La é muito legal, tem até um rio, tem cachoeira.....Vamu lá conhecer, vamu, vamu vó mostrar pra ela.

Dona Dorotéia: Hoje tem uma pessoa cuidando, pelo terreno que eu emprestei pra ela botar um gado dele lá. Lá tem só 6 hectares não dá pra pôr muito gado, nem sei quanto de gado ele tem lá. Tenho um terreno mais acima, de 32 hectares, que estou querendo vender, era herança do pai dele (sogro) no morro. Ai ele (meu marido) foi comprando dos irmão e cunhado e foi aumentando as terras. Mas hoje tenho que vender, por que nenhum filho quer aquilo lá.

Agente criava um gadinho, um leitão, galinha, peru, a gente vendia um pouquinho de cada coisa, leite... banha de porco... isso quando os filhos era pequeno, porque depois apareceu o colesterol em casa e ai acabou-se a banha, o porco... risos. Tinha arroz também.

Depois que os filhos saíram, perto dos 20 anos, pra trabalhar, ficamos sozinhos lá. Hoje mora 1 em Imbituba e 2 na Palhoça, e as 3 mulheres saíram quando casaram, também perto dos 20 anos. Só a mais nova casou-se com 15 anos. Ai eu e meu marido ficamos lá, criando gadinho, plantando a roça de cana na beira da estrada, aipim, feijão, tudo pra come né, ai fomos ficando, porque já éramos velhos não tinha como emprega, ai tinha todo o terreno pra cuidar e fomos ficando...

E a vizinhança como era?

Dona Dorotéia: Era boa, mais não tínhamos muito contato com os vizinhos, nunca tive vizinho muito perto de mim, e ainda tinha muito trabalho todos os dias. Ele cedo vinha até a Penha de bicicleta pra trazer o leite das meninas (netas), depois voltava e lidava com a terra e as coisas de casa até a hora de dormir.

Já teve estufa de fumo ali onde eu moro. Conhece o Pedro Bez? A estufa de fumo era do pai dele. Tinha fumo ali na baixada e lá em cima onde hoje é a Passarim tinha também, no tempo dos antigo. Lá em cima é que tinha uma população maior, ai foi se acabando. Agora por causa da Cascata já tem uma populaçãozinha lá, mais muito pouco. Mas daqueles antigo não tem mais nenhum lá...

Naquele tempo as coisas era melhor, porque não existia tanta ganância como hoje. Naquele tempo a mulher podia ficar em casa cuidando dos filhos, viajava de pé. Hoje já tenho medo por causa do perigo. Ali onde eu moro nunca foi de ter vizinho perto. Naquele tempo era tudo mais sem luxo, tudo era bom pra gente criar uma criança... hoje é tudo na melodia, tudo no estudo, tudo mais... né?

Mais difícil a Senhora acha?

Dona Dorotéia: Parece que sim.... de um lado mais difícil e por outro mais fácil né. Na naquela época os meus filhos caminhavam 40 minutos de casa até a escola. Que é aquela ali de janela marrom... (me aponta a escola) agora hoje passa a van na porta e ainda não querem ir. Os meus filhos nunca disseram que não queriam vir pra escola... claro porque senão viesse tinha que ir pra roça. Risos. E hoje as criança não querem estudo né. Os 2 primeiros filhos estudaram na escola rural lá na Tigela mesmo... os outros 4 já vieram pra cá. (Escola rural desativada há 8 anos)

A Senhora que conheceu toda a região no passado e conhece hoje, o que acha? O que mudou naquela paisagem?

Dona Dorotéia: *O que é que vou te dizer.... naquele tempo era mais mata.. e hoje é mais pastagem. Hoje eles tão fazendo sítio e vende pras pessoas melhores, pagam empregado né.. Tem o exemplo do terreno que era do Sr Menininho, lá em cima antes da Cascata, ali era tudo mata virgem e hoje é tudo pasto, eles botaram fogo em tudo há pouco tempo. Eles fazem isso mas deixam na mão dos empregados... ali ele tem problema com o IBAMA, assim a gente escuta né.*

Do que a Senhora mais gosta de lá?

Dona Dorotéia: *Gostava da minha morada, da mata, da distância, das criação. Agente hoje não pode manter, mais se eu tivesse uma companhia lá eu estaria até hoje, não tinha vindo pra cá não. Eu gosto muito de lá. Agora aqui é mais perto de tudo, agora com a idade avançada né.*

Do que a Senhora menos gostava lá?

Dona Dorotéia: *Parece que não tinha nada.... risos. Nos nunca tivemos carro, andávamos só de carro de boi e depois de bicicleta, então distância era uma coisa ruim... mais por causa da idade né.*

O que a Senhora acha que melhorou?

Dona Dorotéia: *Acho que as condições né. Hoje pras crianças o carro da escola vem na porta. Porque naquele tempo não tinha isso. E bem dos antigo, as estradas era feito tudo a braço, era tudo manual... então era ruim.*

Outra coisa que foi bom num momento, e noutro momento foi ruim, foi a dragagem das águas. Porque quando eu tinha 19 anos, quando cheguei lá, o caminho das águas não era o mesmo. Naquele tempo dava enchente e ficava água 2, 3 dias, ai eles drenaram as águas, porque ela parava lá num brejo grande, preto, e ali ela ficava dias né. Isso antigamente foi bom, mais hoje em dia foi ruim porque secaram as águas, uma porque não tem mais a mata em volta e outra por conta dos arrozais.

E piorou o que?

Dona Dorotéia: *Mas hoje é ruim porque as nascente secaram, por hoje não tem mais a mata em volta dos rios, ai secou as águas. Piorou as águas. Naquele tempo era ruim porque enchia, mais também tinha muita água. Outra coisa ruim é que naquele tempo nunca se ouviu falar de ladrão na Tigela e hoje eles tão por lá.*

O que a Senhora acha de ter que conservar a mata?

Dona Dorotéia: *É...hoje a coisa já é mais evoluída né...tem a Reserva lá dos americano, mais eu não conheço, nunca fui lá. Mais a minha netinha conhece, já foi com a escola lá.*

Tem o parque. Quando eu fiz o inventário do meu falecido marido, o advogado foi na Palhoça pra ver se o IBAMA não pegava né...ai não...tenho uma certidão. (se referindo ao não pertencimento ao PEST)

Tem aquela lei que não pode mexer na mata nativa né... só se tiver um plano de corte...mas quem tem isso.. isso custa dinheiro né.

Então tudo isso...é assim: num momento é bom e noutro é ruim. Porque desmata a mata nativa... então tem que cortar e plantar né. Naquele tempo o pessoal pegava muita lenha pra cozinhar, e pra poder criar alguma coisa tivemos que desmata, porque era só mato... tivemos que tirar umas madeiras de serra pra minha casa.

Então é o que eu digo, as coisa são assim... num momento é bom e noutro é ruim... naquele tempo podia, precisava, nos tirava muita lenha, madeira pra casa... nós botamos muita madeira de lei no chão a braço pra fazer nossa morada. Madeira da serra.

Madeira de serra que a Senhora diz é o que?

Dona Dorotéia: *É madeira de lei, madeira boa, canela, peroba.*

Ali onde eu morava tinha caminhão que entrava no nosso terreno pra pegar madeira, madeira mole de várzea, pra lenha né, nos vendia um pouco né.

E a conversa continuou após a chegada da filha Patrícia, que me questionava sobre os objetivos da pesquisa, transparecendo certa desconfiança. Esclareci e a conversa continuou em um clima mais descontraído com café e bolo. Após o café, Dona Dorotéia me leva até seu quarto para mostrar alguns retratos e depois junto com as 2 netas fomos até a morada (como ela gosta de se referir a casa) na Tigela.

Destaque de fala da filha Patrícia: *Eu tenho lembrança dali, mas não subia lá pra cima, eu gostava de morar lá, depois de casada eu ficava lá direto, porque meu marido era caminhoneiro, viajava e eu pra não ficar sozinha, tava sempre lá na mãe. Ai depois que as meninas nasceram nos só vamos pra lá nos sábados e domingos.*

Interlocutor: Sr José Correa (conhecido como Nenê) e Senhora Tereza Correa

Data: 27 nov/2008.

Duração: 1 hora e 30 minutos sendo 53 de gravação.

Local: propriedade do casal, próximo a porteira e depois na casa para água e café.

Tamanho da propriedade: 79 hectares

Característica principal do instrumento: entrevista e conversa informal

Como é a historia de vida de vocês com essa propriedade e esse lugar? Quando ela começou, como foi, porque escolheram aqui?

Sr. Correa: *Nos temos esse terreno aqui há 30 anos, quando nos chegamos aqui não tinha nem estrada, eu mesmo é que fui abrindo. Mas hoje nos estamos um pouco aqui e um pouco na casa dos filhos em Biguaçu (região metropolitana de Florianópolis) e aqui criamos um gado, galinha, porco... pro gasto hoje. Antes eu plantava banana, cana, aipim... pro gasto e pra família, o pouco que sobrava nos vendíamos, mais a família é muito grande né... são 11 filhos.*

Mais aqui mudou muita coisa, era tudo abandonado... era tudo pessoa pobre e muito difícil de vive, só morava aqui o Sr Antonio o pai do Adonizete e tinha uma Serraria ali (onde hoje é a RPPN) o resto o pessoal tinha saído tudo, ai fomos botando estrada, daqui até o morro agudo que não varava mais nada, eu mudei muito, ai o pessoal começou entrar... hoje tem bastante proprietário que o pessoal compra muita terra né... mas naquele tempo o pessoal não queria aqui nem dado... o mato não era valorizado como é hoje.

Fala de dona Tereza: *Mas aqui mudou muita coisa, mudou de um jeito... mudou uma coisa... não tinha estrada era aquele matão... mas o pessoal podia derrubar um mato pra fazer uma roça pra plantar um milho, um feijão, mas o IBAMA não aceita então ta virando tudo muito mato, mas o pessoal só não passa fome por pega mesmo assim, e vai comprar no comércio pelo preço da morte...isso ai não podia acontecer...Porque por exemplo quem que vai comer mato, pau? Tem que derruba um pouco, tem que ter uma roça, uma plantação.*

Aqui nos fizemos muito pela propriedade. Fizemos açude pra peixe, abrimos estrada no terreno. Aqui são 69 ha de escritura pública, e mais 10 ha de escritura de posse. Há 30 anos não tinha pasto, só capoeira, porque o pessoal plantava e depois que não dava mais nada deixa ai abandonado e o mato vinha de novo. Aqui tinha fumo, ali no terreno da Reserva teve muito fumo.

Então por exemplo, a gente quer plantar uma coisa e como que vai plantar. Nos aqui tamu com essa casa que ta tudo podre, e nós não podemos tirar uma madeira pra dar uma reformada na casa, eu acho que nos podemos aproveitar 5% do que a gente tem, porque a gente vai no mercado comprar uma madeira ruim, eucalipto, é um preço medonho, então se eles liberasse ao menos um pouquinho a gente ficava contente. Agora mesmo com essa chuva toda carregou nossa ponte, e nós não temu como arruma, porque não tem madeira e comprar uma madeira de ponte é caro.

Sr. Correa: *ai mas eu falo muito não deixa vc trabalha... risos*

Senhora Tereza: *eu também o que gosto mesmo é de conta causo.... minhas filhas dizem que eu falo demais, que elas nunca me coloquem no asilo, porque vou atrapalhar os outros velhos... risos.*

Questionaram-me sobre meus estudos, onde moro de onde é minha família, se estava grávida. Falaram das profissões de todos os filhos, do trabalho dele.

O que vocês mais gostam aqui?

Sr. Correa: *Sossego, é uma maravilha, a gente dorme sossegada, levanta sossegada, a gente trabalha quando quer, porque nos já somos velhos. Nós botemos autoridade aqui nesse lugar pela amizade, nós que botamos placas de sinalização, aqui entrava muita gente fazendo badernada, ai nós botamos portão com chave, no começo nos achamos estranho mais agora acostumamos. Nos tamu limpando as cachoeiras sempre. Aqui nos temos muita água, cachoeira boa linda mesmo..é uma riqueza...*

Olha eu me lembro que há 30 anos, quando deu uma enchente feia no sul do estado, eu fui transferido do oeste para o sul pra ajudar a reconstrução das estrada lá. Ai nos no ônibus com um monte de gente , tinha um padre que parou ali no morro dos Cavalos e disse: “eu tenho um projeto pra não desmata de lá do Cambirela até Paulo Lopes (apontando), mais toda essa área da Serra do Tabuleiro, porque se continuar daqui a 20 anos nos não teremos mais uma gota de água pra beber”. E todos ouviram e começamos a rezar um rosário e depois nos benzeu.

Isso se referia a criação do Parque Serra do Tabuleiro? Que veio bem nessa época?

Sr. Correa: *Me parece que sim, mais eu nem ninguém sabia disso.*

Vocês não se imaginam fazendo algo diferente aqui na propriedade ligado a essa cachoeira linda?

Sr. Correa: *Ai sim era importante. Até que sim nos fazia isso.*

A prefeitura aqui não ajuda nada, nos somos esquecidos aqui. Aqui eu tive que gastar 300 reais de madeira pra fazer os mata burro. Porque com estrada ruim não vem ninguém.

O que vocês acham de conservação da mata?

Sr. Correa: *Eu acho que onde é a Reserva tem que conservar, porque se não fizer isso vai acabar. Ai eles mantêm tudo com muito mantimento e tal.*

Dono Tereza: mis se a gente vai lá com uma banana os bicho avançam na gente, porque eles tem fome. Eles têm que ter fruta também pra comer, tem que plantar... aqui eu plantei 10 anos esses 2 pés de pêra e agora ta ai pra nos e pros bichos comer. Eu sou de acordo de adorar a mata. Por exemplo, a Senhora ta pra ganhar uma filha, se não guardar um pouco ela vai ter 15 anos e vai perguntar... mãe como que é um pé de palmito?

Como é a caça aqui?

Sr. Correa: *Ah isso tem bastante... Há 20 anos, eu levei dois na delegacia que eu peguei aqui dentro cortando palmito. Agora pouco eu achei 300 e pouco cabeça de palmito ai eu liguei pra ambiental, mais ai veio a policia não pegaram os caras e ainda levaram os palmito tudo pra eles.*

O que menos gostam?

Sr. Correa: *Aqui tem que melhora muita coisa, se pudesse trabalha com o turista, a estrada, tinha que valoriza tudo aqui. Eu tava pensando em bota aqui a venda. E morar na cidade, em Biguaçu, perto do bairro Bom Viver, conhece? Pra gente que não liga de ta desempregado, mais os outros ficam só olhando a gente que não trabalha. Eu fico só observando lá todo muito trabalha fora, tem carro, minha casa é na esquina eu fico o dia todo me admirando do movimento que tem lá.*

A gente tem lugar pra caminha aqui, nos acordamos cedo e não paramos o dia todo. La na cidade não da pra fazer isso. Ficamos sem fazer nada o dia todo, só olhando o movimento.

Aqui nos tínhamos um pessoal pra nos ajudar mas ela não dá, não pega junto. Era um funcionário que o patrão da minha filha pagava. Mas ele disse que não vai mais pagar, porque assim nos não queremos.

Vocês participam de algum grupo?

Sr. Correa: *Sim, uns vez por mês eles vêm em casa fazer reunião, é da igreja mas eles falam muito de conservação de água, é bem batido isso.*

E o turismo como é aqui?

Sr. Correa: *Aqui quando a estrada ta boa vem muita gente, lá pra Cascata Encantada. Aqui nos temos um açude que a água dá pra pegar no copo e tomá vem direto da nascente e não tem ninguém e nada. A parte da Tigela é até que boa, mais daqui pra BR 101 é uma tristeza a estrada. E pra lá tem mais três vizinhos, o Preto, Sr Zanato (diz que vendeu a área dele não sei se é verdade) e... o... como ele chama mesmo... o outro que não me vem o nome.*

E como é a vizinhança?

Sr. Correa: *Aqui não temos parente nenhum, aqui só tem festa de família, quando nos estamos tudo com saúde vem todo muito aqui faz churrasquinho e ficamos 1 ou 2 dias. Mas quem vê, parece uma colônia de férias de tanta gente...risos.*

Aqui tem grupo comunitário, além da igreja, as pessoas da Saúde, o nome dela é Juliana, ela cuida bem da gente, ela manda até remédio se precisa. Já o pessoal do micro bacias, deixaram nós de fora porque ela veio aqui chama pra reunião e depois não apareceu mais.

Vocês conheciam os antigos donos do terreno da Reserva?

Sr. Correa: *Sim era bem conhecido, da família do Sr Adolfo Borges, de quem nos compremos aqui já é morto. Antes lá o pessoal entrava tudo, lá tinha serraria, tinha 8 a 10 empregado ali, eles moravam ali, e tinha muito búfalos também. Ai ele morreu depois os outros não deram muita bola.*

O que vocês pensaram quando ficaram sabendo que teriam uma Reserva como vizinha?

Sr. Correa: *Nos não achamos que ia fazer bem pra gente sabia...que aqui ninguém vem quase, então nada mudou. Eles não vem aqui visita a gente não, até já convidaram pra gente ir lá, mas como a gente vai?*

Eles teriam que vim buscá-los?

Sr. Correa: *Parece que sim.*

Que mudanças vocês perceberam aqui na Tigela?

Sr. Correa: *Aqui antes de nós comprar morava mais de 40 famílias, por causa da serraria e das plantação de mandioca, cana, cebola, fumo. Aqui tinha até escola. Não tinha nem estrada, não tinha porteira, não tinha ponte, nada, foi nós que fomos fazendo, se não até hoje ninguém subia aqui de carro. Eu que comprei tudo e até dei pra eles lá em baixo. Mas vou dizer que o pessoal aqui não ajuda a gente, os outros falam da gente a gente tem que falar um pouco. Aqui nós passamos um domingo todo e não é capaz de subir alguém aqui pra fazer uma visita, nada. E os vizinhos da direta, é tudo empregado, ai se ele não dá certo, eles mudam e põe outro, então a gente ta sempre com desconhecido né.*

Mais quem visita vocês aqui? A Família?

Sr. Correa: *Hoje a família não vem muito aqui não. Mas quando éramos mais novos oh... vinha gente aqui...Aqui nos temos muitas fotos, a piazada brincava tudo no rio. Tem foto do morro tudo eles se penduram e se jogavam aqui pra baixo.*

Perceberam aumento de carros pra cá?

Sr. Correa: *Sim aumenta muito. É bom. Às vezes passa uma pessoa que é até amigo do prefeito né... ai ele chama atenção de alguém. Quem não é visto não é lembrado.*

O que vocês melhorariam aqui?

Sr. Correa: *Principalmente a estrada, porque sem estrada não se faz nada. A gente pede pro comerciante trazer uma ração aqui. E ai ele desiste por conta da estrada. E também que o IBAMA liberasse um pouco, pra gente derruba uma pouco, pra arruma a casa, uma cerca.*

O que vocês acham que precisa melhorar no lugar?

Sr. Corrêa: *Uma estrada bem boa, mais recurso, que passasse uma lotação aqui a cada 3 dias já tava bom. Porque como nos que não temos carro ficamos aqui preso. Depois uma escola boa.*

Por exemplo se eu botar um galinheiro aqui, já teve uma firma vendo aqui, disse que eu iria conseguir um dinheiro e empregar mais 4 ou 5 empregado, mas aí eles desistiram por causa da estrada. Ia ser para 10 mil frango, o estrume eu também venderia pra adubo, seria tudo bem pensadinho pra não estragar nada. Eu vendia estrume de galinha, eu vendia a galinha aproveitava tudo... mas não deu certo não.

Eu já fiz curso de agricultura orgânica, orientava-nos em tudo lá. Mas aí tem que ter um investimento e alguém que compre e venha buscar né, porque aqui a estrada é muito ruim. Por isso é que eu digo que se a prefeitura fosse mais presente aqui, tudo melhoraria.

Dona Tereza: *Mas esse negócio de preserva é por causa da água. Água não precisa de mata, ela até estraga, com muita mata as raízes chupam água.*

Sr. Correa: *O que chupa muita água, é o eucalipto mulhé. O vizinho aqui plantou 80 mil pés de eucalipto. Ele pagou aí pode né, eu não posso tirar um pesinho de nada. Aqui se paga tudo pode, porque o mesmo que vendeu pra dona Luciana (RPPN) vendeu outra área pra outro lá em baixo e ele desmatou tudo e vez uma extração de areia ainda. Mas é assim, se o cara tem um plano de corte tá dentro da lei... Mas se é lei tem que executa né. Mas esse trabalho da Senhora é muito importante, porque hoje tem lá quantos gravatinha lá tomando o seu café da manhã e a Senhora aqui ouvindo o que a gente tem para reclamar.*

Interlocutor: Adonizete Antônio Marcelino

Data do contato: 28 de novembro de 2008.

Duração: aproximadamente 40 minutos. Entrevista sem autorização para gravações. Feita anotações paralelamente e logo após a aplicação da entrevista semi-estruturada.

Local: dependências da Cascata Encantada, um dos quiosques, onde Adonizete trabalhava carpindo e preparando o jardim do espaço que estava prestes a abrir para os turistas.

Tamanho da propriedade: 40 hectares

Característica principal do instrumento: entrevista semi-estruturada

Nome:/Morador há quanto tempo?/Idade:/Origem:/Sobre a família (quantas pessoas moram? Trabalham? Trabalham juntas? O que fazem quando não estão trabalhando?/Atividade produtiva-econômica/tamanho da propriedade/ apoio instituição de produção?

Adonizete, tem aproximadamente 45 anos, casado e pai de 2 filhos (12 e 10 anos) Mora na propriedade da família (40 hectares) desde que nasceu. No terreno com quatro residências (do pai e da mãe); (dele e família) e dois irmãos com família. Trabalham junto na temporada de verão no empreendimento da família, a "Cascata Encantada" que existe há 13 anos. Área com aproximadamente 3 hectares com piscinas naturais, campo de futebol, restaurante, quiosques e estacionamento.

O que você faz quando não está trabalhando aqui na Cascata Encantada?

Adonizete: Trabalho também como construtor, pedreiro, geralmente fora daqui, em Paulo Lopes, Palhoça, Florianópolis. Mas já trabalhei muito aqui com o pessoal da Passarim (RPPN).

Quando seus pais eram mais novos trabalhavam com o quê?

Adonizete: Quando meu pai e minha mãe ainda precisavam trabalhar, era com agricultura, roça. Eles plantavam mandioca, cana, fumo e outras coisas pra família e um pouco pra vender.

Se vê praticando outra atividade produtiva? Qual?

Adonizete: Sim, pretendo parar com o serviço de construção e trabalhar só com o turismo. Hoje ainda tenho pouco investimento, mas a intenção é viver do turismo.

O que mais gosta na região? E o que menos gosta?

Adonizete: Gosto daqui porque é minha terra natal. Gosto da integração com a comunidade, todos me conhecem aqui, e eu também conheço todos os vizinhos. Eu também gosto do clima daqui, da paisagem. Do valor aos detalhes da natureza. Já o que menos gosto... difícil de falar... acho que nada. Talvez nossa estrada, o acesso podia melhorar.

O que entende por conservação da natureza? (Já ouviu falar? O que achou?)

Adonizete: Acho essencial, tem que ter. Cada vez mais isso vai ser importante.

Como vê o turismo na região? Ele tá ligado a quais aspectos?(da paisagem, comunidade, cultura, agricultura)

Adonizete: Acho importante, pois a comunidade aprende a dar valor ao que tem aqui. A Cascata Encantada é um exemplo, eles vêem a mudança do que é isso hoje, comparado há 13 anos. Isso não era assim, era mais feio.

Como é a sua relação com os vizinhos? São amigos? Parentes? Encontra-se em que ocasiões?

Adonizete: É muito boa, conheço todo mundo aqui, muitos são parentes, meus irmãos e minhas cunhadas, mais tem outros que são amigos. Nós encontramos no grupo da igreja, nas novenas.

Já teve algum contato com atividades ligada a conservação? Quais? Organizado por qual instituição (municipal, estadual, ONG, comunidade, proprietários da RPPN).

Adonizete: Sim. Participei das reuniões pra criação do Instituto Passarim.

Participa ou já participou de algum grupo comunitário?

Adonizete: Sim. Sempre participo. Agora to no grupo da igreja e da ADM (Associação de Desenvolvimento da Microbacia da Penha), mas sempre participei, to sempre envolvido com alguma coisa.

Você utilizava a área da RPPN para alguma atividade?

Adonizete: Sim “puxávamos” madeira de lá. Lá tinha muitas serrarias.

Conhecia os antigos donos? Como era a área?

Adonizete: Conhecia sim. Por último era da família do Sr Pereira, que ficou abandonado depois que ele morreu... a família não quis mais saber da área. Mas antes de ser dele teve outros donos que plantavam cebola lá, fumo e mais antigamente tinha as serrarias. Lá era área de plantação e de retirada de madeira.

Qual a sua expectativa com a chegada da RPPN?

Adonizete: *Ela melhorou minha vida, porque passou a proteger as nascentes de água que descem na minha propriedade. E garante água limpa, pro meu negócio e pra mim, só veio a somar.*

Você percebeu aumento de carros e pessoas na região após a existência da RPPN? O que acha disso?

Adonizete: *Não que tenha me afetado. Muito pouco. Acho que o pessoal que vem para ai é gente boa, gente tranqüila, que não traz problema pra gente.*

O que você melhoraria na região?

Adonizete: *O acesso e as pontes.*

De onde vem sua água? É de boa qualidade? Para onde vai seu lixo, resíduos?

Adonizete: *Nossa água é do morro. Muito boa. Já o nosso lixo hoje tem coleta pública, mas isso foi uma conquista recente, nossa, com muita conversa. Porque antes não entrava o caminhão aqui pra pegar o lixo. Eu aqui também tenho a “casa” de lixo, pois na temporada de verão da muito lixo por conta dos visitantes da cachoeira. E os vizinhos de cima também descem seu lixo às vezes e usam a casinha nossa também.*

Já ouviu falar em conselho comunitário, gestor ou consultivo?

Adonizete: *Sim. Sou o representante legal da comunidade no conselho da ADM – Epagri.*

O que vem a sua cabeça com a palavra “gestão participativa”?

Adonizete: *Alguma coisa boa, porque é conversando que a gente se entende.*

Você participaria de uma espécie de grupo para orientar e definir ações para a gestão comunitária da paisagem?

Adonizete: *Sim, já até participo, o grupo da ADM faz mais ou menos isso.*

Como você vê a gestão da área como um todo, da região aqui?

Adonizete: *Acho que tá balanceado. Tem gente de fora que vem conservar tem gente daqui que planta, cria, trabalha pro turista... acho que tá bom.*

O que você faria para melhorar a RPPN e o entorno? Você vê alguma forma de contribuir pra isso? Como organizaria essas ações?

Adonizete: *Gestão tem que ser junto com a prefeitura, porque nossos recursos financeiros são poucos. Melhorias que teriam de ser feitas pela prefeitura, é a gente que tá fazendo. Como estrada, pontes, coleta de lixo, como fazer gestão sem essas coisas básicas?*

Interlocutor: Benício de Souza

Data: 26 de novembro de 2008; 05 fevereiro de 2009; 18 dezembro de 2009; 11 de março de 2011. Além de contatos telefônicos.

Duração: somados aproximadamente 6 horas. Gravação feita no primeiro contato, no momento em que preparava o solo para o plantio do palmito. Devido ao forte vento, a gravação ficou sem qualidade de áudio com alguns trechos de difícil compreensão, sendo também utilizadas as anotações.

Local: acompanhando o trabalho com o solo; casa; na banca em frente a sua casa; contato telefônico.

Tamanho da propriedade: 8,5 hectares

Característica principal do instrumento: entrevista semi-estruturada, depoimento e conversas informais

Nome:/Morador há quanto tempo/Idade:/Origem:/Sobre a família (quantas pessoas moram? Trabalham? Trabalham juntas? O que fazem quando não estão trabalhando?/ Atividade produtiva-econômica/Tamanho da propriedade/ Apoio de instituição de produção?

Benicio Souza, tem 50 anos, mora há 23 anos na Tigela. Nascido no Guatá, no sul do estado. Veio morar na Tigela por convite do Sr. Nelson Pereira pra quem trabalhou durante 20 anos. Quando veio já era casado e tinha 1 filha, os outros 2 nasceram na Tigela.

Duas filhas já saíram de casa, moram em Florianópolis, e o filho ainda permanece em casa. Vinícius tem 17 anos, ajuda nas atividades de venda e manejo do palmito. Estuda em Paulo Lopes, no ano de 2012 quando termina o ensino médio passará a estudar em Florianópolis, curso técnico.

Benicio vende terrenos na região, cuida das propriedades que ainda não tem morador. Trabalha com o plantio e beneficiamento do palmito; açaí e butiá; comercializa estes e outros produtos na “banca” em frente a sua casa; e abastece três municípios do sul com a polpa do açaí e butiá para a merenda escolar.

(...)E para mim mesmo plantei eucalipto lá no morro, em 5 hectares. Tenho uma plantaçãozinha de palmito para extrair a polpa do açaí e o palmito mesmo...já tenho a despoldadeira, comprei com ajuda dos apoios da Epagri depois do curso que fiz com eles de manejo da polpa.

Se vê praticando outra atividade produtiva? Qual?

Sr. Benicio: Não. É isso aí que eu gosto de fazer isso

O que mais gosta na região? E o que menos gosta?

Sr. Benicio: Da Mata, o verde que tem, da água. Das pessoas. O que menos gosto é o nosso acesso.

O que o Sr. acha da conservação da natureza? (Já ouviu falar? O que achou?)

Sr. Benicio: É uma coisa boa, mais da forma que tá sendo feita isso é ilegal, por que eles não pode fazer isso com as famílias que depende da mata pra sobreviver. Por exemplo, lá no Espriado (comunidade vizinha) tem umas 180 famílias, 5 ou 6 viraram favelados, pois não pode tirar nada. O proibido é ruim. Se o governo deixasse tirar um pouco, não tudo, nunca teria esse estrago, mais não pode nada, aí eles tiram tudo escondido. E também tem o CRETA (grupo de recuperação de dependentes químicos) que fica dentro da área do Parque e eles vão no mato e tiram a mata, tocam fogo, puxam madeira tudo nas costas, isso é errado.

Sabe o que acho, tem que deixar a pessoas trabalhar, o fiscal da FATMA (Fundação Estadual de Meio Ambiente) tem que vim e orientar, e não deixar fazer errado primeiro e depois multar. Do jeito que ele fazem não tá certo. Por exemplo, quem tem o título de posse ou público é o morador, pelo menos é um papel... já o estado diz ser dono de tudo (refere se aos 90 mil km² de extensão do PEST) mas não tem documento nenhum. Como pode fazer isso com as pessoas?

O que acha de espaços destinados a conservação? Importante? Não importante? Prejudicam o quê? Melhoram o quê?

Sr. Benicio: Bom, mais tem que ter um pouco de tudo.

Já teve algum contato com atividades ligada a conservação? Quais? Organizado por qual instituição (municipal, estadual, ONG, comunidade, proprietários da RPPN)?

Sr. Benicio: Sim, organizadas pela FATMA (no novo desenho do PEST), da Epagri, da prefeitura com o Secretário de Meio Ambiente. Também participo do projeto microbacias, que tem a vê com meio ambiente. Do grupo da igreja.

Como vê o turismo na região? Ele tá ligado a quais aspectos (da paisagem, comunidade, cultura, agricultura)?

Sr. Benicio: Bom. Pois ajuda todos melhorar (aparência) a estrada. Temos a idéia aqui de ajeitar a estrada, cada um plantar e cuidar de um jardim na frente de sua casa, com flores na beira da estrada, quem quiser pode fazer na sua garagem, um espaço para vende mudas, doces, pão e tudo o que souber fazer com produtos da região, para atrair mais visitantes para nossa região. Tipo a Estrada Bonita, sabe?. Que mostra pros visitantes mata, água, cultura, tranquilidade da vida no campo.

Observação da pesquisadora: Estrada Bonita é uma referência de turismo rural em Joinville (norte do estado de SC). Onde os moradores, na maioria descendentes de alemães, cuidam dos seus jardins e abrem suas casas para receberem turistas.

Conhece a RPPN Passarim?

Sr. Benicio: Sim, eu quem vendi o terreno pra eles. (Mediou a negociação)

Como é a sua relação com os vizinhos? São amigos? Parentes? Encontram-se em que ocasiões?

Sr. Benicio: Boa, muito boa. Nunca teve briga.

Participa ou já participou de algum grupo comunitário?

Sr. Benicio: Sim. Sou da diretoria da ADM, Associação de Desenvolvimento da Microbacia do Alto da Penha; da igreja, de qualquer reunião que me convidam, eu vou.

Qual a sua expectativa com a chegada da RPPN?

Sr. Benicio: Quando eles (donos da RPPN) chegaram aqui não foi fácil, era um “murmurim” de quem eles eram? O que queriam aqui? Por que preservar assim sem nada em troca? Até que a gente foi entendendo e conhecendo eles melhor e a coisa mudou.

Depois melhorou muito. A minha relação com eles sempre foi muito boa. Eu é que conheço eles desde o começo aqui. Dentro do terreno deles tem mais de 50 nascentes, pois eu mesmo quando fui traçar os limites eu fiz questão de incluir as nascentes que estavam próximas, pois sabia que era pra proteger. Antes eles queriam comprar só 120 hectares, aí tinha outro interessado no resto do terreno, e esse era pra explora. Aí quanto percebi que os interesses eram diferentes, acabamos fazendo um jeito para dar preferência para eles, aí o dono aceitou, melhor o preço e eles acabaram comprando 397 hectares.

Conhecia os antigos donos? Como era a área?

Sr. Benicio: Sim, antigamente tinha gado lá, e eu cuidava para os donos, depois cuidei um tempo até que venderam para o Chris e a Luciane, e eu ajudei a abrir todas as extremas do terreno.

Que mudança o Sr. percebe no lugar? Como era aqui quando o Sr. chegou e como é hoje?

Sr. Benicio: A gente tem história aqui... uma lembrança que tenho é de quando vim pra cá, era dos engenhos... por aqui, só nesse trecho daqui de casa até a Passarim, tinha (em pensamento alto conta um a um junto com sua esposa) 8 engenhos e 2 estufas de fumo, isso há vinte poucos trinta anos, aqui era só mandioca e fumo, depois é que veio o gado e tudo virou pasto. Tinha muita anoga aqui... aquela amêndoa sabe, que se extrai um óleo, que era muito usado nos candeeiro pra iluminação da região era só assim... não tinha energia elétrica não...

Outra mudança é o jeito de trabalhar... quando eu cheguei aqui o trabalho era na roça de cana, mandioca... na lida mesmo. Hoje eu trabalho com a polpa do açaí, do butiá, coisa que tinha ai de monte... mais ninguém ligava, nem sabia que aquilo se comia, como comia... ai a gente vai vendo, aprendendo com esses curso e muda o jeito de trabalha. Hoje eu não vendo mais açaí, butiá e palmito porque não do conta...

O Zete... hoje ele trabalha ai com o turista... é muito melhor do que no passado, que tinha que ir pra roça.

Você percebeu aumento de carros e pessoas na região após a existência da RPPN? O que acha disso?

Sr. Benicio: Um pouco, mais isso é bom, atrai gente pro nosso lugar, é bom

O que você melhoraria na região? Por que?

Sr. Benicio: O acesso. Aqui é muito ruim o acesso. Isso prejudica quem tem que trabalha com o turista. Por exemplo o Zete (Adonizete,) ele perde muito quando no verão as estradas e pontes ficam ruim pela chuvas. E eu que to aqui querendo vende minhas coisinhas também... se o turista não entra aqui por causa da estrada eu também não vendo. E prejudica também nossa idéia de fazer uma estrada bonita pros turistas.

De onde vem sua água? E para onde vai o seus lixos, resíduos?

Sr. Benicio: A água é boa muito boa. O lixo de 15 em 15 dias o caminhão da prefeitura passa e leva, vai para a Palhoça (município distante 40 km da região.) Antes nós enterrávamos, mais agora ficou mais prático.

Já ouviu falar em conselho gestor ou conselho consultivo?

Sr. Benicio: Sim ,mas não participo.

Que ideia você faz da expressão “gestão participativa”?

Sr. Benicio: Boa coisa, isso é que nos fazemos na ADM.

O que teria de fazer para melhorar a RPPN e o entorno? Você vê alguma forma de como contribuir com isso? Como organizaria essas ações que você sugere?

Sr. Benicio: O acesso, as pontes. E que a prefeitura tenha viveiros de mudas da mata nativa, para doar para quem queira plantar, pra ajudar na idéia da estrada arrumada. Isso ajudaria na paisagem

e preserva as coisas. Educação para as crianças e jovens, pra não ter que ir pra Florianópolis. Mais oportunidades pra gente aqui do campo.

Interlocutor: Adelino

Data: jan e fev/2011.

Duração: aproximadamente 30 minutos no primeiro encontro, que se deu na prefeitura, por acaso no momento de minha conversa com o Sec. de Agricultura. E o segundo momento, aproximadamente 1 hora, na residência dele. Onde também foram entrevistados o filho Natanael, e a esposa Albertina. Gravação feita no primeiro e a maior parte do segundo contato.

Local: Prefeitura e propriedade deles (cozinha).

Tamanho da propriedade: 3,6 hectares

Característica principal do instrumento: conversa informal e entrevista semi-estruturada.

O primeiro encontro com o Sr. Adelino, foi na Prefeitura de Paulo Lopes, na oportunidade eu conversava com o Secretário de Agricultura Luís de Brida. Sr Adelino passa a participar da conversa. (Adelino vai até a prefeitura para pedir ajudar de uma máquina para auxiliar na obra do açude na sua propriedade)

Após apresentações pelo Secretário, aproveitei a oportunidade para apresentar minhas intenções de pesquisa e se ele já poderia conversar comigo. Autorizou e demos continuidade na conversa os três.

Como o Sr iniciou a atividade e comércio de mudas e orgânicos?

***Sr. Adelino:** Quando a gente começou foi com as mudas de nativas e outras, mais de nativas. A venda foi através do contato com o Marquinho do pessoal da UFSC, sabe? Na verdade, agora é outra pessoa mais não lembro o nome dela, ela que agiliza a venda das mudas que nós produzimos lá. Leva principalmente pra Itajaí, Palhoça, São José.*

Nós temos certificação, há 4 anos, temos um grupo de Itajaí até Tubarão onde um fiscaliza o outro. Por exemplo: se eu tiver causando uma infração ou coisa errada com relação à produção orgânica e eles vão lá e vêem isso, isso vai pra reunião e a pessoa acaba perdendo o selo. A cada ano a reunião é em uma propriedade diferente, mas todos os meses tem reunião, nas propriedades dos cooperados, onde eles conhecem e fiscalizam a propriedade alheia. E a cada mês tem as reuniões nas comunidades. A de janeiro é pra ser na minha casa.

O Sr. só trabalha na sua propriedade com a agricultura orgânica e a produção de mudas?

***Sr. Adelino:** Eu trabalho ainda muito em Palhoça, o povo lá fora conhece mais minha mão de obra, aqui conhece pouco ainda. Sobra pouco tempo pra articulação, fica mais com minha mulher, e meus 2 filhos e outro já ta trabalhando na Cascata Encantada, com o Adonizete e tem outro que trabalha na Barreira.*

Agora eu to com a minha primeira horta pro comércio, agora eu já to com temperos verdes e logo menos com as verduras e hortaliças. Nos tamos inclusive procurando comércio. E queremos indicação pra venda, principalmente em Florianópolis, você pode fazer isso?

Explico que estou morando fora de SC, em função do mestrado e outros, que tenho poucos contatos, mas o que for de meu alcance ajudarei a divulgar.

Sr. Adelino: *A minha placa caiu com as chuvas, mas agora estamos fazendo uma grande placa com tudo que temos lá e chamando o pessoal pra conhecer, vai ficar lá na beira da BR 101. Vamos fazer tipo uma “escolha e pague” tipo pesque e pague. E pra nos não tem problema que o cliente que só um pé de alface, não faz mal, o que importa é que a pessoa já vai lá vê toda a horta, vê a compostagem, vê a planta, escolhe, vê que é tudo direitinho sem veneno mesmo... isso que vai indicando pra outros e crescendo. O cliente escolhe o que quer. Essa é a nossa intenção né. Os guri tão muito empenhado com os orgânicos.*

Luis de Brida: isso que o teu filho faz é o que eu sempre tive vontade fazer, de incentivar aqui de fazer. O sentido oposto do que o povo no passado fez. Fazer o povo entender que eles vão viver melhor no interior do que na cidade. Aqui em Paulo Lopes, há 10 ou 12 anos, todo o pessoal vendeu os sítios pequenos, pro um grande proprietário, e hoje eles querem voltar e não tem mais condições, hoje volta e trabalham de empregado no terreno que era deles. Isso é lamentável.

Sr. Adelino: *eu sei disso, já morei na cidade 5 meses, em Florianópolis tive casa boa lá. Mis não quis mais, voltei pro mesmo terreno que nasci. Voltei há 8 anos. Ali eu sou feliz e crio os meus filhos saudável. Não tenho doença nenhuma, tudo com chá caseiro, tudo cura.*

Mais hoje a gente tem apoio, informação, conselho, de vir aqui na prefeitura conversar pedir apoio, isso não tinha no passado. Até com ajuda material, como a prefeitura ajuda com o calcário, o trator, isso já é muito bom. E uma forma de a gente crescer é através da conversa, do papo, porque não é só falta do dinheiro, é também, mas nada adianta da o dinheiro e não ensinar como fazer as coisas. Tem que te conversa.

L. Brida: Mas a prefeitura, nas minhas limitações de orçamento, eu tento mudar isso, tento visitar as propriedades, com o meu carro mesmo, pra conhecer vê o que precisa. Falta reuniões, comunicação, conversa. O que estamos fazendo é o trabalho do trator. O trator passa em todas as ruas do município, e ele tá autorizado a entrar nas propriedades que precisam sem ter que vir na prefeitura e pedir autorização pra demorar mais, o trator já entra e mexe na terra onde for preciso pra agilizar. Dali sai e vai percorrendo as ruas do município;

L. Brida: A prefeitura tem que ajudar. Porque é um município muito pobre, a arrecadação aqui é uma coisa. Eu ajudo como eu posso. Aqui falta comunicação, reunião com os agricultores.

Sr. Adelino: *Eu to envolvido com a Cooperativa de produtores artesanais e orgânicos. E a Cooperlag. Pra agilizar a venda dos produtos rurais. Pra venda de conservas, compotas, doces... tudo ajudado pela cooperativa. Já estamos nos articulando há 2 anos. Eu acredito, sei que vai dar certo, boto fé. É a minha chance de crescer nesse ramo. Pega Paulo Lopes, Garopaba e Imbituba, vai ser montado um galpão grande na beira da BR 101 pra venda de tudo. Onde terá vários boxes dos cooperados. Já temos o terreno e o dinheiro da prefeitura de Imbituba.*

Eu sempre fui nas reuniões, em todas mesmo. se é uma coisa que boto fé é nessa cooperativa. Acho que vai ser muito bom pra todos nós.

Mas seu envolvimento é além de um cooperado? É da organização, da administração?

Sr. Adelino: Não, sou cooperado mesmo. Mas olha o que eu gostei muito, foi que me chamaram pra construir e orçar a planta do galpão. Vai ficar lindo... olha não tem obra por aqui que vai ficar tão

linda. Vai chamar muito atenção. É show de bola. Vai ficar lindo lindo. Ali vai ter um mostruário de todos os produtos dos associados, ali se vende pequenas quantidades e tiramos pedidos pra entrega de grandes quantidades.

Luis de Brida: Tudo ta sendo cooperado mesmo. As prefeituras todas estão dando dinheiro, participando. O que não pode é envolver política, a política partidária. Se envolver política não dá certo. Tão aqui em Paulo Lopes fazendo uma cooperativa, o pessoal do Glaico, eu apoio como secretário. Mas falei, não acho que isso vai dar certo, pois estamos num processo da cooperativa há anos e isso vai bater de frente...eu não gostei mas vou ter que apoiar. Se eu ver qualquer viés político eu caio fora. E esquece.. .ai vai enfraquecer pois a prefeitura que tem as máquinas pesadas e tal, e qualquer nova cooperativa ganha muito com o apoio da prefeitura.

Sr. Adelino: *Na primeira reunião que foi feita, cada município levou 6 pessoas líderes e da prefeitura e daí começou a conversa. De Paulo Lopes foi eu, o Nivaldo e a Terezinha. Ai trouxemos as informações pro nosso povo aqui. Eu fui no Glaico e na Rosa e convidei, expliquei e chamei eles. Ai eles não quiseram entrar, porque a gente já tem uma cooperativa a ECOCERT. Eu disse, eu vim convidar, acho que vai ser bom pra senhora e pra nós. Porque vocês já são conhecidos no mercado de orgânicos e daria um peso pra nós e também pra vocês seria mais uma oportunidade de comércio. Ela não quis.*

Luis de Brida: a com essas 2 cooperativas, vai começar a concorrência. Isso no começo é ruim...

Sr. Adelino: *Mas através da cooperativa tudo vai melhorar. A farinha de mandioca por exemplo, já tá no mercado, de quem é a melhor farinha? Pra mim é a farinha Garopaba, não me importa o nome da cooperativa e sim a qualidade que tem. O caso do nosso amigo. Ele tá produzindo muito, não dá conta. Isso que importa a qualidade. (conversa sobre os motivos porque o casal de produtores agro ecológico não entraram na Cooperlag)*

Luis de Brida: Isso tudo pra dizer que não quiseram entrar de sócio na nossa cooperativa. Se eles pensam que vai derrubar tão enganado. Porque nós temos uma base muito segura, que é o consultor da Epagri.

Já existe uma organização dos produtos que serão comercializados? Pode entrar tudo, orgânico e não orgânico? É de produção familiar? Qual é a característica ou as limitações?

Sr. Adelino: *É assim, agora fizeram uma lista de 60 produtos da região, via cooperativa, apresentada pro prefeito de Imbituba pra abastecer as escolas da região. Porque agora é lei, tem que prioriza o que é da região, na merenda escolar. E tem que apresentar pras crianças o que é da região. Por exemplo o biju, a mandioca. Eu acho que o caminho tá certo, mas temos que esperar mais. É como a fruta... tudo tem o seu tempo. Eu não acho que ta demorando muito, tem gente que acha. Eu acho que a organização é lenta mesmo.*

Luis de Brida: Temos a fábrica de queijo que tá quase pronta ali na Penha. Temos bastante produtores comprometidos já. Vamos produzir o suficiente pra nossa região. Junto com a UFSC temos a idéia do produtor não “ser garçom de vaca”. Isso é: tratar a vaca pra dar leite. Com ração cara pra caramba. Pra dar 20 litros leite por dia. A idéia é que ela solta, no pasto, ela der 15 litros de leite, ela vai dar muito mais dinheiro pra ele do que na ração. Só que existe um investimento no pasto, ai que entra o sistema pastoreio “voazam”. Que é extremamente interessante os resultados. Temos um moço que é do oeste, e em 1.3 hectare ele fez o sistema voazam, tinha 2 “reizen” hoje ele tem 7, elas não dão conta de come. É essa a idéia.

Sr. Adelino: *e o Bento? Como tá a cultura dele?*

Luis de Brida: a cultura dele não tá muito boa, ele tem espaço, tem... mais não tá boa. E a prefeitura não tem condição agora de ir lá visitar e por técnico pra ajudar ele.

Luis de Brida: a fábrica de queijo vai servir de modelo dentro do Paulo Lopes.

Sr Adelino e Luis de Brida entram em conversa paralela. Após terminarem, ele me convida e explica como chegar na sua propriedade.

Segundo encontro com Sr. Adelino foi na casa dele na Tigela.

Nome: /Morador a quanto tempo?/Idade:/Origem:/Sobre a família (quantas pessoas moram? Trabalham? Trabalham juntas? O que fazem quando não estão trabalhando? Atividade produtiva-econômica/ Tamanho da propriedade:/ Apoio instituição de produção?

Descrição geral: Moram na propriedade há mais de 40 anos. Saindo por um ano na década de 80, e em 2003 para morar em Florianópolis. Entretanto essa última estada durou apenas 5 meses. A família de 4 filhos, 2 já casados, um mora com a esposa junto com os pais. Ao todo moram na casa 6 pessoas. A propriedade tem uma casa grande de madeira com cozinha de alvenaria. Uma estufa de mudas, garagem para 3 carros e casa de ferramentas.

A atividade produtiva de Adelino é com serviços de pedreiro, geralmente fora do município. A esposa, Albertina é quem trabalha na propriedade com as mudas nativas e ornamentais, e também como dona de casa. O filho mais velho junto com o irmão, tomou frente dos negócios com o início do cultivo orgânico (há 1 ano), o segundo filho trabalha na Barreira (motorista de caminhão de extração), e o mais novo tem 13 anos e ajuda em casa.

Há quanto tempo vocês moram aqui?

Sr. Adelino: *O terreno era do meu padrasto, moro aqui desde que tinha 4 anos. Já a Albertina (esposa) nasceu aqui mesmo no Espraiado.*

Vocês se vêem trabalhando com outra coisa? Outro ramo?

Sr. Adelino: *Não. Já quisemos sair daqui, vender tudo e ir para a cidade, mas hoje estamos convencidos de que aqui é o melhor lugar para todos da família. Há oito anos fomos todo morar em Florianópolis, mais não deu certo. Voltamos em 5 meses.*

E olha...quando der certo o nosso negócio com as mudas e os orgânicos eu quero trabalhar aqui junto com eles... Por enquanto ainda preciso trabalhar fora... Mas logo mais aqui vai dar certo.

O que mais gosta na região? E o que menos gosta?

Sr. Adelino: *Sossego, o paraíso que é, pra mim os filhos tem que ser criados no sítio. Já do que menos gosto...não tem é difícil achar alguma coisa, não tem mesmo.*

Olha vou te contar, eu tenho pouca idade, eu acho né (risos), mas tenho muita história pra contar; minha vida melhorou muito. Quando eu era criança no café da manhã tinha uma manjuva seca no sol e um pouco de farinha de mandioca para tomar o café, isso era pra toda a família, hoje tenho muita comida em casa, uma geladeira cheia de coisas para meus filhos comer, e mais um freezer cheio, não tenho do que reclamar, de nada mesmo.

O que o Sr. acha de conservação da natureza? De criar espaços pra preservar a mata?

Sr. Adelino: *Acho muito importante, tem que ter mais, não se pode asfaltar tudo, impermeabilizar todo o solo como tão fazendo por aí, isso não pode, tem que ter mata, pra absorver toda essa água que cai, por isso que nas cidades não pode chover um pouquinho que já alaga tudo. Aqui isso não acontece. Eu acho que muito pior é “cimenta” tudo, pior ainda que desmata.*

O que o Sr acha do Turismo, ele tá ligado a quê?

Sr. Adelino: *Acho que é bom, tem na Cascata Encantada, é muito bom porque nos vendemos nossas mudas e agora as hortaliças para as pessoas que entram aqui para visitar a cascata e vêm nossa placa lá na estrada. É uma oportunidade. E também porque dá emprego, só no verão, mas dá, meu guri mais novo tá trabalhando lá com o Zete.*

E sobre a RPPN Passarim, o que o Sr. acha, conhecia lá antes?

Sr. Adelino: *Sim, já fui caseiro lá durante 7 meses só. Quando a gente era casado e tinha só os 2 meninos mais velhos. Na época, lá nós trabalhamos plantando cebola, melancia, milho e feijão; isso há 23 anos atrás. Depois foi um pessoal da maçonaria que usava a área e aí eu conheci o Mafra, ele era ex-prefeito de Rondônia, aí ele me levou daqui para a ilha do Campeche, onde morei um ano.*

Mas como o Sr. vê essa mudança no uso daquele lugar?

Sr. Adelino: *Antes lá a gente tirava madeira. Hoje eu entendo assim; não pode desmatar, não pode, mais um pouco tem que tirar para poder progredir.*

Lá antes tinha 6 ou 7 famílias que viviam lá, era muito diferente, mas eu entendo que é muito mais bonito vê a área hoje do que antes. Mas eles tem condições de ter aquilo lá assim, preservado e bonito. Antes a gente tinha que desmata pra sobreviver.

Mas vocês conhecem os donos hoje, como é a relação com eles?

Sr. Adelino: *Oh é boa. Eles são muito especial, já até fiz uns trabalhos de pedreiro lá pra eles junto com o Zete.*

E com o resto da vizinhança?

Sr. Adelino: *Muito boa. Temos o grupo da igreja. Nosso grupo das novenas aqui é muito forte, por exemplo no ano passado o tema da campanha da fraternidade que nós discutimos muito foi "Amazônia" e nós aqui depois de tanto pensar adaptamos para a Mata Atlântica, aí sempre que a gente falava e lia Amazônia, pensava na nossa Mata Atlântica e foi muito bom, conscientizou muita gente.*

E que outras organizações, grupos ligados a conservação e organização que vocês participam?

Sr. Adelino: *Do micro bacias, da cooperativa Cooperlag que esta sendo criada pelos produtores, artesãos, e outros interessados em vender seus produtos. Do micro bacias a Albertina é da diretoria, ela é secretaria. Foi de lá que captamos a verba pra construir a estufa das mudas, somos muito ligados.*

O que vocês fariam pra melhorar aqui, o lugar, a paisagem?

Sr. Adelino: *Olha eu asfaltaria até a Cascata Encantada, pra aumentar o turismo, toda a comunidade ia ganhar com isso, aumentaria a circulação de gente aqui no nosso lugar. E também acabaria com a*

Barreira, isso destrói o nosso lugar e as nossas pontes. (porque as carretas são muito pesadas e a circulação é intensa)

Hoje o meu filho ta trabalhando na Encantada, mais penso que daqui há cinco anos não precise mais, porque vamos conseguir ter trabalho pra todos da família aqui no nosso negócio. Isso eu espero né...

Olha outra coisa que eu faria era proibir a impermeabilização do solo, aqui, muito menos, mas na cidade só poderia ser cimentado 60 ou 70% do terreno.

Observação da pesquisadora : o estado de SC vinha sofrendo pelas fortes chuvas de verão e alagando muitas cidades, o tema estava em evidência.

A água de vocês vem do morro? É boa? E o lixo como vocês fazem?

Sr. Adelino: É muito boa, vem sim do morro. A prefeitura coleta o lixo.

O que vem a sua cabeça com a palavra “gestão participativa”?

Sr. Adelino: Algo que envolva todos da comunidade. E que tenha muita conversa.

Anexo A – Gráfico da evolução das RPPNs no Brasil e tabela da distribuição das RPPNs por Bioma.

Fonte: <http://www.reservasparticulares.org.br/> Acesso em: 19 de julho de 2011.

Bioma	Número de RPPN	Área (ha)	Área Média (ha)	% das reservas	% da Área
Pampa (Campos Sulinos)	8	3.169,66	396,21	0,8 %	0,5 %
Cerrado	182	159.760,05	877,80	19,3 %	23,7 %
Pantanal	22	263.118,69	11.959,94	2,3 %	39,0 %
Amazônia	49	39.418,98	938,55	6,0 %	5,8 %
Caatinga	47	75.891,98	1.614,72	5,0 %	11,3 %
Mata Atlântica	630	131.390,43	208,56	66,9 %	19,5 %
Costeiro	11	1.372,71	124,79	1,2 %	0,2 %
TOTAL	949	674.122,50	715,63	100%	100%

Fonte: www.reservasparticulares.org.br Acesso em: 06/10/2010